

ANAIS DO ENCONTRO:

O AGRÁRIO E O AMBIENTAL NO SÉCULO XXI:

**Estudos e reflexões sobre a reforma agrária no nordeste
paulista**

10 a 12 de abril de 2012

Organização

Ana Paula Soares Silva

Fabiana Cristina Severi

José Roberto P. de Andrade Júnior

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto - 2012

Ficha catalográfica

Encontro O agrário e o ambiental no século XXI (1.: 2012: Ribeirão Preto, SP)
Anais do Encontro O agrário e o ambiental no século XXI: Estudos e reflexões sobre a reforma agrária no nordeste paulista. / Organização Ana Paula Soares Silva. Fabiana Cristina Severi. José Roberto Porto de Andrade Júnior. – Ribeirão Preto: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2012.
172 p.

ISBN 978-85-62593-09-3

Realização: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, Programa de Mestrado em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP e Seminário Gramsci – Ribeirão Preto.

1. Reforma Agrária. 2. Sociabilidade. 3. Agronegócio. 4. Assentamento Rural.
I. Silva, Ana Paula Soares. II. Título.

CDD 338.10981

REALIZAÇÃO

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP
 Programa de Mestrado em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP
 Seminário Gramsci – Ribeirão Preto

ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Ana Paula Soares Silva – FFCLRP/USP
 André Luis Antonietto – FDRP/USP
 Bruna Serra – FDRP/USP
 Cinthia De Cassia Catoia – FDRP/USP
 Elisabete Maniglia – FCHS/UNESP
 Fabiana Cristina Severi – FDRP/USP
 Roberto Galvão Faleiros Junior – FCHS/UNESP
 Jose Marcelino De Rezende Pinto – FFCLRP/USP
 Jose Roberto P. de Andrade Junior – FCHS/UNESP
 Paulo Cesar Correa Borges – FCHS/UNESP
 Paulo Merli Franco – Seminário Gramsci

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Cecília Oliveira Silva – FFCLRP/USP
 Ana Paula Leivar Brancaleoni – FCAV/UNESP
 Flavia Trentini – FDRP/USP
 Jose Roberto P. de Andrade Junior – FCHS/UNESP
 Juliana Bezzon Da Silva – FFCLRP/USP
 Leandro Amorim Rosa - FFCLRP/USP
 Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua – FDRP/USP
 Roberto Galvão Faleiros Junior – FCHS/UNESP

COORDENAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Ana Cecilia Oliveira Silva – FFCLRP/USP
 André Luis Antonietto – FDRP/USP
 Cinthia de Cassia Catoia – FDRP/USP
 Jose Roberto P. de Andrade Júnior – FCHS/UNESP
 Juliana Bezzon Da Silva – FFCLRP/USP
 Leandro Amorim Rosa - FFCLRP/USP

DEBATES NA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Ana Paula Soares Silva – FFCLRP/USP
 Ana Paula Leivar Brancaleoni – FCAV/UNESP
 Cynthia Soares Carneiro – FDRP/USP
 Flavia Trentini - FDRP/USP
 Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua - FDRP/USP

COORDENAÇÃO DE MESAS

Ana Paula Leivar Brancaleoni – FCAV/UNESP
 Fabiana Cristina Severi – FDRP/USP
 Leandro Amorim Rosa – FFCLRP/USP
 Jose Roberto P. de Andrade Junior – FCHS/UNESP

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA

Jose Claudio Gonçalves – UFSCAR
 Rosemeire Scopinho – UFSCAR
 SEI-TERRA/CINDEDI – FFCLRP/USP

APRESENTAÇÃO

A palavra “ecologia” tem origem na composição dos termos gregos *oikos* e *logos*, que significam, respectivamente, casa e estudo. Etimologicamente designa, assim, o “estudo da casa”. Mas, qual é a nossa casa? E como estudá-la e entendê-la de forma apropriada?

Seja através das práticas sociais, seja através das percepções analíticas dessas práticas, a evolução histórica do tratamento das questões sociais afastou-se de um entendimento unificador entre as relações humanas e os ambientes. Entre nós e nossas casas. Fomos tratados e nos tratamos, assim, como uns, vivendo em outros, a natureza, nosso meio ambiente.

Entretanto, o quadrante atual da história nos garante condições objetivas que impõem mudanças no tratamento paralelo entre o humano e o ambiental.

As questões agrárias, como demandas sociais, foram hegemonicamente percebidas sob essa perspectiva compartimentalizada, afastando das discussões centrais as (res)significações sobre a relação humano/natureza. Salvo situações peculiares (a exemplo das demandas indígenas por seus territórios, ou das batalhas seringalistas pela manutenção florestal), as lutas pela reforma agrária foram lutas por mudanças na apropriação sociopolítica da terra, sem discussões profundas sobre o caráter instrumental da relação que se estabelecia com a natureza.

Do mesmo modo, o avanço histórico da ação e reflexão sobre a temática ambiental se deu ignorando, parcial ou plenamente, as estruturas sociopolíticas e econômicas que embasam e fundamentam nossos modos de produção e reprodução da vida, afastando do foco imediato as mediações que o humano estabelece com o natural, modificando-o ao mesmo passo que por ele é modificado. O agrário e o ambiental andaram, assim, separados. Eles compõem, contudo, uma mesma “casa”: a nossa.

O adequado entendimento da intensidade e magnitude dos problemas ambientais da atualidade e a urgência em encontrar formas apropriadas de lidar com tais problemas exige que tratemos conjuntamente as questões ambientais e agrárias. O déficit histórico que o Brasil possui com os atores sociais do campo, com a população campestre, e o caráter estruturante que existe entre as formas de exploração dos seres humanos e as formas de exploração da natureza, entre os modelos de produção de bens materiais e imateriais e os modelos de produção das relações sociais exige, do mesmo modo, que se pense o agrário em conjunto com o ambiental.

Essa percepção holística, totalizadora e totalizante, já se encontra presente na prática

atual (e atualizadora) dos movimentos sociais e dos atores políticos democratizantes, e nas percepções analíticas mais recentes entorno dessas práticas e dessas relações humanas.

Aqui, em nossa “casa imediata” – o nordeste paulista – férteis são os exemplos dessas atuações políticas e dessas reflexões analíticas. Férteis, como a “terra roxa” de nosso chão. Entretanto, ao mesmo tempo em que há abundância de ações políticas e analíticas, há fragmentação e dispersão entre os grupos e atores sociais que trabalham com tais temáticas. Há, também, necessidades emergentes de se aprofundar as discussões e aproximar os aliados, alargando a abrangência dos circuitos e o alcance da inserção temática, no sentido da formação de novas redes.

Nesse contexto é que foram pensados os objetivos do evento “O agrário e o ambiental no século XXI: estudos e reflexões sobre a reforma agrária no nordeste paulista”. Buscamos promover o diálogo entre os diversos atores sociais e grupos políticos que trabalham as questões agrarioambientais na região de Ribeirão Preto-SP e no restante do país, aprofundando a discussão dessas temáticas com os interlocutores partícipes dessa construção nesses “dias de prosa”. Se, até bem pouco tempo, falava-se muito da importância da mudança agrária (o que não se ouve, na mesma intensidade, hoje) e se, desde bem pouco tempo, fala-se muito da importância da mudança ambiental (o que não se falava, na mesma intensidade, antes), cremos que o real problema consiste na discussão conjunta dessas temáticas, na proposição de uma mudança que seja agrária e que seja ambiental, e que carregue nítidos traços de uma ruptura sistêmica e estrutural com o modelo de produção e consumo vigentes. É essa a reforma agrarioambiental que vislumbramos.

Como eixos privilegiados para a discussão dessa temática nesse primeiro evento, elegemos: 1) aspectos sociopolíticos e jurídicos da reforma agrarioambiental; 2) as novas formas de sociabilidade e subjetividade no campo; 3) a realidade e perspectivas da educação no/do campo. Em todos eles, pretendemos reunir estudos e produzir reflexões que se apoiam em problemáticas e contextos locais, mas articulam-se, em medidas variadas, com a dimensão mais geral de construção de novos sentidos para a Reforma agrária.

Nesse sentido, o primeiro eixo buscou reunir trabalhos sobre conflitos agrários e socioambientais no nordeste paulista em suas dimensões históricas, políticas e jurídicas, em termos de conquistas e desafios recentes. O segundo eixo, pretendeu concentrar os estudos que têm buscado reconhecer o espaço rural como lugar de novas formas de produção (individuais e coletivas) e, sobretudo, de proteção da natureza e de produção de vida, de formas específicas de identidades, sociabilidades e de subjetividades. Por fim, o terceiro eixo enfocou os desafios e conquistas ligadas à luta pela ampliação do direito à educação e à

construção de um campo semântico próprio para a educação “do” e “no” campo.

Os três eixos acima também orientaram a construção dos Grupos de Trabalho, com as pesquisas submetidas por diversos pesquisadores que participaram do encontro. Nesses anais, apresentamos os resumos enviados pelos pesquisadores que tiveram seu trabalho aprovado pela comissão científica e participaram do debate durante o encontro.

PROGRAMAÇÃO

10/4/2012 – 19h	Conferência de Abertura Henri Acselrad (UFRJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional)
11/4/2012 – 9h	Reforma Agrarioambiental: aspectos sociopolíticos e jurídicos José Gilberto de Souza (UNESP-Rio Claro / Instituto de Geociências e Ciências Exatas / Departamento de Geografia) Elisabete Maniglia (UNESP-Franca / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Departamento de Direito Público) Marcelo Pedroso Goulart (Ministério Público do Estado de São Paulo)
11/4/2012 – 14h	Educação no/do campo: realidade e perspectivas José Marcelino de Rezende Pinto (USP-Ribeirão Preto / Faculdade de Filosofia Ciências e Letras / Departamento de Educação, Informação e Comunicação) Kelly Mafort (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST) Ana Paula Soares Silva (USP-Ribeirão Preto / Faculdade de Filosofia Ciências e Letras / Departamento de Psicologia)
11/4/2012 – 18h	Da Lona ao Roçado: memórias e experiências de moradores de um assentamento de Reforma Agrária – Fabiana Cristina Severi Processo Organizativos de Assentamentos Rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades – Rosimeire Scopinho Teoria Geral do Direito Agrário Contemporâneo – Flavia Trentini Conflitos socioambientais, direito e ONGS – Márcio H. P. Ponzilacqua
12/4/2012 – 9h	Novas formas de sociabilidade e subjetividade no campo Rosemeire Aparecida Scopinho (UFSCAR / Departamento de Psicologia) Larissa Ambrosano Packer (Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos) Fabiana Cristina Severi (USP-Ribeirão Preto / Faculdade de Direito)
12/4/2012 – 14h	Apresentação de Trabalhos
12/4/2012 – 17h30	Apresentação e debate de documentário Coordenador: José Cláudio Gonçalves (UFSCAR)

Sumário

Assentamentos rurais e movimentos sociais	9
Reflexões sociopolíticas e jurídicas	40
Agronegócio, setor canavieiro e produção agrícola	90
Sociabilidade, subjetividade e gênero	115
Educação, extensão universitária e relação campo-cidade	138

ASSENTAMENTOS RURAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS

REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL EM SÃO PAULO: NOVAS QUESTÕES, VELHOS DILEMAS

*José Cláudio Gonçalves**
*Rosemeire Aparecida Scopinho**

Introdução

A relevância da discussão sobre desenvolvimento socioeconômico e conservação de recursos naturais no Brasil se dá por vários motivos, mas, sobretudo, pelo fato do país ainda ser o detentor de grandes áreas cobertas com vegetação nativa, o que o transforma em um dos mais importantes *hotspots* ambientais do planeta. Além dessa particularidade, vale dizer ainda que no Brasil, a relação entre desenvolvimento e conservação ambiental remete a outras questões fundamentais para a sociedade, dentre as quais destacamos: a polarização entre a produção de alimentos *vis-à-vis* o crescimento dos mercados de *commodities* agrícolas e de agrocombustíveis e a crescente aquisição de terras e agroindústrias por grandes grupos financeiros de capital internacional (PEREIRA, 2009). Ampliar essa discussão é importante, especialmente no ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) realizará, no Rio de Janeiro, a sua quarta conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Rio+20.

Considerando que já existe um acervo razoável de publicações (artigos, reportagens, entrevistas, teses, dissertações, etc.) que tratam dessa problemática, não será nossa preocupação fazer aqui uma revisão extensa dessa literatura; buscaremos sim, apontar alguns aspectos do processo recente de luta pela reforma agrária nas regiões Central e Nordeste do estado de São Paulo¹. Apoiado em pesquisa empírica e material bibliográfico sobre desenvolvimento rural e agroecologia busca-se refletir sobre os limites e potencialidades do processo de implantação de assentamentos rurais agroecológicos nessas duas regiões do estado².

Agroecologia e desenvolvimento rural: síntese de um amplo debate

* Doutorando em Sociologia – Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFSCar. Correio eletrônico: ze_goncalves20@yahoo.com.br

• Prof. Dra. da Universidade Federal de São Carlos – Docente no PPGS. Correio eletrônico: scopinho@ufscar.br

¹ As regiões Central e Nordeste do estado de São Paulo pertencem a chamada macrorregião de Ribeirão Preto que é composta ainda pelas Regiões Administrativas de Franca e Barretos. Este conjunto de regiões administrativas abarca 85 municípios e é considerada a mais importante região canavieira do país (SCOPINHO, 2004).

² Na nomenclatura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os assentamentos agroecológicos são definidos como Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), nos quais a agroecologia é adotada como base técnica e o associativismo como modelo de organização da produção agrícola, pecuária ou extrativista. Em suma, o PDS é “uma modalidade de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área (Brasil, 2000, p.19)

A polêmica quanto às alterações no Código Florestal Brasileiro demonstram o grau de complexidade das questões postas hoje sobre o desenvolvimento social e econômico do meio rural brasileiro. Estudos recentes, entre os quais, Favareto (2007), Romeiro (2007), Kageyama (2008), Sauer (2008), Fernandes (2008) e Abramovay (2009), têm procurado problematizar tais questões, sobretudo, os aspectos relacionados às novas atividades produtivas e conflitos existentes nos espaços rurais do país. Nesse novo cenário, a problemática ambiental coloca-se como um dos elementos mais importantes, pois, “[...] os impactos ambientais gerados pelas atividades agropecuárias não representam apenas uma externalidade, mas um fator que degrada sua própria base produtiva” (ROMEIRO, 2007, p. 258).

Quando se trata de discutir o desenvolvimento e a conservação de recursos naturais em áreas rurais, um termo que se tornou convencional entre alguns estudiosos da área é o chamado Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS). No âmbito da América Latina identificam-se duas perspectivas diferentes que se dedicam à análise da relação entre desenvolvimento rural e conservação ambiental. A primeira delas é formada por um conjunto de instituições, governamentais e não governamentais, entre as quais, o Centro Latino Americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BIRD), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Em consórcio, estas instituições formam o chamado Grupo Interagencial para o Desenvolvimento Rural da América Latina.

Além dessas instituições, há também um segundo grupo formado por diversos movimentos sociais do campo, muitos dos quais integrantes da Via Campesina Internacional. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Brasil, são exemplos dessas organizações. Na perspectiva dos movimentos sociais organizados em torno da Via Campesina, o principal problema das propostas baseadas no DRS é que seus proponentes concebem os territórios rurais como o espaço do não conflito, ou seja, um espaço onde os interesses e dominações simplesmente desaparecem (MONTENEGRO GÓMES, 2008). Contra a gestão científica dos problemas ambientais, estes movimentos sociais lutam para fortalecer as bases de um novo ecologismo, o ecologismo dos pobres (MARTINEZ ALIER, 2007). Paralelo a essas duas perspectivas de desenvolvimento rural, verifica-se também um fortalecimento do discurso em defesa da agroecologia, sobretudo, no continente Latinoamericano. Assim como o desenvolvimento rural, o campo da agroecologia também é permeado por diferentes matrizes de pensamento. Todavia, podemos afirmar que a idéia

central introduzida pelos defensores da agroecologia é a de que a produção agrícola para ser, de fato, sustentável deve integrar os princípios agrônômicos, ecológicos com os socioeconômicos. Nesse sentido, a agroecologia busca-se firmar como base científica para a consolidação de uma matriz produtiva conservacionista (LUTZEMBERG, 1985; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; ASSIS, 2005).

Cientes dos limites econômicos, políticos e de capacitação técnica que se apresentam à produção agroecológica brasileira na atualidade, os agentes agroecológicos articulam-se no sentido de realizar uma transição agroecológica. Entretanto, como enfatizam Caporal e Costabeber (2004), esse processo adquire enorme complexidade, especialmente, no que se refere aos seus aspectos tecnológicos, metodológicos e organizacionais. É diante dessas e de outras questões que a agroecologia tem invadido o cotidiano dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, em especial, no estado de São Paulo.

Reforma agrária na macrorregião de Ribeirão Preto: ontem e hoje

A ocupação de terras e a consequente implantação de assentamentos rurais de reforma agrária na macrorregião de Ribeirão Preto é um processo que teve início na década de 1980 no contexto das reivindicações dos trabalhadores assalariados rurais naquele período (BERGAMASCO e FERRANTE, 1995). Todavia, a partir dos anos 2000, a luta pela reforma agrária nessa região adquiriu novos contornos, especialmente quando os movimentos sociais do campo, aliados a outras organizações da sociedade civil regional, passaram a questionar os aspectos antiecológicos, isto é, insustentáveis do modelo agrícola prevalecente nesta região do estado, especialmente, aqueles derivados do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e citrícola. A tabela 01 apresenta o número de famílias e a área de sete assentamentos agroecológicos (PDS) implantados pelo INCRA, nas regiões Central e Nordeste do estado de São Paulo nos últimos anos.

Tabela 01 – Assentamentos rurais agroecológicos (PDS) implantados pelo INCRA nas regiões Central e Nordeste do estado de São Paulo entre os anos 2000 e 2010.

Assentamento	Nº famílias	Área (Hectares)
PDS Fazenda da Barra	468	1.541,00
PDS Sepé Tiaraju	80	797,00
PDS Nova São Carlos	82	1.156,00
PDS Horto Aurora	83	533,36
PDS 21 de Dezembro	19	378,91
PDS Bom Retiro	42	360,00
PDS Santa Helena	14	98,83
Total	788	4.865,10

Fontes: Brasil (2010); caderno de campo (2011).

Como estratégia de desenvolvimento rural, a implantação de assentamentos agroecológicos nas regiões Central e Nordeste de São Paulo adquire particularidades interessantes, pois, ao se instalarem num território dominado pelos setores canavieiro e citrícola, tais assentamentos evidenciam os problemas derivados da relação entre a prática de uma agricultura intensiva em capital, insumos químicos e maquinário e a sustentabilidade agroambiental. O processo organizativo deste tipo de assentamento rural forma, portanto, uma configuração social singular nestas duas regiões, pois ele engloba aspectos sociais, econômicos e ambientais de grande relevância. Compreender tal configuração constitui-se no nosso objeto de pesquisa atual. Considerando as especificidades desses assentamentos, acreditamos que, de fato, não há uma única teoria que dê conta de explicar todas as questões que se apresentam. Não obstante, temos empreendido esforços no sentido de conhecer as principais teses sobre o desenvolvimento do capitalismo agroindustrial brasileiro, bem como, o debate sobre a questão agrária no estado de São Paulo. A partir desses referenciais, pensamos ser possível apreender, tanto os aspectos estruturais da relação entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental, quanto o papel dos trabalhadores assentados, dos agentes do Estado e demais atores envolvidos no processo organizativo dessa “nova” modalidade de assentamento rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais, **Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.**
- ASSIS, R. L. **Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão.** Seropédica, RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005. (Embrapa Documentos, 196).
- BERGAMASCO, S. M. P. P; FERRANTE, V. L. S. B. (Coord.) Censo de assentamentos rurais do Estado de São Paulo, Araraquara: FUNDUNESP; CNPq; FINEP, 1995.
- BRASIL. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS.** Brasília: MDA, 2000. 50 p.
- _____. **Reforma agrária: um PAC para o meio rural,** São Paulo: MDA; INCRA, 2010.
- CAPORAL, F, R; COSTABEBER, J, A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios,** Brasília: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004. 24p.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão,** São Paulo: Iglu; FAPESP, 2007.
- FERNANDES, B, M. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: BUAINAIN, A.

M. et al (Coord.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

GONÇALVES, J. C. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto – SP**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, 2010.

_____. **Assentamentos rurais agroecológicos em São Paulo: um novo modelo de desenvolvimento rural?** Projeto de pesquisa (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, 2011.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**, Série Estudos Rurais, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

LUTZENBERG, J. **Ecologia: do jardim ao poder**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MCNEELY, J.A; SCHERR, S. **Ecoagricultura: alimentação do mundo e biodiversidade**, São Paulo: Editora SENAC, 2009.

MONTENEGRO GÓMES, J. R. **Los límites del consenso: la propuesta de desarrollo territorial rural em América Latina**. In: FERNANDES, B. M. (Org.) *Campesinato e agronegócio na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PEREIRA, R. **Grandes grupos ocupam o espaço de famílias tradicionais nas usinas**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. B13, 01 de novembro de 2009.

ROMEIRO, A, R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**, São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

SAUER, S. **Conflitos agrários no Brasil**. In: BUAINAIN, A. M. et al (Coord.) *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SCOPINHO, R, A. **Controle social do trabalho no setor sucroalcooleiro: reflexões sobre o comportamento das empresas, do Estado e dos movimentos sociais organizados**, Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2004, vol. 7, pp. 11-29.

_____. e GONÇALVES, J. C. **Assentamentos rurais agroecológicos no Nordeste paulista: as experiências dos assentamentos Sepé Tiaraju e Mario Lago – região de Ribeirão Preto (SP)**, In: BERGAMSCO S. M. P. et. all (Org.) *Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes*, Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011.

VEIGA, J, E. **O Brasil rural ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento**, Estudos Avançados, USP, 2001.

O EMBATE IDEOLÓGICO ENTRE A MÍDIA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: DIFERENTES VOZES E SENTIDOS

*Aretha Amorim Bellini*¹

Resumo

Este trabalho procura apontar analiticamente pontos que contribuem para evidenciar os limites da pretensa “neutralidade” no discurso midiático, assunto que ainda tem tomado grande espaço na mídia, especialmente na perspectiva da área da comunicação. Nesse sentido, mesmo que na perspectiva da Análise do Discurso a não-neutralidade do discurso seja um pressuposto fundamental, portanto já evidente, justifica-se ainda uma pesquisa que busque mostrar a presença dos valores ideológicos em textos midiáticos devido à força do senso comum de que seja possível enunciar de forma neutra. Utilizando de referencial teórico principalmente Authier-Revuz e Mikhail Bakhtin, analisamos a presença de diversas vozes nos discursos selecionados; os recursos lingüísticos analisados são a negação, os discursos direto e indireto, e as aspas. O objeto desta pesquisa é o discurso sobre o MST na mídia de referência e o recorte feito é o discurso sobre a escola Florestan Fernandes e sobre a proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em três fontes: revista Veja, jornal Folha de São Paulo e jornal Brasil de Fato. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a dialogia bakhtiniana e a heterogeneidade discursiva, de um lado; de outro, fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre a escola Florestan Fernandes e a proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A análise beneficiou-se do método qualitativo de abordagem dos dados. Os resultados indiciam que a Veja e a Folha de São Paulo, quando citam o discurso do MST, deixam entrever seus valores sobre o movimento em questão, estando em polêmica com ele.

Introdução

Diante do atual debate acerca do papel e da credibilidade da mídia, são de grande importância as análises que refutam as afirmações acerca da perspectiva única, da verdade absoluta, desideologizada ou neutra, das notícias apresentadas. A análise do discurso, em suas diversas ramificações, nega a possibilidade de se pensar a linguagem como neutra. A perspectiva teórica adotada neste trabalho é a do círculo de Bakhtin e de autores que também

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto- Universidade de São Paulo. arethaborim@yahoo.com.br

desenvolveram a proposta de se pensar a linguagem como espaço de refração das ideologias, assumindo a posição de que todo dizer é carregado de valores ideológicos e uma resposta a outros dizeres, também ideológicos (BAKHTIN, 1995). É desta perspectiva teórica que se parte nesta pesquisa.

O objeto desta pesquisa é o discurso sobre o MST na mídia de referência - o recorte feito é o discurso sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes e sobre a proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em três fontes: revista *Veja*, jornal *Folha de São Paulo* e jornal *Brasil de Fato*. O recorte abrange o período de janeiro 2005 a maio de 2005.

Analisa-se a utilização do advérbio “não”, dos discursos direto e indireto, além do uso das aspas para refletir sobre as ideologias que sustentam o material analisado.

Material e Métodos

A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes e sobre a proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Também se realiza uma pesquisa bibliográfica sobre a dialogia bakhtiniana e a heterogeneidade discursiva, especialmente na perspectiva dos estudos bakhtinianos do discurso.

A coleta de dados beneficia-se das mídias impressas e on line: revista *Veja* impressa, jornal *Folha de São Paulo* impresso e on line e jornal impresso *Brasil de Fato*; selecionaram-se textos os quais versavam sobre a inauguração da escola em questão. O recorte temporal foi o período de janeiro a maio de 2005.

A análise dos dados é qualitativa: aproveitam-se indícios considerados pertinentes para o objetivo da pesquisa, que é mostrar como se dá o embate de vozes sociais e de ideologias no *corpus*. Nesse sentido, tornam-se relevantes marcas lingüísticas desse diálogo discursivo, entre elas as aspas e os discursos direto e indireto.

Discussão e Resultados

Os enunciados a seguir foram extraídos da *Folha de São Paulo*, respectivamente no dia 24 de janeiro de 2005 e 30 de maio de 2005 e são analisados no presente trabalho.

E1: Apenas dois dias depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva elogiar os “amigos” do MST, o comando do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra informou ontem que irá às ruas em abril e avisou que não abre mão das ocupações como instrumento para reforma agrária.

E2: Um desses encontros apresenta como justificativa que a luta pela reforma

agrária começou com a chegada dos portugueses ao Brasil. “O Brasil é considerado o país com maior injustiça social do mundo, sendo que a não realização da reforma agrária é uma das suas principais causas”.

O uso do advérbio “não”, no E1, implica a presença de duas vozes: uma que vê a ação de ocupação como forma de solucionar a reforma agrária; e outra que não a vê dessa forma. O mesmo movimento enunciativo se encontra no E2, em que a negação da realização da reforma agrária pressupõe sua realização. Assim, a negação expõe duas concepções distintas sobre um mesmo tema.

Além da utilização da negação, os enunciados são heterogêneos porque recorrem à memória discursiva do leitor: há, na citação dos defensores da reforma agrária, a voz dos opositores do MST. No E1, em oposição ao discurso que vê as ocupações de terra como instrumento para reforma agrária, tem-se, na memória discursiva, o discurso das “invasões de terra” como uma ameaça à ordem e à legitimidade (FERNANDES, 2005). No E2, ao mesmo tempo em que se afirma que a não realização da reforma agrária é causa das injustiças sociais no país, a memória discursiva do leitor pode mobilizar discursos presentes em governos recentes no país sobre a importância da solidariedade e da distribuição de cestas básicas para a realização da justiça social – ou seja, a injustiça social se corrige com ações menos radicais que uma reforma agrária efetiva exigiria.

A presença das múltiplas vozes presentes no texto foi tematizada por Bakhtin (1995) e também estudada por Authier-Revuz (1998). Para esta autora, essa presença pode estar estabelecida de duas formas: implícita, remetendo à memória discursiva do leitor (aquilo que a autora chama de *heterogeneidade constitutiva* e que pode ser percebido no caso analisado no parágrafo anterior); ou explícita, o que Authier-Revuz (1998) chama *heterogeneidade mostrada*. Estas são formas que inscrevem o outro na seqüência do discurso (negação, discursos direto e indireto, aspas, formas de retoque ou de glosa, discurso indireto livre, ironia, entre outros). A autora evidencia como pistas do interdiscurso as formas marcadas da heterogeneidade mostrada, que se opõem a uma aparente linearidade do discurso.

Assim, os discursos direto e indireto contribuem para retratar as diferentes vozes mostradas e, no caso, marcadas no texto. Pode-se dizer que há dois tipos de discurso indireto: o que avalia o conteúdo e o que avalia a expressão. O discurso indireto que analisa o conteúdo ignora as expressões de caráter sentimental ou emocional, apresentando apenas a *objetividade analítica*. Já o discurso indireto que avalia o plano de expressão tem por função trabalhar com as palavras retirando destas o sentido de objetividade, as expressões destacadas podem vir apresentadas entre aspas. Segundo Fiorin (2003) “o discurso indireto revela peculiaridades

por meio de formas de falar. Além disso, mostra a posição do narrador em relação a ela (ironia, condescendência, desagrado, desdém etc.)”.

No discurso indireto presente no E1, vê-se que o enunciador refere-se ao MST como “o **comando** do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (negrito adicionado) – o que dá a esse movimento um caráter autoritário. Esse autoritarismo se confirma nos verbos *dicendi* utilizados: informar e avisar. O verbo “avisar”, além de confirmar o caráter autoritário atribuído ao MST, amplia a semântica do discurso citado para incluir nela um caráter de ameaça. Temos, neste caso, uma interpretação, do enunciador que cita, do enunciador citado – e nesta interpretação pode-se perceber uma crítica velada ao movimento.

Em **E1**, também temos a citação indireta da fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tido como defensor das causas do MST: “Apenas dois dias depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva elogiar os “amigos” do MST”. Esse discurso indireto analisa o plano de expressão do enunciado citado, destacando dele a palavra “amigos”, entre aspas. Vê-se claramente essas aspas como crítica ao posicionamento do presidente, já que, na seqüência, como análise anterior procurou mostrar, o MST é colocado como movimento autoritário e perigoso, porque ameaça a sociedade com ocupações de terra.

Os enunciados analisados indiciam aquilo que observamos em outros enunciados do *corpus* em que se citam os integrantes do MST e seus simpatizantes. O conflito ideológico e o posicionamento dos veículos midiáticos estão marcados quando se usa um verbo *dicendi*, quando se destaca da fala do outro aquilo que a define e que se critica, quando se refere ao outro por meio de um sintagma nominal.

Conclusão

Através das análises de enunciados, mostram-se indícios do caráter ideológico das perspectivas adotadas pela mídia acerca da atuação do MST. Assim, na análise efetuada, é possível encontrar marcas dos sujeitos que enunciam e suas relações com os sujeitos que são comentados, citados. As aspas e os discursos relatados, desta feita, constituem indícios relevantes da posição assumida pelos sujeitos que enunciam.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Trad. de Pfeiffer, C.R. e outros. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995. 7ª edição.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2003.

SEABRA, Catia. **MST responde a elogio de Lula com ameaça de mais invasões**. Folha de São Paulo, 24 de janeiro de 2005.

SALOMON, Marta. **Cresce verba oficial para “capacitar” o MST**. Folha de São Paulo, 30 de maio de 2005.

DESCONSTRUINDO PRÉ-CONCEITOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Carla Medeiros Dias*¹

*Soraia Veloso Cintra*²

Esse relato de experiência tem como objetivo narrar as primeiras impressões de uma discente do curso de serviço social no contato com famílias que vivem no assentamento rural proveniente de reforma agrária, localizado à 130 km da cidade de Ituiutaba – MG, a partir da visita da primeira turma do curso de serviço social da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal/UFU, com o intuito de observar as especificidades do local, dos indivíduos e sua composição enquanto comunidade, delineando um parâmetro dos conceitos pessoais existentes da discente sobre os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST antes, durante e depois de compartilhar as experiências e vivências das famílias assentadas.

O contexto o qual o relato de experiência se baseia é no intercâmbio de saberes entre universidade e comunidade. Dando a oportunidade aos discentes de conhecerem a realidade dos militantes do MST, os quais, tiveram a oportunidade de relatarem com clareza todas as dificuldades sofridas para conseguirem o direito de propriedade da terra, expondo suas histórias de luta desconstruindo os argumentos ideológicos intrínsecos nos meios de mídia que muitas vezes marginalizam o MST.

Para essa abordagem inicial foi necessário se abster de opiniões pessoais a cerca do encontro com estes militantes, abrindo a possibilidade de reconstrução do saber por meio do diálogo direto com todos os moradores do assentamento.

A metodologia se deu em três etapas assim discriminadas: primeiro, desconstruir concepção pré-existentes sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, segundo, fotografar, gravar e transcrever as entrevistas e terceiro elaborar uma análise final das entrevistas que foram feitas, com relatos pessoais de como foi à vida dessas famílias antes e depois de conseguirem o direito a terra, tendo em vista a coleta de dados gerais que auxiliasse na criação de futuras parcerias para projetos de pesquisa e extensão para os discentes do curso

¹ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia (MG) - FACIP/UFU. Integrante do PROEXT/MEC/SESu. “Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: educação inclusiva, autonomia econômica e participação política” EMAIL: carlamdias@hotmail.com.

² Professora-doutora do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia (MG) - FACIP/UFU; Coordenadora do PROEX/MEC/SESu “Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: educação inclusiva, autonomia econômica e participação política” EMAIL: solveloso2008@hotmail.com.

de serviço social.

O MST, enquanto movimento social é fruto da luta pela reforma agrária no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os objetivos de lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores³. Porém o presente relato não tem a pretensão de fazer uma abordagem profunda sobre O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do assentamento rural visitado, mas sim, desconstruir a imagem muitas vezes criada em torno dos militantes do MST pelos diversos meios de mídia que vinculam as imagens dos seus militantes como agressores, guerrilheiros em potencial, obcecados com a tomada do poder e violentos, fomentando uma visão negativa e estereotipada permeada por juízo de valor, criminalizando a luta pela reforma agrária, gerando medo e insegurança a opinião pública.

Dentre as entrevistas realizadas no assentamento, um trecho obteve destaque, uma moradora discorre sobre sua peregrinação nos assentamentos da região do Triângulo Mineiro durante três anos até chegar ao assentamento que se encontra hoje, chamando a atenção sobre um episódio de violência e confronto com a polícia: “nos teve muita coisa pra chegar onde nois chegou hoje, lá em sertãozinho nois teve um tiroteio de bala, foi três quilos e cinquenta gramas de bala, machucou uns, uns levou tiro na perna, outro quebrou o braço, tinha três mulhe com menino novim de dieta dentro do caminhão.” O trecho da entrevista deixa claro a violência com que os sem terras se deparam ao montarem acampamento em terras improdutivas⁴. Outros moradores relataram vivências semelhantes, tanto sobre suas lutas pela reforma agrária, quanto no descaso das autoridades em preservar a integridade física das famílias nos assentamentos, famílias estas em sua maioria composta por mais de um filho, que são obrigados desde a infância se deparar com constantes situações de confronto, aprendendo a lutar junto com os pais por uma melhor condição de vida.

Através da troca de experiência com as famílias do assentamento visitado pela

³ Para um maior aprofundamento sobre a história do MST, ver capítulo 2 de Roseli Salete Caldart, Escola é mais do que escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra.

⁴ Está prevista na Lei 8.629/93, que diz: “a propriedade rural que não cumprir a função social é passível de desapropriação”. Quem estabelece se uma propriedade cumpre sua função social prevista na lei é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

discente foi possível realizar uma profunda reflexão sobre o desconhecimento dos movimentos sociais e do próprio MST, seus objetivos, suas lutas, suas conquistas, tendo em vista que, em muitos momentos, a opinião pública desconhece a realidade dos moradores destes assentamentos. No decorrer das entrevistas foram observados diversos fatores que levaram as famílias a optarem por saírem de suas cidades e se submeterem a condições precárias de vida, a baixa escolaridade, a falta de emprego, o alto valor cobrado dos alugueis e o sonho de ter uma casa própria foram fatores que entre muitos, contribuíram para a decisão dessa mudança tão drástica de vida, fazendo dessa experiência um caminho alternativo em busca de dignidade.

Conclui-se a partir das reflexões deste trabalho de campo que a conquista do direito a propriedade da terra não proporcionou a eles(elas) apenas dignidade, como também, um profundo sentimento de vitória de que nenhum suor ou lágrima foi em vão na caminhada, que mesmo com as dificuldades que ainda se deparam e suas respectivas reivindicações eles levam consigo a fé de que um dia não será necessário derramar uma gota de sangue sequer em troca dos seus direitos, porque a luta é de todos, por um Brasil mais justo e com menos desigualdade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE M. R. de O. **A Formação para a consciência política e dos jovens no contexto dos assentamentos do MST**. Campinas, 1998. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. **A distribuição de terra para plantio**. Disponível em <http://www.brasilecola.com/sociologia/reforma-agraria.htm> Acesso em 13/03/2012.
- MARX, Karl. **Contribuições à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MST Lutas e conquistas. **Reforma Agrária: Por Justiça social e Soberania Popular**. 2ª ed. São Paulo: Janeiro 2010. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/62916503/MST-Lutas-e-Conquistas> Acesso em 12/03/1012.
- STEDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.

A REPRODUÇÃO ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS DO MST

Cassia Adriana Lussani – Unesp/Marília

Bolsista Iniciação Científica CNPq

Mirian Claudia Lourenção Simonetti¹

Tendo-se por base a situação de precariedade em que estão inseridos os pequenos agricultores e a sua difícil inserção no mercado concorrencial com o agronegócio; este trabalho tem por objetivo analisar brevemente a atual conjuntura do campesinato brasileiro e as alternativas encontradas por esses pequenos produtores para a continuidade na vida do campo.

Esta pesquisa está ligada a pesquisas mais amplas denominadas “Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agronegócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 2010” e “Um balanço das Políticas de Reforma Agrária no Brasil entre 1985 a 2010”, e vem sendo desenvolvidas junto ao Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais – CPEA na UNESP, Campus de Marília, com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, a denominação dos sujeitos chamados de agricultores dimensiona-se pela produção deste ser voltada para o mercado, podendo sim haver a produção de subsistência, mas o foco da produção é a venda comercial dos seus produtos (ANTUNIASSI, 1999). Na mudança do lócus de produção de subsistência para a produção dedicada ao mercado ocorrida em meados dos anos 70 em diante, uma parcela da população rural ficou afastada de meios de financiamentos e projetos de ajuda e custeio da produção, por não fazer parte desse novo formato produtivo camponês.

Neste novo formato de produção, pequenos proprietários ficaram a margem da modernização, uma vez que não possuíam meios para gerar o que o mercado demandava, isto é, basicamente culturas que servissem de matéria-prima para as indústrias e não para o consumo da população. Para a produção desses artigos de demanda, principalmente na atividade monocultora, faz-se necessário que o proprietário rural possua vastas extensões de

¹ Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase nos temas sobre movimentos sociais, políticas públicas de reforma agrária e meio ambiente. É coordenadora do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA). Bolsista Produtividade 2 CNPq.

terras, acesso a tecnologias que propiciem maior produção e mercado consumidor forte, que dará suporte de consumo para tudo que for produzido, além de uma margem segura de preços de venda. Porém, pequenos e médios proprietários não possuem tal suporte, se tornando então inviável a produção nesse sistema. Em meio a esta fase em que o incentivo a industrialização e modernização se faziam tanto no campo como na cidade, esse contingente que permanecia a parte deste processo precisou buscar alternativas de sobrevivência.

É nesse contexto que se intensificaram os movimentos sociais de luta pela terra, dentre eles o MST. A desilusão com as condições encontradas nas cidades fazem surgir o desejo do retorno à terra, a volta ao modo de vida camponês. Junto a estagnação da economia dos anos de 1980, surgiu a problemática da saturação de oferta de empregos em vários setores produtivos urbanos. E um dos desejos e necessidades desses atores sociais era a volta à terra, ao meio rural, de onde haviam saído e onde permaneciam as suas raízes culturais.

Mas, esse cenário camponês exige algumas mudanças de atuação e para os assentados do MST isso não é diferente. Durante o processo de assentamento verifica-se o problema da inserção no mercado desses pequenos produtores para que consigam vender a sua produção e assim conseguirem através desta suprirem suas necessidades básicas de consumo e terem uma vida com qualidade. Como descreve POKER, J. G. “O assentado que opta pela pequena produção camponesa não consegue se adaptar às regras da produção mercantil, e por isso mesmo apenas consegue se integrar de maneira marginal ao mercado, ocupando os “espaços vazios”, de “baixa lucratividade”” (2011, p. 111).

A tradição camponesa de produção individual, isto é, apenas com os recursos próprios, mantendo nesse sistema apenas os familiares como auxílio de mão de obra, se faz ineficaz dado o molde capitalista que segue no campo. Instalada em pequenas propriedades, muitas delas não possuindo total aproveitamento de toda a sua extensão, a agricultura familiar nem sempre consegue o sucesso desejado. Problemas como os de infra-estrutura possuem fundamental importância no início de um assentamento, uma vez que são a base para que qualquer tentativa tenha sucesso. Mas é isso que falta nas maiorias das áreas destinadas para assentamentos da Reforma Agrária.

Portanto, vemos que as políticas de permanência no campo ainda precisam avançar muito para que deem suporte aos pequenos agricultores. Estes, tendo ainda poucos meios de crédito, são os que mais produzem alimentos que se destinam ao consumo básico da população brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. Cultura e tradição camponesa. In: **Agruras e prazeres de uma pesquisadora**: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Org: KOSMINSKY, E. V. Marília: Unesp Marília Publicações, 1999.
- ANTUNIASSI, M. H. R. Mundo rural e agricultura no Brasil. In: **Agruras e prazeres de uma pesquisadora**: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Org: KOSMINSKY, E. V. Marília: Unesp Marília Publicações, 1999.
- BRANDÃO, Elias Canuto. **História Social**: da invasão do Brasil ao maxixe e lambari. Maringá: Editora Massoni, 2003.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006**: Resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- FARIA, Leysa Camila Miranda. **Gestão Democrática e a Experiência da Escola de Ensino Fundamental** Construindo o Caminho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. TCC Unesp - Campus de Marília, 2005
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- FLEURY, M.T.L. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global editora, 1983.
- LEONARDI, J. A. A. , ROSSI, L. S. , WINCK, C. Políticas públicas, cooperativas, financiamento agrícola: um olhar para agricultura familiar. In: **Los planes esperanza Del humanismo econômico**: El continente indoamericano, una expresión solidaria, um testimonio histórico. Org: Di Marco, L. E. , Ilha, A. S. Santa Maria: Ediciones CIEC, 2010.
- MARTINS, F. J. **Gestão democrática e ocupação da escola**: o MST e a Educação. Porto Alegre: EST Edições, 2004.
- POKER, J. G. A. A dimensão econômica e a organização nos assentamentos rurais MST: as modalidades e o método de implementação da cooperação nos assentamentos (107-124). In: SIMONETTI, M.C.L.(Org). **Assentamentos rurais e cidadania**: a construção de novos espaços de vida. São Paulo: Cultura acadêmica, 2011.
- RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SANTOS, B.S. **Produzir para viver**: Os caminhos da produção não capitalista. Coleção Reinventar a emancipação social para novos manifestos. Edições Afrontamentos, 2003.
- SILVA, J. F. ; CORONEL, D. A. Reforma agrária: utopia ou uma alternativa para o desenvolvimento social e econômico. In: **Los planes esperanza Del humanismo econômico**: El continente indoamericano, una expresión solidaria, um testimonio histórico. Org: Di Marco, L. E. , Ilha, A. S. Santa Maria: Ediciones CIEC, 2010.
- SILVA, J.F.G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

SIMONETTI, M.C.L.(Org). **Assentamentos rurais e cidadania**: a construção de novos espaços de vida. São Paulo: Cultura acadêmica, 2011.

SIMONETTI, M.C.L.“Entre o Local e o Global: O Movimento dos Sem Terra, a Via Campesina e a Agricultura Brasileira.” In: **Economia, Sociedade e Relações Internacionais**: Perspectivas do Capitalismo Global. Londrina, 2006. Editora Práxis.

SORJ, B; POMPERMAYER, M.J. ; CORANDINI, O.L. **Camponeses e agroindústria**: Transformação social e representação política na avicultura brasileira. ZAHAR Editores, Coleção Agricultura e Sociedade; 1982.

SOUZA, M.A. **Educação e Cooperação nos assentamentos do MST**. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA E O PÓS-COLONIAL

Mirian Claudia Lourenção Simonetti¹

As questões apresentadas nesse texto se inserem na pesquisa denominada Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agronegócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 2010. A partir dela realizamos uma revisão crítica sobre as teorizações sobre os movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Consideramos que nas ciências humanas parte dessas teorizações tem se valido dos referenciais teóricos relacionados à modernidade e à modernização para sua fundamentação. No entanto, gradativamente, tem havido iniciativas de revisão crítica quanto ao alcance temático dessas análises através de teorias dos estudos culturais e pós-coloniais. Não se pretende fazer aqui uma revisão completa e detalhada das teorizações sobre os movimentos sociais. Pretende-se, sim, à luz desse debate, considerar a relevância da transição de alguns enfoques tendo por referencia o estudo da Via Campesina.

Na América Latina, as ciências humanas oscilaram, desde a sua constituição, entre a importação de conceitos frequentemente oriundos de diferentes realidades e a procura de um marco intelectual produzido na própria região. O conceito de pós-colonialismo têm influenciado importantes debates intelectuais na América Latina e tem por eixo fundamental a crítica à colonialidade do poder através do qual a produção do conhecimento e sua classificação passam a estar relacionados à demarcação entre o colonial e o pós-colonial (Mignolo, 2003; Quijano, 1997; Santos, 2006).

Estas críticas foram recentemente agrupadas sob a perspectiva comum denominada de pós-colonialismo, perspectiva esta que procura questionar a centralidade de uma análise que privilegia o elemento classe. Elementos analíticos como etnia, raça, gênero alargam e complexificam o campo de análise. Não se trata de analisar a 'questão colonial' cronologicamente, a partir do final da presença física colonial com o pós-colonial, as discussões mais recentes têm questionado a persistência de uma leitura linear do processo histórico, assim como a pré (ocupação) do campo analítico social por conceitos coloniais. Frantz Fanon e Enrique Dussel são tidos como precursores relevantes dos estudos pós-

¹Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase nos temas sobre movimentos sociais, políticas públicas de reforma agrária e

coloniais na América Latina. Estes autores interpretaram a modernidade a partir de um outro lugar, o lugar do sujeito colonizado e, especialmente, possibilitaram a elaboração de uma nova leitura do processo histórico da colonização, a partir deste lugar.

Frantz Fanon (1968), aborda os processos de subjetivação, construídos pelo colonialismo e introjetado pelo colonizado, em relação ao corpo do dominado, à desvalorização devido à cor das peles negras e indígenas escravizadas. O autor prevê que a libertação dessas mentes só se dará através dos processos de desconstrução dessas formações discursivas e da construção de novas subjetividades dos sujeitos historicamente oprimidos e discriminados.

Enrique Dussel (1934-) inicia suas contribuições para repensar o processo de colonização e de dominação a partir da reflexão de uma nova epistemologia, a Filosofia ou Teologia da Libertação na América Latina. Possui uma das mais extensas obras sobre os processos de subjetivação dos pobres e busca construir uma pedagogia do oprimido. Mais recentemente (Dussel, 2005), desenvolve uma teorização crítica ainda mais contundente sobre uma interpretação “eurocêntrica da modernidade mundial”. Conclui que para superar as formações discursivas discriminatórias e opressivas da “modernidade” será necessário negar a negação do mito da modernidade, isto é, “des-cobrir” pela primeira vez a “outra-face” oculta e essencial à “Modernidade”: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas ou seja as “vítimas” da “Modernidade” como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria “Modernidade”). Portanto, para ele, não se trata de negar o princípio de racionalidade, central para a modernidade, mas sim, a partir de um outro olhar, considerá-lo a partir das necessidades e das utopias dos subalternos em relação aos processos de mudança social.

Pretende-se trazer elementos para a tese de que os estudos pós-coloniais comportam contribuições para se repensar a leitura sobre o papel dos movimentos sociais recentes na América Latina, na releitura e na revalorização das trajetórias de classes, de grupos, de comunidades e de culturas historicamente subalternas nesse continente. Trata-se também de discutir algumas estratégias organizativas e discursivas da Via Campesina que são receptivas ao pensamento pós-colonial.

Ao observarmos os conflitos sociais na América Latina e no Caribe cujos movimentos integram a Via Campesina, vemos a forte presença de movimentos indígenas, de afrodescendentes e de campesinatos com diferentes matizes culturais, sobretudo em países

meio ambiente. É coordenadora do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA). Bolsista Produtividade 2 CNPq.

como Bolívia, Paraguai, Equador, México, Guatemala, Colômbia, Chile (Mapuches) e Brasil (com destaque para os camponeses politicamente organizados no MST), que vêm pautando outras questões para além daquelas do capitalismo global que, sabemos, subjaz à formação social da América Latina e do Caribe. Enfim, não compreenderemos a emergência de movimentos com forte potencial emancipatório na América Latina e no Caribe se permanecermos prisioneiros de categorias analíticas pensadas a partir de uma realidade específica como a Europa, por mais que tenhamos nos habituado com o eurocentrismo, com a idéia de um pensamento universal, e, assim, válido em qualquer circunstância. Há uma colonialidade do saber aí implicada (Lander, 2005).

Mas dizer colonialidade é dizer, também, que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo, desde que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade. Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. (Porto Gonçalves, 2005)

Para Porto Gonçalves (2005) nessas resistências, o território (onde a questão da terra tem um lugar central) ganha uma enorme importância não só pelo lugar que a ordem moderno-colonial nos destinou na divisão internacional do trabalho, como também pelo significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade, por mais que o antropocentrismo eurocêntrico acredite que a ciência e a técnica possam dominá-la.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Tradução de Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves – Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. In: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>> acessado em abril de 2011.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Trad. José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LA VIA CAMPESINA. **Documento da V Conferencia** - Via Campesina. 2008. Disponível em: http://www.movimientos.org/cloc/5cviacampesina/show_text.php3?key=13343> Acesso em: 23/12/2011.

_____. **La Vía Campesina members**. 2008. Disponível em:
 <http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=71>. Acesso em: 30 out. 2010.

LANDER, Edgardo Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. In:
 <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>> acessado em abril de 2011.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locales/Diseños Globales** . Madrid: Akal. 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. En publicacion: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005.

QUIJANO, Anibal. Estado-Nación, Ciudadanía y Democracia em Cuestión. In: Gonzáles, Helena; Schmidt, Heidulf (org.). **Democracia Para Uma Nueva Sociedad** . Caracas, Nueva Sociedad. Venezuela. 1997.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**, S. Paulo, Porto: Cortez Ed., Afrontamento, 2007.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **As dores do pós-colonialismo**. Publicado na Folha de S.Paulo em 21 de Agosto de 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América Latina** - Caminhos para uma política emancipatória? Caderno CRH, vol.2, no.54, Salvador, Sept./Dec. 2008a.

SIMONETTI, M. C. L Entre o local e o global: o movimento dos Sem Terra e a Via Campesina. **Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. UNIARA. Disponível em:
http://WWW.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2006/trabalhos/s.com.br/nupedor/nupedor_2006/trabalhos/sessão4/01_mirian.doc>

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA: MOVIMENTOS SOCIAIS E A REFORMA AGRÁRIA

*Mirian Cláudia Lourenção Simonetti**

*José Geraldo Alberto Bertoncini Poker***

*Adriane de Sousa Camargo****

*Alexsandro Elias Arbarotti*****

*Bruna Stefany Santos******

Cassia Adriana Lussani

Claudia da Costa Salgado

Thaylize Goes Nunes Pereira

Este texto é parte de uma pesquisa mais ampla denominada “Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agronegócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 2010”, que objetiva analisar o processo de formulação e execução das políticas de reforma agrária nos governos Lula da Silva, tendo por referência os governos Sarney e FHC.

Como parte da análise das territorialidades em tensão no campo brasileiro, resgatamos a pesquisa de opinião pública contratada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil¹ (CNA) junto ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística² (IBOPE). Essa

* Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. É coordenadora do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA). E-mail: mirian@mariliaunesp.br

** Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professor assistente doutor da Unesp. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: cooperação, cidadania, Direito-Direitos Humanos, razão-tradição, religião e questão ambiental. E-mail: jgpoker@marilia.unesp.br

*** Discente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: adriane@usp.br

**** Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: arbarotti@hotmail.com

***** Discentes do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Marília. São bolsistas do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA). E-mails: brunastefany_s2@hotmail.com; cassiaadrianalussani@gmail.com; claudiasalgadocosta@hotmail.com; thaylize@hotmail.com.

¹ A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA é responsável por congregar associações e representantes do agronegócio em todo país. Mais informações em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br>>

² O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE – é um instituto de pesquisa privado que realiza pesquisas de opinião pública, tanto no Brasil quanto no exterior. Nessa pesquisa, o IBOPE informa a metodologia utilizada para sua realização, com aplicação de questionário em plano amostral de 2002 pessoas oriundas das várias regiões do país, em uma população de 16 anos ou mais de idade. Mais informações

pesquisa, realizada em novembro de 2009, objetivou realizar uma “Pesquisa de Opinião Pública sobre a Atual Imagem dos Movimentos Nacionais”. A análise dos dados da pesquisa funcionou como um Leitmotiv para a problematização da tensão das territorialidades que envolvem os protagonistas ligados a reforma agrária³.

Com o objetivo de confrontar os dados da pesquisa IBOPE/CNA realizamos entre os dias 31 de janeiro a 09 de fevereiro de 2011, a “Pesquisa de Opinião Pública sobre a Reforma Agrária nas cidades de Marília e Presidente Prudente”. A escolha dessas cidades deveu-se a similaridade das mesmas. Ambas de porte médio, centros regionais e com o mesmo perfil populacional. Nossa hipótese inicial é que haveria diferença com relação à percepção sobre os movimentos sociais visto que Presidente Prudente se localiza em uma região (Pontal do Paranapanema) com maior incidência de conflitos pela terra. Ao longo da pesquisa verificou-se que as respostas foram similares. Devido ao limite desse texto, apresentaremos alguns dados sobre a metodologia da pesquisa bem como parte dos resultados.

Na figura 01, verifica-se o questionário contendo 13 questões, sendo 04 sobre o perfil dos entrevistados e 09 sobre as temas relativos à reforma agrária (baseadas na pesquisa da CNA). Realizamos um levantamento por amostragem, que resultou no total de 598 entrevistados. Essa pesquisa contou com o apoio dos estudantes do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais - CPEA da UNESP de Marília.

Figura 01. Questionário utilizado nas entrevistas realizadas nos municípios de Marília e Presidente prudente.

disponíveis em: <<http://www.ibope.com.br>>

³ A íntegra dessa pesquisa faz parte do relatório Pós-Doutorado, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Campus de Presidente Prudente. No texto problematizamos a questão referente a esse tipo de pesquisa dialogando com o texto *A opinião pública não existe*, de Pierre Bourdieu, para quem as pesquisas de opinião possuem uma fragilidade evidente pelo fato de acumularem opiniões que absolutamente não possuem a mesma força real, o que leva as mesmas a produzirem “artefatos sem sentido”. Ele argumenta também que, ao colocar-se a mesma questão a todo mundo, reforça-se a hipótese de que há um consenso sobre os problemas, ou seja, que há um acordo sobre as questões que merecem ser colocadas (BOURDIEU, 1983). Publicaremos o texto referente às esse tópico na Revista NERA.

unesp Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais - CPEA

Pesquisa de Opinião: Marília / SP

Bairro: _____

1. Gênero: A () Feminino B () Masculino

2. Idade: A () 15 - 24 B () 25 - 39 C () 40 - 59 D () 60 ou +

3. Renda Familiar: A () até 1 B () +1 a 2 C () +2 a 3 D () +3 a 5 E () +de 5

4. Escolaridade: A () Ensino Fundamental incompleto B () Ensino Fundamental Completo C () Ensino Médio D () Ensino Superior

5. Na sua opinião, a maior parte da produção agrícola brasileira vem:
A () da agricultura familiar B () do agronegócio C () NS/NO

6. Na sua opinião, a Reforma Agrária é importante para o desenvolvimento do país?
A () Sim B () Não C () NS/NO

7. Você concorda com as ações dos movimentos sociais de luta pela terra?
A () Sim B () Não C () NS/NO

8. Quais os movimentos sociais rurais no Brasil o Sr. (a) conhece?
A () MST B () MAB C () Via campestre D () Outros _____

9. Você sabe o que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra?
A () Sim B () Não C () NS/NO

10. Na sua opinião, os assentamentos da Reforma Agrária são:
A () produtivos B () improdutivos C () NS/NO

11. Na sua opinião, a Reforma Agrária avançou no governo Lula?
A () Sim B () Não C () NS/NO

12. Sobre esses assuntos, onde o (a) Senhor (a) obteve essas informações?
A () Conhecidos B () membros do MST C () TV D () Jornal impresso E () Revista F () Internet G () Rádio

13. De 0 a 10, qual a relevância desses temas para o desenvolvimento do país? _____

Fonte: CPEA/2011

Na pesquisa, conforme ilustrado na figura 02, ao serem indagados sobre a importância da reforma agrária para o desenvolvimento do país, 85,6% dos entrevistados responderam “sim”, que a reforma agrária é importante. Na outra ponta, menos de 10%, ou seja, 9,9% disseram que a reforma agrária não era importante para o desenvolvimento do país.

Figura 02. Questão número 06 do questionário utilizado nas entrevistas realizadas nos municípios de Marília e Presidente prudente.



Fonte: CPEA /2011

Na figura 03, localizada abaixo, podemos perceber que a maior parte dos entrevistados, ou 53%, consideraram que os assentamentos de reforma agrária são produtivos. 34,1% improdutivos e 14,9% não sabem ou não opinaram.

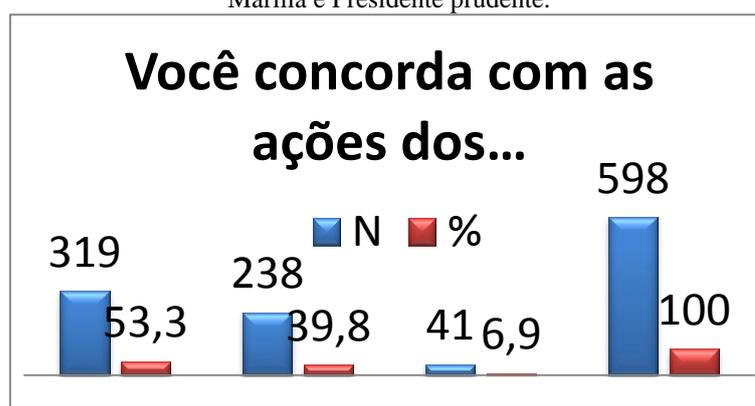
Figura 03. Questão número 10 do questionário utilizado nas entrevistas realizadas nos municípios de Marília e Presidente prudente.



Fonte: CPEA/ 2011

Ao indagarmos sobre a concordância com relação às ações dos movimentos sociais de luta pela terra, 53,3% dos entrevistados manifestaram concordância, 39,6% manifestaram discordância e 6,9% manifestaram não saber ou preferiram não opinar, como podemos observar na figura 04.

Figura 04. Questão número 07 do questionário utilizado nas entrevistas realizadas nos municípios de Marília e Presidente prudente.



Fonte: CPEA/2011

Em que pese os limites das pesquisas de opinião, os dados expostos indicam que a população se manifesta favoravelmente aos temas da reforma agrária e dos movimentos sociais, ao contrário do exposto na pesquisa CNA/IBOPE, onde há uma tendência, tanto na elaboração das questões com na apresentação do seu resultado, a diminuir a importância desse tema para a sociedade brasileira.

Referências

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. A opinião pública não existe. In: **Questões de Sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1983, p. 173-182.

CHAMPAGNE, P. **Formar a Opinião – o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Representações Sociais da Reforma Agrária

Martha Esthela S. Silva¹

O presente trabalho analisa os processos de construção de representações sociais, particularmente aqueles elaborados pelos moradores da cidade acerca da reforma agrária, identificando a dinâmica de territorialização dos movimentos sociais de luta pela terra no espaço urbano. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da modalidade de compra direta, tem estreitado as relações campo-cidade, à medida que os produtos agropecuários oriundos dos assentamentos de reforma agrária são destinados às instituições de caráter social e pessoas em situação de insegurança alimentar.

Parte-se do pressuposto de que a reforma agrária se espacializa no ambiente urbano, a partir das manifestações políticas, ocupações de espaços públicos, nas diversas formas de luta e organização dos movimentos, por sua vez de caráter muito particular este processo também se estabelece por meio do PAA, materializando a produção do campo na cidade, gerando uma reflexão acerca de sua territorialidade, rompendo com estigmas e preconceitos sobre os “sem-terra”, os ideais da reforma agrária e a defesa de outro projeto político de sociedade. Procura-se entender se o programa rompe com as representações sociais como a criminalização dos movimentos sociais, a “invasão” e a “doação” de terras, a resistência e a luta, considerando que o Programa de Aquisição de Alimentos reúne desdobramentos favoráveis à população carente urbana na medida em que objetiva superar quadros de insegurança alimentar.

A pesquisa se direciona a compreender qual a Representação Social, que os sujeitos beneficiados com o PAA, passam a ter da reforma agrária e de seus sujeitos, refletindo até que ponto os Movimentos Sociais de Luta pela terra, conseguem territorializar seus ideais para além de seus territórios, ou seja, para além dos assentamentos rurais.

O trabalho busca refletir e evidenciar sobre a representação social da reforma agrária, na ótica dos moradores da cidade de Presidente Venceslau, no plano empírico a pesquisa é realizada junto aos moradores beneficiários do PAA no município. A cidade de Presidente Venceslau abrange cinco assentamentos rurais sendo eles assentamento Primavera, Tupanciretan, Radar, Santa Maria e São Camilo, onde temos a adesão ao PAA de quatro assentamento, exceto o assentamento Santa Maria.

¹ Geógrafa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – (IGCE) UNESP, Campus de Rio Claro. Bolsista Capes. Email: geo_martha@yahoo.com.br

Com a participação dos assentamentos no PAA a reforma agrária passa a ter maior importância, novos sentidos e outras representações sociais são colocadas no cotidiano dos sujeitos que estão fora do campo.

O conceito de Representação Social foi desenvolvido por Serge Moscovici (2003), o autor se sustenta ao conceito anteriormente desenvolvido por Durkheim (2003) que tratava de Representações Coletivas, conceito do campo da sociologia onde se prioriza uma visão global das representações. Moscovici (2003) desenvolve o conceito de Representações Sociais que está no campo da psicossociologia que se desenvolve no cotidiano dos sujeitos sociais, as práticas comuns e são mediadas por uma concretude de existência e relações com o entorno mais imediato. Parte-se de uma perspectiva da psicologia social que se debruça sobre a questão do conhecimento como um processo e não apenas como conteúdo, a formação do conhecimento é realizada na perspectiva do indivíduo, em sua espacialidade próxima e que se constitui em base de abordagem teórica desta pesquisa.

O trabalho busca refletir e evidenciar sobre a representação social da reforma agrária, na ótica dos moradores da cidade de Presidente Venceslau, no plano empírico a pesquisa será realizada junto aos moradores beneficiários do PAA no município. A cidade de Presidente Venceslau abrange cinco assentamentos rurais sendo eles assentamento Primavera, Tupanciretan, Radar, Santa Maria e São Camilo, onde temos quatro assentamento participando do PAA, exceto o assentamento Santa Maria.

Com a participação dos assentamentos no PAA a reforma agrária passa a ter maior importância, novos sentidos e outras representações sociais são colocadas no cotidiano dos sujeitos que estão fora do campo.

O conceito de Representação Social foi desenvolvido por Serge Moscovici (2003), o autor se sustenta ao conceito anteriormente desenvolvido por Durkheim (2003) que tratava de Representações Coletivas, conceito do campo da sociologia onde se prioriza uma visão global das representações. Moscovici (2003) desenvolve o conceito de Representações Sociais que está no campo da psicossociologia e que se desenvolve no cotidiano dos sujeitos sociais, as práticas comuns e são mediadas por uma concretude de existência e relações com o entorno mais imediato. Parte-se de uma perspectiva da psicologia social que se debruça sobre a questão do conhecimento como um processo e não apenas como conteúdo, a formação do conhecimento é realizada na perspectiva do indivíduo, em sua espacialidade próxima e que se constitui em base de abordagem teórica desta pesquisa.

Diante desta compreensão sobre o processo de construção de representações sociais busca-se reconhecer todos os elementos sócio-políticos que mediam a dimensão prática do

entorno dos sujeitos sociais e neste caso o Programa de Aquisição de Alimentos acaba se constituindo em uma política pública que interage diretamente na dinâmica de reprodução social dos mesmos, ao focar questões de segurança alimentar, desdobrando-se em processos de alimentação, “renda” e interação social (por meio de entidades e novos sujeitos, os assentados, por exemplo), entre outros. O PAA vem como uma política pública que integra segurança alimentar por meio da promoção da agricultura familiar, essa política é realizada no âmbito de governança federal, estadual e municipal. No decorrer da década 1990 o conceito de segurança alimentar começou a sustentar uma pauta das políticas destinadas à redução da fome, articulada à agricultura familiar e suas estratégias de desenvolvimento, entrelaçaram as duas questões, ou territórios (campo-cidade).

A questão da fome é latente na atual sociedade e segundo a Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO) 850 milhões de pessoas passam fome, essa fome se regionaliza principalmente nos países da África, Ásia e América Latina. (MORAES, 2008). O atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas permitiu o monopólio da produção de grãos, de modo que, a distribuição dos alimentos seja desigual, e a aquisição dos mesmos realizada, prioritariamente, mediante a compra, ficando uma parcela da população excluída desse mercado, sobrevivendo com a fome cotidiana.

No Brasil, nos primeiros anos do governo de Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT) foi criado o programa Fome Zero, a fim de combater a fome e a miséria de populações em situação de insegurança alimentar em várias regiões do país. Dentre as políticas estruturantes do programa Fome Zero, encontra-se o PAA. O PAA vem como uma política pública que integra segurança alimentar por meio da promoção da agricultura familiar, essa política é realizada no âmbito de governança federal, estadual e municipal.

O PAA no município de Presidente Venceslau, tem ajudado a muitas pessoas que precisam, pois essa ajuda tem possibilidade uma alimentação saudável, gera renda aos assentados e tem espacializado a reforma agrária na cidade semanalmente, através dos alimentos. Tem possibilitado a construção de novas representações sociais da reforma agrária, o trabalho do campo chega a cidade e isso tem contribuído para uma formação de opinião menos preconceituosa, mas ainda temos muito que avançar.

REFERENCIAS

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Trajetórias de Assentamentos Rurais: Experiências em Balanço**. São Paulo, EDUNESP, Revista Perspectiva Volume 17-18, 1995/96.

- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand e Brasil, 1989.
- CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: temas e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.
- DELGADO, G. et.al **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimento da Agricultura Familiar**. IPEA, 2005. Brasília
- FERNANDES, B.M. **MST: Formação e Territorialização**, S.P. Hucitec, 1996
- FERRANTE, V.L.S.B. e SILVA, M.A.M. **A Política de Assentamentos e o Jogo das Forças Sociais no Campo. Perspectivas**, 11, EDUNESP, SP, 1988.
- FOUCAULT, M. **O homem e o Discurso (A arqueologia de Michel Foucault)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HESPANHOL, R. A. M. **Mudança das políticas públicas para o campo brasileiro: o programa de aquisição de alimentos**. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona. 2008.
- JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais e Espera Pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Editora Vozes. 2000.
- LEFEBVRE, H. **A cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A editora: 1999.
- LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**, S. P., Hucitec, 1999. MARX, K. **Economia Política e Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1963.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MATTEI, L. **Programa de aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) Antecedentes, Concepção, e Composição geral do Programa**,
- MEDEIROS, L. S. de.; Leite, S.P. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Processos Sociais e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.
- MULLER, A. L. **A construção de política públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimento**. Dissertação. Porto Alegre, 2007
- MEDEIROS, L.S. et al. **Os Efeitos Políticos dos Assentamentos Rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro**. In: MOREIRA, R.J. E COSTA, L.F.C. **Mundo Rural e Cultura**, Rio de Janeiro, Mauad, 2002.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamentos Rurais. Reforma Agrária em migalhas**. Niterói. EDUFF 1997.

NORDER, L. A. C. **Políticas de Assentamentos e Localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. São Paulo, 1994.

SÁ, C. P. **Representação Social: conceito e o estado atual da teoria**. In SPINK, M. J. **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. ed.1

SOUZA, J. G. **Limites do Território**. Revista Agrária. São Paulo. Vol.10/11. P.20-30. 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/index.htm> Acesso em: 15 dez. 2011.

SILVA, M. A. M. **A Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Contexto da Nova Divisão Mundial do Trabalho**. Presidente Prudente. Vol. 9. P.(63-80). 2008. Disponível em: www4.fct.unesp.br/ceget/.../04-9-1-MariaAparecidaMoraesSilva.pdf Acesso em: 03 jan. 2012.

SILVA, M. E. S. **Associativismo em Assentamentos Rurais: Resistência e Acomodação na Reforma Agrária**. 2011. 126f. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

SPINK, M. J. (org) **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. ed.1

WHITAKER, D.C.A . **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D.C.A . **A Questão da Diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara/SP**. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et all. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara: UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA,2003b.

REFLEXÕES SOCIOPOLÍTICAS E JURÍDICAS

A LUTA DAS MULHERES PELO DIREITO A TERRA

*Edileusa Silva*¹

*"Quem não se movimenta,
não sente as correntes que o prendem"*

(Rosa Luxemburgo)

Esse resumo aborda a luta das mulheres que vêm quebrando diversos paradigmas, com ênfase para aquelas que cotidianamente vivenciam suas vidas marcadas na luta pela terra, entendendo que esta terra tem uma função social, constituindo-se como direito àqueles que dela tiram sua sobrevivência.

Segundo Prado Júnior (1987), a história do Brasil, 1970, é permeada pelo conflito da posse pela terra, situação que ocorre desde o século XVI, seja para ocupar o imenso território brasileiro, seja para escravizar a população africana trazida à força para a grande fazenda colonial.

De acordo com Butto e Hora (2008), o Brasil vivenciou o sistema de sesmarias, que se expandiu em decorrência de haver grandes fazendas, força de trabalho abundante e barata, disponibilizada, a princípio, pelo trabalho escravo e uma produção agrícola voltada para exportação.

O regime de sesmaria teve sua vigência até mesmo após a promulgação da Lei de Terras em 1850. Esta lei estabelecia que o direito a terra deveria ocorrer mediante a sua compra e aboliria o modelo em questão. Entretanto, “Com os preços elevados das terras e os baixos salários ofertados, o campesinato brasileiro que se formava, os negros libertos e os trabalhadores rurais tiveram poucas condições de acesso legal a terra [...]” (BUTTO; HORA, 2008, p. 23).

Para Melo e Di Sabbato (2008), terminado o período da escravidão houve uma intensa difusão do trabalho em pequenas unidades familiares no meio rural, mas o acesso à terra esteve preso à legislação, só era possível a compra e venda de terras se estivesse de acordo

¹ Profª Doutora da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Campus Pontal. Curso de Serviço Social. Edileusa@pontal.ufu.br

² Lei de Terras, como ficou conhecida a Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão (DUARTE, 2007, online).

com a Lei de Terras, criada em 1850. Esta Lei favoreceu intensamente à preservação das estruturas fundiárias. Deste modo, as melhores terras ficaram para os antigos proprietários e foram recebidas pelas próximas gerações como herança.

As Propostas de reforma agrária ou de solução para o problema rural vêm sendo discutidas no Brasil desde 1920 e 1930, no bojo das grandes lutas sociais. A história da reforma agrária brasileira ocorre tardiamente, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, cerne das reivindicações por reformas de base nas mais diversas áreas: agrária, estudantil, urbana, dentre outras, e entra na discussão de segmentos populares que lutam pelo direito a terra.

Um novo marco jurídico discutiu a questão fundiária mediante a elaboração Estatuto da Terra em 1964, debate imprescindível na defesa de possibilidades, que favorecesse a democratização do acesso a terra. “Nele, a reforma agrária é compreendida como o conjunto de medidas para promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, e assim atender aos princípios de justiça social e do aumento de sua produtividade [...]” (BUTTO; HORA, 2008, p. 24). Mas, é sabido que o governo instituiu o Estatuto da terra para desmobilizar a luta encadeada pela reforma agrária.

Os debates envolvendo propostas da Reforma Agrária entram para a agenda política de forma lenta e gradual neste País. No Brasil, a concentração de terras é histórica desde a fase de sua colonização. Para Melo e Di Sabbato (2008, p. 43) “Da Lei de Terras de 1850 ao Estatuto da Terra de 1964, as políticas agrária e agrícola passaram por contestações e obstáculos sempre que a questão da reforma agrária era trazida pelo povo para a arena política [...]”.

Os autores ressaltam que “As lutas sociais no campo brasileiro nunca desapareceram e explodiram com maior ímpeto nos anos de 1950 com o movimento das ligas camponesas, e retornaram [...] com o movimento dos trabalhadores sem terra” (MELO; DI SABBATO, 2008, p. 42).

Para Butto e Hora (2008), a política de reforma agrária se concentrou no trabalho de implantar assentamentos destinados à instalação de famílias de agricultores. Essa política apoia os programas de desenvolvimentos destinados à unidade de produção familiar. Entretanto, os autores reiteram que mesmo assim não se coloca na pauta de discussões a subordinação das mulheres.

Enfatiza-se que a modernização do campo não veio acompanhada na mesma intensidade na discussão de assuntos referentes aos trabalhos reprodutivos desenvolvidos pelas mulheres, esse desenvolvimento não está ainda relacionado ao uso de aparelhos

domésticos, que pudessem facilitar a vida, bem como o trabalho das mulheres.

O mesmo ocorreu nos processos produtivos. A modernização conservadora do campo brasileiro nos anos 70, por exemplo, se fez com a intensificação do uso de máquinas agrícolas e insumos não incluíram equipamentos e infraestrutura para facilitar o trabalho doméstico, contribuindo mais uma vez, para a segregação e divisão sexual do trabalho (BUTTO; HORA, 2008, p. 24).

Para Butto e Hora (2008), nos assentamentos criados, as mulheres continuaram numa situação de subordinação, e mesmo neste movimento de luta pela terra, de conquistas por parte daqueles que vivem do trabalho com a terra, ainda assim não foram criadas políticas específicas que dessem ao público feminino acesso à terra, bem como autonomia produtiva.

A discussão do direito das mulheres à terra entra em pauta a partir de 1980, momento que se intensifica o debate e a luta em relação à democratização do país. Entretanto, “[...] as políticas de reordenamento fundiário e de desenvolvimento agrícola não consideraram a situação das mulheres, mantiveram a noção de família como unidade de referência e a modernização com o aumento da produtividade agrícola como objetivo” (BUTTO, HORA, 2008, p. 24).

A questão da posse da terra e do título não são questões tão simples e, tampouco, passíveis de desconsiderar; também não é recente, inclusive esta é uma luta que, segundo Butto e Hora (2008), muitos embates já foram travados, para que fosse legalizado o direito do lote ficar no nome da mulher. Destaca-se a Marcha das Margaridas⁵, que representou a luta das mulheres para a obtenção do título do lote. Tal reivindicação foi garantida na Constituição de 1988, no artigo 189, em que se lê “[...] o título de domínio ou concessão de uso serão conferidos ao homem ou a mulher, ou a ambos independentes do seu estado civil”. No entanto, esse artigo ficou como letra morta na Carta Magna, pois, na prática, não houve qualquer alteração, foi necessário, ainda, uma Portaria do INCRA de nº 981/2003 (INCRA, 2003); para tornar-se obrigatória a titulação conjunta, podendo ser para situação de casamento ou união estável. Assim, a garantia da titulação conjunta é uma conquista recente. É importante mencionar que o título, estando apenas no nome do homem, poderia conferir-lhe possibilidades de vender a propriedade sem consultar sua companheira, ou ainda, prejudicá-la nos casos de separação, mas com as alterações legais, o lote fica para a mulher, desde que elas

5 A Marcha das Margaridas é uma estratégia política construída pelas mulheres trabalhadoras rurais organizadas no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), para combater a fome, a pobreza, a violência sexista e construir um novo Brasil com justiça, paz e igualdade de gênero. Recebeu o nome de Marcha das Margaridas em homenagem à Margarida Maria Alves, assassinada em agosto de 1983, na porta de sua casa, a mando dos latifundiários do Grupo Várzea, na cidade de Alagoa Grande, Paraíba. Margarida foi Presidente do STR de Alagoa Grande se destacando por lutar em defesa da garantia dos direitos dos trabalhadores/as rurais assalariados/as (CETRA,online).

tenham a guarda dos filhos.

A atribuição ao homem de ser o responsável pelo patrimônio da família explicita valores patriarcais do homem como o chefe, provedor, autoridade, o que confere poder e controle à figura masculina.

É, sem dúvida alguma, um desafio adentrar neste universo, pois envolve muitas questões do universo feminino, subjetividades, mas é com o olhar alicerçado na realidade concreta material que certamente interfere no subjetivo que se desenvolveu este resumo, para que possa de alguma forma contribuir para a emancipação das mulheres, ou que possa somar com estudos e ações políticas em prol de melhores serviços destinados ao público feminino e, portanto, na construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emanuela. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L.; ZAZAR, Andrea Butto. (Org.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil. Brasília.** DF: MDA, 2008. (NEAD debate, 14).

INCRA. **Portaria INCRA N° 981**, de 03 de outubro de 2003. Brasília, DF, 2003.

MELO, Hildete Pereira; DI SABBATO, Alberto. Um olhar de gênero nos Assentamentos de Reforma Agrária. In: LOPES, Adriana L.; ZAZAR, Andrea Butto. (Org.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil. Brasília.** DF: MDA, 2008. (NEAD debate, 14).

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CRIMINALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: OS PROCESSOS CRIMINAIS E A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA (1995-2002)

*Luciana Cristina Caetano de Moraes Silva**

A história da luta pela terra é uma trajetória marcada, de um lado, pela violência praticada contra os trabalhadores rurais e, do outro, pela resistência desses mesmos trabalhadores. Inicialmente, tal violência pode ser observada nas ações dos grandes proprietários de terras e dos grileiros os quais faziam uso de várias formas de violência. De acordo com Bastos, Chaia e Ferrante (1985), o Estado, na maioria das vezes, desenvolveu um papel de antagonista em relação aos interesses dos trabalhadores, tratando tais conflitos como casos de polícia. Ao perseguir as lideranças dos movimentos de luta pela terra, o Estado, desde cedo, se pôs a criminalizá-las.

A partir dos anos 90, o perfil da violência no campo sofreu uma significativa mudança. O Estado deslocou-se da posição de um simples mediador de conflitos individuais para a de mediador de conflitos coletivos. A mudança do perfil da violência no campo promoveu uma clara diminuição dos confrontos diretos com os grandes proprietários de terras. Contudo, tais confrontos migraram para o judiciário, o qual passou a ser utilizado pelo Estado como órgão repressivo contra os trabalhadores rurais. (TEIXEIRA, 1999)

Este trabalho busca demonstrar como o Estado, durante o Governo FHC (1995-2002), promoveu a violência no campo através da criação de uma política criminal para o tratamento dos conflitos agrários. Se é possível notar a construção de uma política criminal que extrapola o campo legal com a edição de medidas provisórias criminalizadoras, também, se observa que os trabalhadores rurais sem-terra acabaram promovendo mecanismos de resistência, principalmente no campo jurídico, contra as ações repressivas do governo.

Nesse sentido, as partes envolvidas no conflito posicionaram-se da seguinte forma: de um lado, o Estado, que, enquanto detentor do monopólio da violência legítima, praticou o exercício da força com fundamento legal objetivando coibir, ou, ao menos amainar, os conflitos agrários emergentes. Em contrapartida, podemos verificar os sem-terras, cujas ações foram interpretadas pelo Estado como violentas e criminosas, mas justificadas pelo MST

* Docente do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Email: lmoraissilva@yahoo.com.br. Este trabalho é resultado da tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Unesp/Campus de Araraquara, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Leila Stein.

como luta pelo direito à terra, exercício de cidadania.

A metodologia utilizada para a execução da pesquisa constituiu-se em um levantamento de processos criminais contra as lideranças do MST junto ao fórum da Comarca de Teodoro Sampaio/SP, região do Pontal do Paranapanema. Realizaram-se entrevistas semidirigidas com advogados do MST; Promotor de Justiça e o Juiz da referida Comarca.

O primeiro mandato do governo FHC (1995-1998) foi marcado por dois fortes conflitos agrários, o massacre de Corumbiara (RO) em 1995 e o do Eldorado dos Carajás (PA) em 1996 cuja imagem negativa no cenário internacional obrigou o governo a criar, em 1999, o Ministério de Desenvolvimento Agrário e um amplo programa de reforma agrária (FRIGO, 2001). A partir de então, o problema agrário adquiriu relevância porque foi inserido na pauta do governo, sendo considerado uma demanda emergente (MEDEIROS; LEITE, 2004). Como parte dessa ofensiva governamental, o governo FHC criou o projeto reforma agrária via mercado cujas diretrizes básicas estavam caracterizadas pela descentralização das ações, pelo enxugamento da máquina administrativa e pela privatização. O governo também criou o programa Banco da Terra, o Livro Branco de Grilagem de Terras e uma Ouvidoria Agrária (MEDEIROS; LEITE, 2004).

O segundo mandato (1999-2002) foi marcado por uma administração centrada na elaboração de uma nova política (BRASIL, 2003a) expressa na mudança da fórmula de acesso à terra, na valorização do agronegócio e na descentralização da reforma agrária mediante a participação dos estados e municípios. A edição de ações repressivo-criminalizadoras como instrumento de solução dos conflitos agrários (FRIGO, 2001) também marcaram este período. Ao editar uma série de medidas de vertente repressivo-criminalizadoras, o governo federal, promoveu o engessamento e desprotagonização do MST da luta pela terra. A Medida Provisória 2109-47, de 27/12/00, determinou que o imóvel rural alvo de esbulho possessório ou invasão fruto de conflito agrário não seria vistoriado por dois anos após a desocupação do imóvel (BRASIL, 2003b). A Portaria n.º 62 do Ministério de Desenvolvimento Agrário estabeleceu a exclusão de assentados dos programas de reforma agrária que tivessem participado dos esbulhos possessórios (BRASIL, 2003c). A Medida Provisória 2183-56, de 24/08/01, reiterou em seus artigos a suspensão da vistoria dos imóveis alvo das invasões e a exclusão dos assentados dos programas de assentamentos rurais, bem como a punição, com a supressão de recursos públicos, das entidades de apoio às ações dos invasores (BRASIL, 2003d).

As medidas repressivas reduziram o índice de conflitos agrários em todo o território nacional. Investido do direito de punir, o Estado promoveu, através da criminalização, uma

forte repressão às lideranças do MST e estimulou a instauração de inúmeros processos criminais. Como parte da lógica da punição, o Estado criou instrumentos administrativos e jurídicos como forma de administração dos conflitos agrários. Revestida de legitimidade, essa lógica buscou no discurso da manutenção da ordem, da proteção do cidadão e da segurança pública o fundamento para o exercício do monopólio da violência legítima.

Fundamentando-nos em Foucault (2002; 2003), observa-se que os processos criminais contêm uma série de procedimentos que estão presos aos limites da lei. As partes em disputa ficam circunscritas a um espaço predeterminado. Até mesmo o Estado tem a sua violência controlada pelo direito. Ao analisarmos os processos, observamos que a verdade é um mecanismo de poder constantemente debatido e confrontado com outras verdades que são produzidas tanto pelos indivíduos em julgamento quanto pelos setores do poder. Desse confronto surgem vários mecanismos: o da criminalização das lideranças do MST, construída socialmente através da seleção (ANDRADE, 1999), da estigmatização (BARATA apud ANDRADE, 1999) e na definição legal de crime, conforme nos salientou Andrade (1999), fundamentado no discurso da manutenção da ordem, da segurança pública e da instrução penal; e o da resistência das lideranças, expressa no discurso do bom comportamento, na condição de réus primários, na existência de residência fixa, na atuação em emprego lícito e no apontamento de falhas na elaboração do inquérito policial, como também na citação, ao longo do processo, de decisões jurídicas favoráveis ao MST.

A análise dos processos criminais contra as lideranças do MST revelou-nos uma história das relações de poder. Em nome de uma verdade monopolizada pelo Estado, as lideranças foram submetidas à investigação e ao julgamento, tendo, na maioria das vezes, sua liberdade apropriada pelo poder político, demonstrando a dominação deste sobre o indivíduo.

À medida que o Estado criminaliza as lideranças do MST através do inquérito policial e da denúncia do Ministério Público, essas reagem utilizando argumentos e dispositivos jurídicos com o objetivo de resistir à criminalização. Os advogados de defesa têm um papel importante na construção dos mecanismos de resistência. Como portadores da linguagem e da técnica jurídica, eles caminham entre os dois mundos (MANDACH, 2005) – o da justiça e dos sem-terras. A análise dos dados apontou para a profissionalização da luta pela terra ao passo que o MST organiza seu próprio departamento jurídico para auxiliar a dirimir os inúmeros processos, civis e criminais, decorrentes do conflito.

Os argumentos e instrumentos jurídicos utilizados pelos advogados de defesa podem ser concebidos como mecanismos de resistência contra a criminalização imputada às lideranças do MST. Nesse jogo de forças, o direito é jogado contra ele mesmo na medida em

que a defesa se utiliza das decisões jurídicas do STJ ou do STF, favoráveis ao Movimento, como forma de buscar o convencimento dos Desembargadores ou dos Ministros de que a luta pela terra não é crime, mas exercício de cidadania.

A literatura sobre a reforma agrária tem preponderantemente concebido o judiciário e o direito como obstáculos ao processo de luta pela terra porque a criminalizam, conforme nos assinalou Fernandes (1997) com a judicialização da reforma agrária. O presente trabalho busca demonstrar que o judiciário, enquanto espaço de luta, possui regras predeterminadas às partes em conflito, e o direito, principalmente nos processos criminais, vem sendo concebido, por meio dos advogados do MST, como um instrumento de resistência contra a criminalização das lideranças. Não negamos que o judiciário e o direito sirvam de obstáculos à luta pela terra, mas se, por um lado, eles obstaculizam, do outro, eles também abrem espaços para a resistência construída dentro do próprio âmbito legal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. R. P. de. A construção social dos conflitos agrários como criminalidade. In: SANTOS, R. D. dos. **Introdução crítica ao estudo do sistema penal**: elementos para a compreensão da atividade repressiva do Estado. Florianópolis: Diploma Legal, 1999, p. 23-56.

BASTOS, E. R.; CHAIA, V. L. M.; FERRANTE, V. L. B. **As lutas sociais no campo no Estado de São Paulo**. Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 23 a 25 out. 1985.

BRASIL. **O novo mundo rural** – projeto de reformulação de reforma em discussão pelo governo. INCRA. Brasília-DF, 1999. Disponível em: http://www.incra.gov.br/_htm/pub/pubs.htm. Data de acesso: 26 abr. 2003a.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2109-47**, de 27 de dezembro de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei 3.365/41, das Leis nº 4.504/64, 8.177/91 e 8.629/93. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br> Data de acesso: 18 fev. 2003b.

BRASIL. **Portaria nº 62**, de 27 de março de 2001. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> Data de acesso: 19 fev. 2003c.

BRASIL. **Medida provisória nº 2183-56**, de 24 de agosto de 2001. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei 3365, de 21 de junho de 1941, das leis 4.504, de 30 de novembro de 1964; 8.177, de 1 de março de 1991; e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e da outras providências. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br> Data de acesso: 18 fev. 2003d.

FERNANDES, B. M. **A judicialização da luta pela reforma agrária**. GEOUSP, SP, n.1, 1997, p. 35-39.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. RJ: NAU Editora, 2003.

FRIGO, D. De como a porteira que se anunciava aberta continua muito bem fechada e com cadeado novo. **Conflitos no Campo**. CPT, 2001, p. 6-9.

MANDACH, L. D. Von. Militância na cabeça, direitos humanos no coração e os pés no sistema: o lugar social do advogado popular. **Cadernos Renap**, São Paulo, n.6, p.71-82, mar. 2005.

MEDEIROS, L.; LEITE, S. Marchas e contra-marchas na política agrária. In: ROCHA, D.; BERNARDO, M. (Orgs.). **A era FHC e o Governo Lula: transição?** RJ: Inesc, 2004. Disponível em: <http://www.inesc.org.br> Data de acesso: 17 mar. 2004.

TEIXEIRA, G. Violência no campo, Estado e latifúndio. **Conflitos no Campo**. CPT, 1999, p7-9.

O ESTADO E A REFORMA AGRÁRIA

*Frederico Daia Firmiano*¹

Introduzindo o tema

Em coletânea recente sobre a questão agrária e a luta pela terra no Brasil, seu organizador, Miguel Carter, afirmou que a reforma agrária não pode mais ser interpretada dentro do que seria um “esquema simplista”, representado por uma oposição entre “reforma agrária de baixo” e “reforma agrária de cima”, sendo a primeira como movimento da sociedade e a segunda do Estado. Isto, pois, toda reforma agrária, para ele, é uma política de Estado (exceto quando se dá por meio de guerras, apropriações de terra e outras expressões de força bruta) e, ao mesmo tempo, é uma demanda da sociedade. Assim, as reformas agrárias implicam a justaposição de impulsos do Estado e da sociedade, como demonstrou o século XX, quando a maior parte das transformações na estrutura fundiária dos países ocidentais e orientais foi promovida pelo Estado.

Nos estreitos limites desta comunicação, objetivamos discutir alguns brevíssimos elementos sobre (a) a atualidade da reforma agrária e (b) as possibilidades de sua realização como política de Estado.

Um ciclo encerrado

A modernização e constituição do capitalismo brasileiro, na interpretação de Florestan Fernandes, se deram de modo lento, retardatário. A “revolução burguesa sem revolução”, signo da conciliação de classes, marca a história deste país. A dependência e o subdesenvolvimento são, a um só tempo, a integração ao sistema do capital e a ampla fratura interna. A opção política da classe dominante é pela associação com o capital estrangeiro, antes de uma associação com os trabalhadores na realização do que poderia ser um “projeto nacional”. Logo, não há grandes rupturas, que poderiam promover uma “revolução dentro da ordem”, dando lugar a uma forma de dominação burguesa frequentemente autocrática, quando não ditatorial (Fernandes, 2009).

Isso é o que faz com que as reformas sociais de base tidas como necessárias, como a reforma agrária, que deveria remover a “irracionalidade da propriedade da terra” para a

¹ Professor Assistente da Fundação de Ensino Superior de Passos/Universidade do Estado de Minas Gerais-Fesp/Uemg; mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da FCLar-Unesp; integrante do “Grupo de Pesquisa Segurança Urbana, Juventude e Prevenção de Delitos”, do CNPq; bolsista CAPES. Endereço eletrônico: fredericodaia@hotmail.com.

expansão do capitalismo, não se realizem.

O Estado é quem impulsionou a expansão capitalista em toda a história. E as reformas de bases não o alcançaram, como é o caso da reforma agrária. Quando o fizeram, como nos idos de 1950, foram arrefecidas por um golpe militar, como de 1964, que produziu uma intensa modernização do campo e da cidade, sem tocar na estrutura fundiária. A redemocratização dos anos de 1980 vem na esteira da globalização/financeirização da economia, que encerra qualquer possibilidade de o país saltar para além do subdesenvolvimento e da dependência externa e anula as conquistas políticas representadas pela “Constituição Cidadã”.

No campo, pode florescer, em fins da década de 1990, um padrão de agricultura altamente tecnificada, com produção em larga escala, destinada aos grandes mercados mundiais, que dá lugar a um complexo sistema constituído por largas cadeias produtivas, articuladas pelo capital agrário-industrial-financeiro, onde predominam empresas transnacionais. São os agronegócios, consoantes (a) ao novo padrão de acumulação de capital que se constitui a partir da década de 1970 e sua forma particular brasileira; (b) a rearticulação das forças políticas internas associadas às burguesias apátridas transnacionais; (c) a opção política de inserção do País na economia-mundo, como produtor de commodities.

Encerrou-se, aí, o período histórico no qual as reformas de base, como a reforma agrária pode ser realizada pelo Estado.

A nova função do Estado e a experiência brasileira recente

A globalização do capital produziu uma “...inérita era do poder monopolista privado”, como demonstra o número de corporações transnacionais com faturamento equivalente a quase metade do PIB mundial. Com isto, constituiu-se uma ultramonopolização privada em vários setores da atividade econômica sem precedentes. “Essa realidade possível faz com que os países deixem de ter empresas para que empresas passem a ter países”. Além disso, como a crise financeira de 2008 tornou os mercados financeiros assentados em derivativos arruinados, os altos negócios ultramonopolizados do setor privado global passaram a contar com maior presença governamental. Assim, “... a viabilização do capital ultramonopolista global tende a depender crescentemente do fortalecimento do Estado para além do espaço nacional”. E mais que isso: “diante da maior instabilidade do capitalismo (...) amplia-se o papel do Estado em relação à acumulação capitalista” (Pochmann, 2010, p. 37).

Isto decorre do esgotamento de um padrão de acumulação de capital que, por um longo período, foi capaz de conjugar altos ganhos ao capital e garantir direitos ao trabalho. O

capital passou a se deparar com seus “limites estruturais”. No processo de deslocamento de suas contradições, a acumulação se tornou altamente destrutiva e, cada vez mais, dependente do Estado, retirando-lhe as bases que constituíram o Bem-Estar social. (Mészáros, 2009).

Assim, desde os idos de 1970, vem se consolidando uma tendência segundo a qual avançam formas de reprodução destrutivas apoiadas pelos mecanismos estatais que o fazem participar diretamente da composição orgânica do capital.

No Brasil isto pode ser visto nas políticas produtivas dos governos de Lula da Silva² e Dilma Rousseff. Nestes, o Estado passou a desenvolver uma Política de Desenvolvimento Produtivo-PDP e um Plano de Aceleração do Crescimento-PAC. “Pelo lado do PDP, o país imprime intensa reestruturação patrimonial nos setores privados e estatal, com recursos públicos e reposicionamento dos fundos de pensão das empresas estatais”. O Banco Nacional do Desenvolvimento-BNDES “...forma também grandes empresas transnacionais (construção civil, alimentos, energia, siderurgia, transportes e outras)...”. Assim, o Estado adentra o espaço da ultramonopolização da competição capitalista mundial. Apenas nos últimos três anos (leia-se 2008/2009/2010), “...quase um terço do total dos recursos disponibilizados pelo BNDES foram canalizados para somente dez grandes grupos econômicos privados em processos de concentração e fusão”. E, considerando as empresas estatais, quase dois terços do total dos recursos, ou 286 milhões de reais, teriam sido desembolsados para apenas doze grandes empresas nacionais privadas e estatais. Para Márcio Pochmann é um processo tardio de reversão das privatizações promovidas pelas políticas neoliberais. (Pochmann, 2010, p. 41-42; citações, p, 41). Mas não é, de fato.

Na realidade ocorre um aprofundamento das privatizações, tendo em vista que, segundo os dados apresentados pelo autor, entre 12 empresas que receberam recursos do BNDES 10 são do setor privado. Trata-se, assim, de uma nova dinâmica de privatizações, dada pela nova função do Estado e pela nova composição do capital, em cuja organicidade estão os recursos públicos. Isto, junto com o processo, reconhecido e lamentado pelo autor, de reprimarização da pauta de exportações do país, fornecedor de commodities para os países desenvolvidos³. Já, pelo lado do PAC, está havendo uma recomposição, em alguns casos, e

² Para Francisco de Oliveira são duas as forças que compõem o bloco de poder no governo Lula. “As duas tem caráter extrovertido, isto é, estão ligadas ao processo de mundialização do capital. a primeira delas é a da financierização. Esta articula a reiteração do financiamento externo da acumulação de capital, já que a mundialização tornou ineficiente as fontes internas, expresso tanto no sistema bancário, cujo lucro depende em grande medida das operações com títulos do governo, quanto nos fundos de pensão (...)

A segunda provém do agronegócio, a fronteira de mais rápida expansão do capital, que segue em ascensão praticamente há três décadas. (Oliveira, 2007, p. 276-277).

³ O volume de recursos públicos destinados ao financiamento e expansão dos agronegócios é cerca de 6 vezes maior que o volume de recursos públicos destinados aos pequenos produtores. (Firmiano, 2009). E as

uma ampliação, em outros, da infra-estrutura econômica e social⁴. (Pochmann, 2010, p. 42).

Destarte, ocorre um processo crescente e irreversível, na ordem do capital, já que produto de suas contradições internas, de comprometimento ou mesmo simbiose entre Estado e capital privado monopolista transnacional⁵.

O significado atual da reforma agrária e o Estado: algumas considerações finais.

Esta imbricação entre a expansão do capital e a direção política do Estado⁶, no contexto da globalização/financeirização da economia-mundo não permite, pois, que qualquer Estado nacional realize qualquer política social, para não falar em reforma social, sem tocar no padrão destrutivo de acumulação de capital e, o que importa reter neste momento, na própria relação simbiótica entre Estado e capital. Mas, ao mesmo tempo, impõe-se neste momento histórico a necessidade de uma alternativa radical ao sistema do capital sob pena de que o avanço destrutivo das formas de valorização do capital esgotem as condições necessárias para a reprodução da humanidade. (Mészáros, 2009).

É nesse sentido que a reforma agrária ganha vigência neste momento histórico. Sua atualidade reside na necessidade vital de produção de uma alternativa radical ao padrão de acumulação de capital, hoje, altamente destrutivo dos recursos ecológicos e humanos; como parte de outro padrão de desenvolvimento apoiado nas necessidades verdadeiramente humanas. Padrão este que não pode ser garantido pelo Estado, em razão do comprometido com as formas destrutivas de expansão e reprodução do capital monopolista transnacional.

Por essa razão, a reforma agrária já não pode mais participar da agenda público-estatal. Primeiro, pois só faz sentido se participar de um projeto alternativo ao metabolismo do sistema do capital (e esta é uma tarefa que, historicamente, o Estado não pode cumprir); segundo, pois a participação de qualquer força política no Estado não pode se dar sem (a) um altíssimo grau de comprometimento com suas novas funções, ou, sem (b) a anulação

exportações em produtos agrícolas, entre 2000 e 2008 saltaram de US\$ 13,2 bilhões para US\$ 58,4 bilhões, registrando uma taxa média anual de expansão de 20,43% com desta que para os setores e complexos da soja, de carnes, sucroalcooleiro que, juntos, representaram 69,2% do total das exportações brasileiras (BRASIL, 2009, p. 9-15).

⁴ É importante anotar que à esta forma de desenvolvimento correspondem às formas atuais de expansão destrutiva do capital, avançando sobre áreas de proteção ambiental e territórios de grupos cuja experiência está vinculada à terra, promovendo o que poderia ser uma superexploração dos recursos ecológicos e intensificando a superexploração do trabalho.

⁵ Desde Gramsci, a concepção de Estado passou a comportar novas determinações. Mais que isso, o comunista italiano empregou-lhe um sentido que restituiu as imbricações profundas entre sociedade civil e sociedade política. O marxista sardo pode, pois, identificar as bases materiais do Estado, que o configuram como parte da estrutura da sociedade (e não da “superestrutura” como um certo marxismo vulgar o fez e tem feito). Mas, parece-nos sua teoria deve ser revista à luz da nova processualidade histórica do capital.

⁶ Não tratamos aqui a importantíssima relação entre capital privado e Legislativo e Judiciário e suas novas funções no quadro geral de simbiose Estado/mercado.

permanente na disputa política social e econômica em razão da forma hoje assumida pelo Estado, que poderíamos chamar de forma capital-Estado ou Estado-capital. Os ganhos e conquistas dessa forma de participação no Estado parecem pouco significativas com relação à necessidade de construção de uma nova ordem social.

Por essa razão, a reforma agrária só pode se realizar num quadro político que incorpore reformas estruturais que tocam o tripé que sustenta o sistema do capital – capital, trabalho e Estado, como propõe Mészáros (2009). Em termos gramscianos, isto significa que a reforma agrária só pode ter vigência no processo de absorção e superação da sociedade política pela sociedade civil. Ou, em outras palavras, o Estado só pode realizá-la no interior do processo de sua desconstrução. Isto não significa que os instrumentos político-jurídico-formais do Estado devam ser abandonados. Mas que o quadro no qual se desenvolveram fechou-se, retirando-lhe muito de seu conteúdo emancipador, exigindo, cada vez mais, uma disputa “do lado de lá” do Estado.

REFERÊNCIAS

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In.: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio Comercial do Agronegócio: Principais mercados de destino / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio**. – Brasília: Mapa/ACS, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. – 4ª edição rev. – São Paulo: Global, 2009.

FIRMIANO, Frederico Daia. **A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP)**. – São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. [tradução: Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa]. 3ª reimpressão. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação**. – São Paulo: Boitempo, 2007. (Estado de sítio).

POCHMANN, Marcio. O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro. In.: **Margem Esquerda – ensaios marxistas**, São Paulo, n° 15: novembro de 2010.

ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE UMA EXPERIÊNCIA EM UM ASSENTAMENTO EM ITUIUTABA-MG.¹

Rogério da Silva Marques²

Neusa Elisa Carignato Sposito³

A seguinte reflexão é sobre o acesso as políticas públicas de saúde das famílias do assentamento localizado na zona rural do município de Ituiutaba MG. Esta experiência foi realizada no ano de 2011, dentro do Programa de Educação Tutorial PET- Conexões de Saberes Saúde e Populações do campo: Afirmarções de direitos. Que desenvolve seus trabalhos na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal FACIP/UFU, este relato de experiência parte das percepções de um graduando do curso de Serviço Social, que busca compreender a realidade vivia pelos indivíduos desta comunidade rural, percepções no que se refere ao acesso as políticas públicas de saúde.

O Programa de Educação Tutorial PET- Conexões de Saberes Saúde e Populações do campo: Afirmarções de direitos (PET + Saúde). Tem a temática saúde abordada nos aspectos de sua prática, discussão e reivindicação através de atividades de pesquisa, ensino e extensão realizadas multi e interdisciplinarmente entre os acadêmicos (professores e alunos) da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP da Universidade Federal de Uberlândia - UFU e a comunidade rural da região do Triângulo Mineiro/MG.

O objetivo desse projeto é promover a construção do conhecimento em saúde articulando os saberes populares e acadêmicos, ou seja, através de uma via de “mão dupla” do conhecimento: ao mesmo tempo em que se leva da universidade à comunidade um conhecimento acadêmico, aprende-se com ela outras formas e meios de enfrentamento das questões da saúde. O projeto teve início em dezembro de 2010 e é constituído por treze alunos, uma tutora, um vice-coordenador e conta com a colaboração de cerca de trinta professores oriundos dos onze cursos da FACIP.

O município de Ituiutaba-MG, conta com seis assentamentos, dentre eles o qual foi desenvolvidas visitas durante o ano letivo de 2011, na busca de levantar dados a cerca das políticas de saúde e do acesso a este direito constituído por lei por parte dos assentados. Estas

¹ Esta experiência ocorreu no ano de 2011 enquanto integrante do Grupo PET Populações do campo: afirmarções de direitos.

² Discente do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia (MG) - FACIP/UFU; Ex-integrante do grupo PET+Saúde Populações do Campo. Integrante do PROEXT/MEC/SESu. “Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: educação inclusiva, autonomia econômica e participação política” EMAIL: rogeriodasilvamarques@yahoo.com.br

visitas partiram de uma proposta de pesquisa dentro do programa do PET + Saúde, que tem caráter investigativo preliminar no Assentamento Novo Pântano Mariano, com crianças e mulheres acerca do acesso aos programas de saúde institucionais. O foco deste trabalho é o de proporcionar a essa população em questão a conscientização dos seus direitos e luta por eles.

Partindo da definição de Saúde pela Organização Mundial de Saúde que nos trás a concepção de que saúde não significa apenas a ausência de doença, ou seja, de patologias, e sim que o tema saúde tem um conceito amplo de um bem-estar físico, mental e social.

Devemos ter a educação como fator de promoção e proteção à saúde e estratégia para a conquista dos direitos de cidadania. A experiência com a população do campo em questão responde a uma forte demanda social, num contexto em que a tradução da proposta constitucional de 1988, segundo Seção II da Saúde Art. 196 ao Art. 200, que garante a saúde como um direito de todos os cidadãos, bem como as obrigações do poder Público.

A metodologia utilizada foi de pesquisa de campo, realizada em casas dos assentados, estas visitas foram marcadas com antecedência onde todos os assentados eram convidados a participar das rodas de conversas onde partindo de suas falas das experiências vivenciadas a cerca do tema saúde. Nestes encontros utilizávamos de formulários semiestruturados, no qual os próprios indivíduos conduziam os encontros.

A população abordada em questão se caracteriza em um total de 18 (dezoito) famílias correspondendo há 33 (trinta e três) pessoas, que se caracterizam em diversas formas de sustento, alguns trabalham na terra para seu próprio sustento e outros trabalham na cidade e vivem no assentamento.

Sobre a educação existem 15 (quinze) crianças/adolescentes que estudam em escolas na zona urbana, Isso ocorre pelo fato de existir uma escola Municipal na zona rural só atende até o 5º ano do ensino fundamental. Tendo os alunos para continuar os estudos seguir todos os dias para as escolas da zona urbana.

O atendimento médico ocorre na Escola Municipal uma vez por mês, não existe nenhum Programa de Saúde da Família PSF, que atenda a população do campo. Em caso de emergência, esta deve procurar o atendimento no Pronto Socorro Municipal. A dificuldade do acesso ao atendimento segundo os assentados é um grande problema a ser enfrentado, visto que a maior parte da população se caracteriza por indivíduos de fase adulta e idosa com problemas de saúde como diabetes e hipertensão. Para compreender a dificuldade do acesso destes indivíduos ao atendimento médico basta analisar a condição da via de acesso a cidade

³ Docente do curso de Biologia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia (MG) - FACIP/UFU; Tutora do grupo PET+Saúde Populações do Campo.

que são as estradas vicinais. Existem reuniões do conselho municipal de Saúde em que o assentamento tem um representante que leva as demandas da comunidade junto ao poder público, porém os assentados em suas narrativas lamentam a demora do atendimento das reivindicações básicas como saúde, educação e infraestrutura de acesso ao assentamento.

Dentro das considerações mais relevantes do trabalho destaca-se a dificuldade encontrada pela população do campo em ter garantido seus direitos de acesso às políticas de saúde e de educação, por falta de projetos da esfera governamental Municipal, que se concretize na prática, possibilitando que estes indivíduos tenham o seu direito as políticas de Assistência à saúde e a educação efetivada. É importante evidenciar a luta desta comunidade pelo direito ao espaço de terra, infraestrutura adequada, acesso à saúde e educação por meio da participação nos conselhos correspondentes. A comunidade em que a experiência ocorreu esta engajada e encorajada na busca da efetivação dos direitos sociais. A importância de ter dentro do processo de formação acadêmica a participação em um projeto que possibilite a atuação interdisciplinar e contato com a população na qual nossa atividade profissional se efetivará, é sem sombras de dúvidas um enriquecimento da formação profissional. Este contato é o que possibilita a reconhecer na Universidade Pública um ensino de qualidade atento as demandas da sociedade.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Política Social: fundamentos e história** / Eliane Rossetti Behring, Ivonete Boschetti. – 8. ed. – São Paulo : Cortez, 2011. – (Biblioteca básica do serviço social ; v. 2)

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em 24/09/2011

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. **ABC do SUS** — Doutrinas e princípios. Brasília: 1990.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **O trabalho do agente comunitário de saúde.** Programa de agentes comunitários de saúde. Brasília: 1994.

BUSS, P.M., PELLEGRINI FILHO, A. **Saúde e seus Determinantes sociais.** Revista Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007.

LAPLATINE, François. **Aprender Antropologia.** François Laplatine ; tradução Marie-Âgnès Chauvel; Prefácio Maria Isaura Pereira Queiroz. São Paulo, Brasiliense, 2006

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. **PET Conexões de Saberes Populações do Campo e Saúde:** Afirmações de Direitos. Ituiutaba, 2011. 14p. Planejamento.

O DITO PELO NÃO DITO: OS GOVERNOS LULA E O II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

*Thaylize Goes Nunes Pereira*¹

*Prof^ª Dr^ª Mirian Claudia Lourenção Simonetti*²

PIBIC/CNPq

Esta pesquisa está ligada a pesquisas mais amplas denominadas “Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agronegócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 2010” e “Um balanço das Políticas de Reforma Agrária no Brasil entre 1985 a 2010”, e vem sendo desenvolvidas junto ao Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais – CPEA na UNESP, Campus de Marília, com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Na parte ao qual me cabe dessa pesquisa em andamento, tem-se a intenção de decifrar os limites e as possibilidades das políticas dos governos Lula da Silva para a realização da Reforma Agrária no país, desenvolvendo uma análise acerca das permanências e/ou das mudanças de discursos e ações adotadas respectivamente no primeiro e segundo mandato. Sobretudo, procurar-se-á desenvolver essa problemática a partir da análise dos processos resultantes do II Plano Nacional de Reforma Agrária, desde a sua elaboração até quando esse foi deixado para trás pelo Governo aqui já citado.

Seguindo essa problemática, a pesquisa desenvolvesse através de duas vertentes divididas em teórica e empírica. Através primeiramente do embasamento teórico de autores que possuam uma discussão sobre a problemática em análise, realizo uma revisão bibliográfica sobre o assunto aqui mencionado. Nessa primeira etapa, analiso também dados coletados pelos Institutos de Pesquisa tais como: Núcleo Estudos da Reforma Agrária (NERA), Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dentre outros. Para que assim, depois de obter esse arsenal teórico, seja realizada a pesquisa empírica.

Após o cumprimento dessa primeira etapa, teve-se o início a pesquisa empírica como o objetivo de entrevistar os trabalhadores do campo tanto os assentados bem como os

¹ Discente do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Marília. Colaboradora do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA). É bolsista financiada pela agência de fomento PIBIC/CNPq. E-mail: thaylize@hotmail.com e thaylize@cpeaunesp.org

² Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. É coordenadora do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA). E-mail: mirian@mariliaunesp.br

acampados, entrevistando também as lideranças do MST, políticos que possuem uma discussão sobre o assunto aqui mencionado e os governantes que exerceram mandato dentre esses 20 anos de luta do MST e/ou nos últimos dois mandatos de Lula da Silva. Os depoimentos serão colhidos através do método da história oral.

Paralelamente a essa etapa, e dando sequência ao trabalho de campo, será realizada a coleta de depoimentos junto aos elaboradores do II PNRA, com isso pretendendo mostrar o processo de elaboração do mesmo através dos depoimentos dos seus protagonistas.

Entretanto, para analisar o que foi o II Plano Nacional de Reforma Agrária desenvolvido no Governo Lula da Silva, se faz necessário compreender o que se passava no cenário nacional e internacional para que assim possamos entender as diretrizes desses oito anos de Presidência. Assim, começaremos essa análise conjuntural através das três disputas de Lula a eleições presidenciais, a qual não conseguiu se eleger – 1989, 1994, 1998. As estratégias utilizadas por ele nessas campanhas não haviam sido satisfatórias, pois nelas ele fazia ataques ao plano neoliberal que estava em vigência no país. Percebendo tal problema em sua estratégia política ele muda sua campanha e em 2002 consegue se eleger. “Em vez de se apresentar como um candidato da oposição radical ao modelo econômico e político então vigente, apresentou-se como um candidato de conciliação” (PIRES, 2010, p.314), mudando a imagem que todos tinham dele – principalmente os empresários e a classe média – deixando claro que não haveria mudanças radicais em seu governo, se eleito, nem instabilidade monetária, preservando esses aspectos do governo anterior.

Firmando a espécie de um pacto em 2002 Lula lança a famosa Carta aos brasileiros, conhecida também como Carta aos banqueiros. Nela ele diz que não iria mexer na estrutura; na arquitetura da política macroeconômica que foi implantada no Governo FHC, ou seja, o Governo Lula assume nessa carta um compromisso de manter a política econômica; as metas de inflação e austeridade fiscal com taxa de câmbio flutuante e assim fez após eleito.

De 2003 a 2007 as reservas do país já somavam um total de 180 bilhões, conseguindo assim Lula reestabilizar as contas externas. O que vale ressaltar aqui é que o grande mérito não é do Governo vigente no momento, e sim devido ao contexto internacional de grande crescimento econômico de 2003 até 2008. Esse Governo “deu sorte” de ter pegado uma situação internacional muito favorável, que permitiu reequilibrar essas contas que haviam sido um tormento no período de FHC. Assim, não dá para entender o razoável desempenho de Lula – um bom desempenho em relação a FHC – sem entender a conjuntura internacional existente nesses períodos.

Outra questão que se faz necessário destacar é a complexidade desse Governo. Esse

possuía uma base heterogênea e difícil de ser classificada, possuindo alianças com PMDB, PT, PDT, entre outros – essa base é resultado das inúmeras alianças que o Governo fez para se eleger. Assim, com uma base tão ampla e com tantos conflitos de interesse, a políticas dele acaba sendo muitas às vezes incoerentes.

Adentrando agora de fato ao II Plano Nacional de Reforma Agrária, podemos salientiar que esse não teve suas metas e prazos cumpridos. Foram elaboradas duas versões do II PNRA, uma era coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, e tinha metas muito superiores ao plano elaborado pela equipe de Miguel Rosseto. Para comparar a diferença entre a extensão dessas propostas, destaco que o plano elaborado pela segunda equipe pretendia assentar 600 mil famílias a menos que a primeira consecutivamente, ainda assim a elaborada pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio não passou de uma proposta (FERNANDES, 2010) entrando em vigor – e isso não significa efetivação de ações – a de Miguel Rosseto. Mesmo assim, com meta muito inferiores as que a realidade necessitava, o II PNRA obteve metas que não atingiriam o montante da população que “aguardava” ser atendida. Se esse tivesse realmente sido colocado em prática seria notável a diferença das grandes extensões de terras localizadas em nosso país.

Adentrando mais a fundo o Governo Lula e a PNRA desenvolvido nesse período, vale destacar que existem números oficiais de assentamentos e de créditos fornecidos para a realização da Reforma Agrária que não compactuam com a realidade existente. Mesmo assim, levando em consideração esses números observamos que esses governos assim como os demais deixam uma imensa dívida com os movimentos sociais e com aqueles que dependiam e aguardavam a Reforma Agrária.

Assim como diz Fernandes em seu livro *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*, os erros ocorridos no I e no II PNRA deveriam ser analisados mais atentamente pelos seus sucessores para que as mesmas falhas não sejam cometidas, no sentido de conseguirmos de fato fazer um PNRA que funcione, para cumprir as metas por ele estabelecidas – mesmo sabendo que essas metas são muitíssimo inferiores as necessidades inerentes para a realização de fato da Reforma Agrária no Brasil (FERNANDES, 2008).

O Censo Agropecuário realizado em 2006 no Brasil nos deixa evidente as necessidades da Reforma Agrária brasileira, e nos demonstra que a concentração da terra e renda da produção encontra-se nas mãos do agronegócio, sendo elas em grande parte improdutivas e as que produzem a fazem para a exportação de produtos tais como soja, cana-de-açúcar, ressaltando assim, que a maior produção de alimentos é realizada pelos pequenos proprietários resultantes de uma agricultura familiar. Através da ganância desses poucos que

possuem muito, localizamos um dos principais pontos de reflexão da problemática da terra: Esta deve estar em função de quem? Ela seria mesmo objeto para acúmulo de riqueza ou essencialmente fruto de trabalho e liberdade para aqueles que dependeriam dela?

Destaco então primeiro mandato de Lula (2003-2006) que foi marcado por políticas que defendiam o agronegócio. Em sua reeleição, inicia o que podemos claramente nomear aqui de contra-reforma agrária, e já não sendo o bastante para um único mandato, seu governo se uni ainda mais com o agronegócio brasileiro, e assim em 2006 o governo conseguiu atingir apenas 37% de assentamentos da Meta 1 do II PNRA.

Seguindo a ordem de ações do segundo mandato, foram realizadas duas medidas provisórias – 422 (Lei nº 11.763 - 1º/08/2008) e 458 (Lei nº 11.952 – 25/06/2009) – esses que facilitam que as terras griladas da Amazônia Legal fossem regularizadas. Ao invés de se criar um III PNRA, se criou o Programa Terra Legal, regularizando as terras griladas do agronegócio. Todas essas ações adotadas pelo governo só fizeram aumentar e tornar ainda mais visível o avanço do capital nacional e internacional sobre as terras brasileiras.

Assim entendemos que a tão falada Reforma Agrária de Lula não saiu do papel, embora esse tenha destaque no decorrer de sua campanha eleitoral e em seu primeiro mandato que a reforma agrária era uma política de justiça social e que sempre iria defender a mesma lutando por ela até morrer. (Pronunciamento de Lula em 2005). Notamos claramente que os mandatos dos governos Lula seguiram metas diferenciadas quando se fala no quesito Reforma Agrária.

Através do que foi explanado nessas poucas linhas, não me cabe realizar uma conclusão final sobre a problemática aqui levantada, mas sim destacar alguns pontos-chaves. Desta forma, saliento que oito anos de mandato foram mais que suficientes para enxergar as mudanças e recuos para a realização da Reforma Agrária no país. E com promessa não cumpridas e o II PNRA sem sair do papel, a luta pela terra – está que poderia mudar o seu papel no Brasil de precursora da desigualdade para transformar-se em fonte de trabalho e liberdade – se transforma mais uma vez em frustrações para aqueles que realmente acreditavam e a contra-reforma do segundo mandato de Lula da Silva só nos confirma que a execução da Reforma Agrária no país não era prioridade desses governos aqui citados, de seus antecessores e nem desse quem agora governa nosso país, pois o que observamos são ingerências nas decisões políticas; contradições para a forma de execução do mesmo, e falta de articulação e respaldo entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Toda essa falta de preparo e/ou interesse do governo impede que a Política de Reforma Agrária entre em vigor, realizando o início da justiça social no campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL. **Comissão Pastoral da Terra**. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=viewdownload&catid=4&cid=192. Acesso em: 01.06.2011.

FERNANDES, B. M. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2008, v.1, p. 173-224.

_____. **III PNRA: a reforma agrária como desenvolvimento territorial**. NERA. Presidente Prudente, dezembro de 2010, número 36. ISSN 2177-4463. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 17.08.2011.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HEINEN, Milton. **O plano nacional de reforma agrária do governo Lula**. Antecedentes. O plano. Possibilidades e limites de sua execução. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/17929366/1990100000/name/O+plano+nacional+de+reforma+agr%C3%A1ria+do+governo+lula.pdf>. Acesso em: 02.09.2011.

INCRA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=386 Acesso em: 28.05.2011.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geógrafos e Estatísticos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm> Acesso em: 28.05.2011.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O Capital**. Livro 1. v.1 e 2. São Paulo: Difel, 1982.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Pronunciamento de Lula em 2005**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/institucional/PNRA>. Acesso em: 16.05.2010.

PIRES, M. C. **Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

II PNRA. **Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: MDA, 2003.

AS AUTONOMIAS DIDÁTICA E JURISDICIONAL DO DIREITO AGRÁRIO E O PAPEL DO MAGISTRADO QUE LIDA COM CONFLITOS AGRÁRIOS

*Camila Ribeiro Desinde*¹

CNPQ/PIBIC

Resumo

O trabalho tem como escopo central fazer uma análise sobre o papel do magistrado que lida ou irá lidar com conflitos agrários. Essa análise será feita a partir de reflexões sobre o Direito Agrário no cenário brasileiro, principalmente, refletindo sobre as potencialidades e os limites de suas autonomias didática e jurisdicional, em especial no cenário paulista, na formação do magistrado e na construção de seu papel.

Para se repensar o papel da magistratura, fundamentalmente no âmbito agrário, é de extrema importância analisar o caminhar e o florescer do Direito Agrário no Brasil. Assim o trabalho se propõe a fazer essa análise partindo do cenário sócio-econômico, educacional e jurídico brasileiro do início do século XX até os dias atuais.

No âmbito sócio-econômico iniciamos refletindo sobre a influência da conjuntura brasileira na pressão por positivação de direitos sociais, revelando, diante do quadro de extrema concentração fundiária, desigualdade social e vilipêndio aos direitos humanos, principalmente, a emergência da discussão sobre a função social da propriedade. Função esta, que é princípio norteador do Direito Agrário enquanto ciência autônoma.

Ou seja, trata-se, neste contexto, de verificar a fundamentação na prática da consolidação da autonomia científica do Direito Agrário, ressaltando, portanto, a sua importância não como mera ramificação do direito privado, mas compreendendo também sua esfera pública, seus efeitos no âmbito social e sua contribuição no desgaste da herança civilista e privatista sobre o tema propriedade.

A partir desse quadro procurar-se-á refletir sobre a flexibilização e evolução do conceito e da função social da propriedade, desde o Código Civil de 1916, a Constituição de 1946, o Estatuto da Terra de 1964, a Constituição de 1988 e o Código Civil de 2002.

Assim, verificar-se-á o desgaste da concepção que caracteriza o direito de propriedade como um direito exclusivo e absoluto, para uma concepção que prima pelo cumprimento de

¹graduanda da Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP campus Franca. E-mail: camilaribeirodesinde@yahoo.com.br

sua função social. Esse desgaste se reflete também na posituação de normas agraristas, ou seja, é também reflexo da autonomia legislativa do Direito Agrário.

Diante do embasamento que a autonomia científica do Direito Agrário confere a todas as suas demais autonomias, o trabalho parte para sua segunda parte, ou seja, tendo em vista, a partir do contexto sócio-econômico brasileiro, a importância da fundamentação científica do Direito Agrário e de sua autonomia legislativa, busca-se aprofundar a discussão no âmbito educacional, isto é, passa-se a analisar sua terceira autonomia, que é a autonomia didática.

Visando fazer a análise desta autonomia, que se formalizou a partir da Resolução nº3 de 25.02.1972 do Conselho Federal de Educação, o trabalho foca-se no âmbito educacional brasileiro, fazendo um panorama sobre o ensino jurídico para discutir sobre a formação do profissional de direito, de modo a verificar que vivemos em uma crise no ensino, fruto do esgotamento de paradigmas que fundamentam o modo de pensar o Direito, ou seja, paradigmas que reduzem o seu objeto a dimensão normativa e conformam o distanciamento do profissional do direito da realidade social.

Em meio a essa crise, veremos quando ocorreu a inserção da disciplina de Direito Agrário nas grades curriculares dos cursos de direito das faculdades e universidades públicas e privadas do estado de São Paulo, partindo da verificação destas grades, dispostas principalmente, nos sites da maioria das faculdades e universidades paulistas. Sendo necessário frisar que o estudo do cenário paulista foi escolhido devido, principalmente, ao crescimento do agronegócio, da agroindústria, tendo em vista também ser um cenário de conflitos agrários.

Destarte, analisaremos os limites e as potencialidades desta disciplina na formação do profissional de direito e mais precisamente na formação de um futuro magistrado que irá lidar com conflitos agrários. Potencialidades que estão relacionadas com o desgaste da concepção civilista privatista de propriedade, tendo por base o princípio da função social da propriedade. E limites, compreendendo ser a disciplina um instrumento que busca desmascarar o sufocamento e o esgotamento do muro paradigmático normativista-positivista, liberal e lógico-formal, que ainda hoje fundamenta o Direito.

No momento da colheita de dados sobre a inserção da disciplina de Direito Agrário nas faculdades e universidades públicas e privadas do estado de São Paulo, verificou-se que num campo de 53 faculdades e universidades espalhadas pelo estado, 69,8% não possui a disciplina nem mesmo como eletiva/optativa, não seguindo, portanto, a Resolução de 1972. Dentre as várias reflexões feitas a partir desses dados, subdividindo as análises e focando em alguns momentos somente as faculdades privadas, e em outros somente as públicas, ou ainda,

analisando a própria denominação da disciplina conforme cada campus foi possível refletir que esta disciplina ainda não é valorizada na maioria das faculdades e universidades do estado, de modo que isso reflete no contexto do ensino jurídico ainda uma concepção que subjulga o rural, mascarando sua enorme importância, principalmente no estado de São Paulo onde, por exemplo, existem conflitos agrários, onde a agroindústria da cana é altamente expressiva.

Também reflete a tendência, principalmente, da maioria das faculdades e universidades privadas, em hipervalorizar o conteúdo técnico, dogmático, ou mesmo direcionando a disciplina a partir de denominações que demonstram uma concepção mais restrita sobre o direito agrário, como “Direito do Agronegócio”.

Assim, diante das várias reflexões que foram feitas, e serão melhor explicitadas e salientadas na apresentação oral deste trabalho, a respeito da consolidação da autonomia didática do Direito Agrário no estado de São Paulo, o trabalho se propõe a analisar sua última autonomia almejada: a autonomia jurisdicional.

Trata-se de resgatar a ideia de jusagraristas como Fernando Sodero, e outros pensadores como Raymundo Laranjeira, sobre a implantação de uma Justiça Agrária no Brasil. Nesse sentido, tendo em vista também o esgotamento de paradigmas que fundamentam a atuação do magistrado, fazendo com que haja uma disparidade do que os magistrados fazem e do que pensam que fazem, o trabalho entende a importância não da mera criação de uma vara agrária, mas de uma Justiça Agrária.

Ou seja, não bastam esforços no sentido de primar pela formação de um profissional que tenha “mentalidade agrarista”, pois é necessário buscar superar paradigmas que fundamentam a atuação do judiciário, ou seja, é necessário repensar a estrutura judiciária, principalmente quando se trata do âmbito agrário.

É nessa perspectiva que o trabalho irá discutir sobre os limites e as potencialidades da autonomia jurisdicional do Direito Agrário. Limites, no sentido de compreender que toda a problemática da questão agrária brasileira não terá a Justiça Agrária como elemento solucionador, isto é, longe dessa concepção simplista e imediatista encontram-se os propósitos de sua implantação.

E potencialidades, no sentido de vislumbrar uma outra forma de atuação do judiciário, que desmistifique seu papel apolítico, neutralizador e pacificador de conflitos. E isso se daria não dentro de uma estrutura comum judiciária, pautada no paradigma racionalista aos moldes da concepção novecentista de poder judiciário, mas se daria a partir da criação de novas estruturas e nesse sentido, alguns pensadores como Lucas de Abreu Barroso falam sobre a

necessidade de criação de um código de processo agrário.

Enfim, o trabalho ainda está na fase de extrema reflexão sobre a autonomia jurisdicional do Direito Agrário, sempre buscando dialeticamente uma superação das concepções que estão postas, na tentativa de desmistificar e de denunciar o quanto todas as autonomias do Direito Agrário têm a contribuir para repensarmos sobre o papel do magistrado que lida ou irá lidar com conflitos agrários.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Jacques Távora. Os conflitos possessórios e o Judiciário. Três reducionismos processuais de solução. In: SILVEIRA, Domingo Sávio Dresch da; XAVIER, Flávio Sant'Anna. **O direito agrário em debate**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p.269-288.

CALDANI, Ciuro Angel Miguel. Significado filosófico-jurídico del derecho agrário. In: BARROSO, Lucas de Abreu; PASSOS, Cristiane Lisita (Org.). **Direito Agrário Contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p.3-27.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Magistratura, sistema jurídico e sistema político. In FARIA, José Eduardo (Org.). **Direito e Justiça: a função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1989, p.111-120.

FACHIN, Luiz Edson. A justiça dos conflitos no Brasil. In: STROZAKE, Juvelino José (org.). **A Questão Agrária e a Justiça**. São Paulo: RT, 2000.

_____. Das províncias do direito privado à causa justificativa da propriedade. In: LARANJEIRA, Raymundo (Coord.). **Direito agrário brasileiro**. Em homenagem à memória de Fernando Pereira Sodero. São Paulo: LTr, 1999, p.121-131.

FARIA, José Eduardo. **Justiça e Conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

_____. **A Reforma do Ensino Jurídico**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1987.

_____. O ensino jurídico e a função social da dogmática. **Encontros da UNB: Ensino Jurídico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, p.109-117.

FELIX, Loussia P. Mousse. Da Reinvenção do Ensino Jurídico: considerações sobre a primeira década. In: **OAB RECOMENDA: um retrato dos cursos jurídicos**. Brasília, OAB, Conselho Federal, 2001.

LARANJEIRA, Raymundo. **Direito Agrário**. São Paulo: LTr, 1984.

_____. (Coordenador). **Direito Agrário Brasileiro: em homenagem a memória de Fernando Pereira Sodero**. São Paulo: LTr, 2000.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. O Novo Conteúdo Mínimo dos Cursos Jurídicos. In: **OAB ENSINO JURÍDICO: novas diretrizes curriculares**. Brasília: OAB, 1996.

LOPES, José Reinaldo de Lima. A função política do poder judiciário. In: FARIA, José Eduardo (Org.). **Direito e justiça: a função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1998, p.123-144.

MACHADO, Antonio Alberto. **Ensino Jurídico e Mudança Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

MANIGLIA, Elisabete. Atendimento da função social pelo imóvel rural. In: BARROSO, Lucas de Abreu; MIRANDA, Alcir Gursen de; SOARES, Mário Lúcio Quintão (Org.). **O direito agrário na Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p.25-44.

_____. Caracterização legal das invasões de terra. In: LARANJEIRA, Raymundo (Coord.). **Direito agrário brasileiro**. Em homenagem à memória de Fernando Pereira Sodero. São Paulo: LTr, 1999. p.132-153.

MENDONÇA, O. **Caminhos para uma Justiça Agrária no Brasil**. São Paulo: LTDr, 2000.

NOLETO, MAURO ALMEIDA. A Recomendação da OAB: uma nova perspectiva para a avaliação dos cursos jurídicos. In: **OAB RECOMENDA: Um retrato dos cursos jurídicos**. Brasília, OAB, Conselho Federal, 2001.

OAB RECOMENDA 2003: em defesa do ensino jurídico. Brasília: OAB, 2004.

PORTANOVA, Rui. **As motivações ideológicas da sentença**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

PRADO Jr., Caio (1960). Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, José Eli da. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000. P. 15-85.

RANIERI, Nina Beatriz. **Educação Superior, Direito e Estado: na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2000.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Ensino do direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

VIAL, Sandra Regina Martini. **Propriedade da Terra: Análise Sociojurídica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA

Deborah Caetano de Freitas Viadana¹

O presente trabalho apresenta reflexões acerca da aplicabilidade do princípio da função social na propriedade rural, prevista constitucionalmente, em paralelo com as atuais diretrizes no que tange à reforma agrária no Brasil.

O Brasil é um país de grande extensão territorial e que desde os primórdios da colonização a terra foi objeto de disputas devido à sua importância econômica. Em um primeiro momento, a luta pelas terras se deu com o enfrentamento direto com os povos indígenas, os ocupantes originais do território. Com o passar dos anos, outros personagens foram acrescentados nos confrontos, como os bandeirantes, camponeses, grileiros, pequenos produtores rurais... A disputa pela terra era (e ainda é) resultante principalmente da concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, raço ainda do antigo sistema de sesmarias, e foi agravada com o advento do sistema capitalista de produção e exploração rural. Devido aos excessos cometidos para sustentar a lógica do sistema capitalista, se fez cada vez mais necessário repensar as atitudes e a relação do homem perante a terra.

Dessa forma, surgiu a necessidade de formalizar o princípio de função social da propriedade em dispositivos jurídicos, com a principal finalidade harmonizar a relação entre a exploração produtiva das terras e seus efeitos para sociedade como um todo. Tal princípio pode ser relacionado com o “Welfare State”, ou o “Estado de bem-estar social” e foi primeiramente abordado em legislações no começo do século XX, sendo que: “essa ideologia social pertinente à mudanças dos tempos, repercutiu no direito constitucional e foi incluída na Constituição do México de 1917 pela primeira vez e, em 1919, na Constituição de Weimar, na Alemanha” (MANIGLIA, 2005, p. 33). Entretanto, no Brasil, tal princípio só veio a ser expresso em um documento jurídico mais recentemente, no Estatuto da Terra de 1964.

A abordagem do princípio no Estatuto da Terra não foi gratuita. Isto porque a Lei 4.504/64 foi elaborada e promulgada durante o Governo Militar, sendo que tal documento jurídico, ao estabelecer garantias como a execução da reforma agrária e o respeito ao princípio da função social da propriedade, foi também um documento de alienação política. Neste sentido:

O vanguardista Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), aprovado em plena ditadura militar, não passou de instrumento de manipulação como forma de contraposição ao

¹ Graduanda do 5º ano de Direito da FCHS – UNESP campus de Franca. E-mail: deh_caetano@hotmail.com

avanço das ideias comunistas e para acalmar os reclamos os camponeses que pediam a reforma agrária tão sonhada com a efetiva distribuição das terras no Brasil. (DRESCH, 2006, p. 88)

Entretanto, apesar de ser um direito garantido em lei, a reforma agrária não foi efetivamente realizada no Brasil e a incorporação da luta pela terra e a garantia dos direitos do trabalhador agrário não surtiram efeitos práticos na realidade, de forma que a segurança jurídica advinda de tais dispositivos serviu apenas como forma de imobilizar e desorganizar os movimentos camponeses, o que foi mais interessante para os governantes da época.

Mais recentemente, em âmbito constitucional, a Constituição Federal de 1988 garantiu em seu artigo 5º, XXII a propriedade como um direito fundamental. Entretanto, tal dispositivo encontra-se no Capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos, sendo assim, apesar de poder ser considerado um direito individual, a propriedade não pode se limitar ao proprietário, devendo ser respeitada também a coletividade. É neste sentido que o dispositivo seguinte, ou seja, o inciso XXIII do referido artigo 5º determina que a propriedade deverá cumprir com sua função social.

Tal princípio é mais bem abordado no artigo 186, que estabelece requisitos para que a propriedade cumpra com sua função social. Analisando tais requisitos, entende-se que o princípio da função social da propriedade decorreu da necessidade em atribuir-se papel mais amplo à propriedade rural em relação à sociedade, de modo que esta não fique restrita ao âmbito econômico, de produtividade, tão esperado no contexto capitalista. Assim, por afetar a sociedade como um todo, atualmente é entendido que não basta que a propriedade seja produtiva para cumprir com a sua função social, devendo atender a outros requisitos, como de uma interferência menos danosa ao meio ambiente, preservando-o mediante a exploração e o aproveitamento adequado dos recursos do solo, o respeito às relações de trabalho a fim de harmonizar as relações entre empregadores e empregados.

Quanto a esses limites, atenta Lessa Giordani (1991, p. 50), que:

a função social não surge como mero limite ao exercício do direito de propriedade, mas como princípio básico que incide no conteúdo do direito, fazendo parte de sua estrutura. Não se pode elaborar um conceito de propriedade olvidando a função social.

O principal objetivo da aplicabilidade da função social da propriedade consiste em conciliar o interesse do proprietário, na posição de particular, com o interesse de toda a sociedade, harmonizando a fruição e exploração do bem à função social que lhe é pertinente. Ainda neste sentido, de acordo com o civilista Washington de Barros Monteiro (2009, p. 96), “A propriedade de hoje – a serviço dessa função – tem de ser geradora de novas riquezas, de

mais trabalho e emprego, tornando-se apta a concorrer para o bem geral do povo”.

Neste sentido, a Constituição Federal demonstra uma preocupação com a propriedade ociosa dispondo em seu artigo 184 que a propriedade que não cumprir com a função social deverá ser desapropriada para fins de reforma agrária, devendo haver, para este fim, prévia e justa indenização ao proprietário.

Entretanto, a realidade demonstra que a questão agrária no Brasil é complexa em diversos aspectos, partindo da grande extensão territorial, que dificulta a fiscalização acerca da efetiva utilização da terra em áreas mais remotas e afastadas das concentrações urbanas. Em âmbito histórico, há a mazela da má distribuição de terras, de forma que problemas como a concentração fundiária, o latifúndio, a monocultura e a produtividade voltada para a exportação persistem ao longo dos anos, enquanto o pequeno produtor ou o produtor familiar encontram dificuldades de acesso à terra.

Além disso, o artigo 185, inciso II da Constituição Federal determina que não poderá ser desapropriada a propriedade produtiva, reduzindo a existência da propriedade à condição de produtividade. Se as normas forem analisadas em um contexto da Constituição como um todo, não há conflito de normas, pois como abordado anteriormente, o artigo seguinte (186) virá especificar os requisitos para que a propriedade cumpra com a sua função social. Entretanto, como denuncia Tarso de Melo (2009, p. 77) acerca do assunto: “Por obra do dogmatismo jurídico, a serviço da ideologia dominante, há autores e, o que é pior, há juízes que consideram tais artigos como autônomos e admitem critérios de produtividade outros que não os previstos na própria Constituição!”.

A desigualdade na distribuição das terras e a desigualdade social e a morosidade na efetivação dos direitos resultaram em diversos movimentos camponeses cuja principal bandeira de lutas consiste na reforma agrária a fim de possibilitar o acesso de mais pessoas ao campo em uma divisão mais justa e igualitária das terras, em contraposição ao grande proprietário, empresário do agronegócio, possuidor de grandes glebas. Somados a isto, a exploração de mão-de-obra, bem como a violência no campo fizeram com que os trabalhadores rurais se unissem, a fim de lutar pela reforma agrária e pelo justo acesso à terra. Dentre esses movimentos destaca-se o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) que defende a reforma agrária por acreditar que sua efetivação reduziria o êxodo rural e o inchaço urbano, além de possibilitar a produção de alimentos saudáveis à população, garantindo desta forma a segurança alimentar. Em seu site oficial, o MST² divulga os

² Reforma Agrária – Nossas Bandeiras. *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Disponível em: << <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

objetivos principais de sua luta:

É preciso realizar uma ampla Reforma Agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham. (...) Estabelecer um limite máximo ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional. É preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser apenas complementar, buscando maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas.

Entretanto, constata-se que na realidade, por parte dos governantes não há uma preocupação em efetivar o disposto na lei, sendo que os dispositivos legais e até mesmo os constitucionais tornam-se apenas parte de uma falsa “segurança jurídica”, entretanto, havendo dificuldade em aplicá-los na realidade. O problema da criminalização dos movimentos e reivindicações sociais, além da abordagem negativa da mídia e demais meios de comunicação acerca do assunto, tratando os trabalhadores rurais como “invasores” de terras, acabam por dificultar a luta na efetivação pelos direitos.

Com base no exposto, entende-se a garantia ao cumprimento do princípio da função social da propriedade é benéfica à efetivação da reforma agrária. Dessa forma, a função social da propriedade não ficaria reduzida à produtividade e relevância econômica, posto que envolve um meio complexo de relações, tanto interpessoais, de trabalho, do pequeno produtor rural e do trabalhador rural e o respeito ao meio-ambiente, através de um exploração menos intensa e invasiva. A terra agricultável não deve ficar ociosa, sendo assim, a fiscalização do cumprimento da função social da propriedade possibilitaria uma distribuição mais justa de terras através da reforma agrária resultando em um benefício para aqueles que nela desejam trabalhar, de forma que os frutos colhidos poderiam ser aproveitados pela sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

DRESCH, Renato Luís. A repercussão da função social da propriedade nas ações possessórias. In: BARROSO, L. C.; MANIGLIA, E.; MIRANDA, A. G. (coord). **Lei Agrária Nova** – Biblioteca Científica de Direito Agrário, Agroambiental, Agroalimentar e do Agronegócio. Curitiba: Juruá, 2006.

LESSA GIORDANI, José Acir. Propriedade imóvel; seu conceito, sua garantia e função social na nova ordem constitucional. **Revista de Direito Civil, RT**. São Paulo: nº 669, julho de 1991.

MANIGLIA, Elisabete. Atendimento da função social pelo imóvel rural. In: BARROSO, L. A.; MIRANDA, A. G.; SOARES, M. L. Q (orgs.). **O Direito Agrário na Constituição**. Rio

de Janeiro: Forense, 2005. p. 25-44.

MELO, Tarso de. **Direito e ideologia**: um estudo a partir da função social da propriedade rural. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 192 p.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. Restrições ao direito de propriedade. **Curso de Direito Civil**. 39 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 7.

Reforma Agrária – Nossas Bandeiras. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: << <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

PROPRIEDADE INTELECTUAL, BIOTECNOLOGIA AGRÍCOLA E DIREITOS DOS AGRICULTORES

*Gabriel Cunha Salum*¹

*Aluisio Almeida Schumacher*²

CAPES

INTRODUÇÃO

Diante dos diferentes conflitos sociais acerca da regulação da propriedade intelectual no mundo contemporâneo, procura-se investigar a luta dos agricultores por reconhecimento de direitos e formas de vida ante algumas exigências relacionadas ao avanço da biotecnologia agrícola nas últimas décadas.

Para tanto, aborda-se diferentes momentos do processo histórico-social de afirmação e institucionalização da noção de propriedade intelectual com vistas ao estudo da utilização desta forma particular de propriedade no desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias no âmbito da agricultura, considerando-se, assim, consequências significativas desta dinâmica na vida dos agricultores bem como suas reivindicações nesse cenário de mudanças.

Portanto, pode-se destacar como propósito central deste trabalho o intento de fornecer subsídios para uma reflexão ao mesmo tempo cognitiva e crítica a respeito do papel do modelo contemporâneo de propriedade intelectual no âmbito da biotecnologia agrícola, especialmente na vida dos agricultores. Visamos com isso contribuir tanto para a ampliação das análises nesse campo de estudo como para a melhoria de políticas públicas e demais iniciativas relacionadas a esta esfera da vida.

MÉTODO

A pesquisa recorre a uma abordagem orientada por uma perspectiva histórico-sociológica das temáticas que compõem o objeto de estudo, valendo-se para esta tarefa de um conjunto diversificado de bibliografias especializadas com revisão da literatura em bases de dados nacionais e internacionais. Ainda, como referencial teórico para análise dos dados obtidos, utiliza-se um conjunto de categorias próprio ao universo das Ciências Sociais em

¹ Mestre em Ciências Sociais e Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/FFC-Marília. Email: gabriel_salum@yahoo.com.br.

² Livre Docente pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/FFC-Marília. Email: aluisioschumacher@yahoo.com.br

especial alguns conceitos da teoria social crítica contemporânea como os de racionalidade comunicativa e reconhecimento social.

DISCUSSÃO

Com o triunfo das revoluções burguesas, verifica-se o progressivo declínio das visões de homem e de mundo baseadas na magia, na crença e na tradição e a ascensão de novos valores como a individualidade, a autonomia com a liberdade de autodeterminação do indivíduo, além de múltiplas racionalidades. Tal contexto reivindica a reformulação de relacionamentos e instituições nas diferentes esferas da vida como, por exemplo, mudanças nas relações sociais acerca da produção e divulgação do conhecimento e nas relações de propriedade (SOBOUL, 1964; LÉVY, 1973; MARTINS, 1984; BERMAN, 1986; CAVALCANTE, 1991; BOBBIO, 1992; HOBBSAWM, 1996; WEBER, 2001, 2002; ENGELS e MARX, 2003; LANDES, 2005).

Neste diapasão, observa-se, a partir do século XVIII, o nascimento e o desenvolvimento da filosofia e do sistema normativo da propriedade intelectual. Trata-se da noção de que o homem é o único produtor e o legítimo proprietário das exteriorizações do intelecto humano com a consequente reivindicação de interesses econômicos, além de procedimentos jurídico-formais de reconhecimento e tutela desta nova condição. (DI BLASI, GARCIA e MENDES, 1997; COSTA NETTO, 1998; BARBOSA, 1999; HESSE, 2002; SILVEIRA, 2005; ORTELLADO, 2012).

Assim, consiste a propriedade intelectual na vinculação do conhecimento humano a um sistema público que lhe confere o *status* de propriedade privada com o propósito de regular carências, interesses e demandas acerca da produção, divulgação e apropriação das criações do intelecto. Tal sistema se apresenta em constante reformulação e é constituído essencialmente de um conjunto de doutrinas e regulamentos, nacionais e internacionais, operacionalizado por meio de procedimentos legislativos, jurídicos e administrativos com órgãos competentes e poder coercitivo (SHERWOOD, 1992; DI BLASI; GARCIA; MENDES, 1997; COSTA NETTO, 1998; SILVEIRA, 2005).

Por outro lado, dado o avanço das pesquisas em biotecnologia agrícola nas últimas décadas, especialmente no desenvolvimento de sementes geneticamente modificadas, tornou-se a propriedade intelectual elemento tão presente quanto significativo na vida de agricultores de países industrializados e em desenvolvimento. Isto porque os investimentos em pesquisa e produção de tecnologias agrícolas são realizados em sua grande maioria em todo o mundo pelo setor privado, restando condicionados a uma lógica instrumental que privilegia a

obtenção e maximização do lucro em lugar da criação e do compartilhamento de benefícios sociais. Tem-se, então, uma espécie de cálculo onde a expectativa de lucro depende diretamente de certos fatores como a redução de custos e riscos ligados à pesquisa e também a apropriação e controle por parte do investidor da maior parcela possível dos benefícios resultantes do investimento. Todavia, a garantia do controle do acesso com a exploração desigual de processos e produtos ligados a novos conhecimentos e tecnologias agrícolas por parte de uns requer necessariamente a exclusão de outros, exigindo-se para o incremento da biotecnologia agrícola a adoção de um sistema de propriedade intelectual forte. (ALBAGLI, 1998; BOROWIAK, 2004; BERLAN, 2005; HERDT, 2006; PRAY e NASEEM, 2007).

Neste cenário de crescente interdependência entre agricultura, ciência, comércio e propriedade ao longo do século XX, em especial nas suas últimas décadas, referem-se os direitos dos agricultores à luta de resistência deste setor da sociedade pelo reconhecimento de direitos ou formas de vida. Trata-se de uma noção relativamente abrangente que comporta, sob a linguagem de “direitos”, diferentes reivindicações desenvolvidas em diferentes estágios por um grupo não homogêneo de indivíduos. Encontra-se, entre os temas centrais destas reivindicações, a conservação da biodiversidade; segurança alimentar; participação nas políticas ligadas aos recursos genéticos; acesso à tecnologia adequada; definição do controle e manuseio dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos; desenvolvimento de modelos de agricultura sustentável; liberdade de uso, escolha, armazenamento e troca de recursos genéticos, entre outros. Percebe-se a existência de diversas lacunas que devem ser preenchidas para a definição e a operacionalização dos direitos dos agricultores, demonstrando-se necessário, primeiramente, uma compreensão mais clara tanto dos agricultores envolvidos nestes embates como, conseqüentemente, das suas pretensões ante as contradições do mundo contemporâneo. (ALBAGLI, 1998; BOROWIAK, 2004; BERLAN, 2005; HERDT, 2006).

CONCLUSÃO

Os estudos realizados até o presente momento indicam a existência de uma espécie de liberdade mitigada presente no binômio sociedade/conhecimento a partir da modernidade ocidental capitalista, constituindo a propriedade intelectual núcleo de uma lógica institucionalizada de controle de distintos saberes. Existe a hipótese de que tal lógica tende a gerar poder e riqueza para determinados atores sociais e impor ou agravar, simultânea e paradoxalmente, a miséria, a pobreza e a subordinação para outros, limitando-lhes as capacidades e potencialidades para o desenvolvimento, entre os quais, movimentos sociais

que travam lutas por reconhecimento de direitos e formas de vida como é o caso dos agricultores. Em síntese, a noção de propriedade intelectual é complexa ante as demais relações de propriedade convencionais, além de contraditória e inacabada na medida em que permanece em permanente reformulação.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Da biodiversidade à biotecnologia: a nova fronteira da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n.1, p. 7-10, jan./abr. 1998.

BARBOSA, Antônio Luiz Figueira. **Sobre a propriedade intelectual**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

BERLAN, Jean-Pierre. Brevet du vivant : progrès ou crime ? **Tiers-Monde**, v. 46, n. 181, p. 207-221, 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOROWIAK, Craig. Farmers' rights: intellectual property regimes and the struggle over seeds. **Politics & Society**, v. 32, n.4, p. 511-543, dez. 2004.

CAVALCANTE, Berenice. **A revolução francesa e a modernidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

COSTA NETTO, José Carlos; BICUDO, Hélio (Coord.). **Direito Autoral no Brasil**. São Paulo: FTD, 1998.

DI BLASI, Gabriel; GARCIA, Mario Soerensen; MENDES, Paulo Parente M. **A propriedade industrial**: os sistemas de marcas, patentes e desenhos industriais analisados a partir da Lei nº 9.729, de 14 de maio de 1996. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

HESSE, Carla. The rise of intellectual property, 700 B.C. – A.D. 2000: an idea in the balance. **Daedalus**, v. 131, n.2, p. 26-45, spring. 2002.

HERDT, Robert W. Biotechnology in agriculture. **Annu. Rev. Environ, Resourc**, v. 31, p. 265-295, jul. 2006.

HOBBSAWM, Eric John Earnest. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

LANDES, David S. **Prometeu desacorrentado**: transformação tecnológica e

desenvolvimento industrial na Europa ocidental de 1750 até os dias de hoje. Tradução de Marisa Rocha Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LÉVY, Jean-Philippe. **História da propriedade**. Tradução de Fernando Guerreiro. Lisboa: Estampa, 1973. 153 p.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

ORTELLADO, Pablo. **Por que somos contra a propriedade intelectual?** Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/06/29908.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2012.

PRAY, Carl E; NASEEM, Anwar. Supplying crop biotechnology to the poor: opportunities and constraints. **Journal of Development Studies**, v. 43, n. 1, p. 192-217, 2007.

SHERWOOD, Robert M. **Propriedade intelectual e desenvolvimento econômico**. Tradução de Heloísa de Arruda Villela. São Paulo: EDUSP, 1992.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade Intelectual**: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares. 3. ed. ver. e ampl. Barueri: Manole, 2005.

SOBOUL, Albert Marius. **A revolução francesa**. Tradução de Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ANÁLISE DA REFORMA AGRÁRIA EM CONTRASTE COM A JUSTIÇA FEDERAL

Marcel Britto

Bacharel e Mestre em Direito pela UNESP – Câmpus de Franca, Doutorando em Geografia pela UNESP, Prof. Assistente do Departamento de Economia Rural da UNESP – Jaboticabal, e-mail: marcelbritto@fcav.unesp.br

RESUMO:

Fundamental nesta sumária abordagem é a estreita relação entre a Cartografia e a Geografia.

Com a contextualização da cartografia geográfica (ou temática), especialmente à luz da teoria Crítica do Mapa e da Cartografia, incluindo novas propostas metodológicas, a semiologia gráfica para e o uso de recursos como o programa de computador Philcarto, a proposta é a elaboração de cartogramas a partir dos dados do próprio Conselho Nacional de Justiça – o CNJ, criado em 31 de dezembro de 2004, pela Emenda Constitucional 45, é um órgão do Poder Judiciário com sede em Brasília/DF e atuação em todo o território nacional, que visa, mediante ações de planejamento, à coordenação, ao controle administrativo e ao aperfeiçoamento do serviço público na prestação da Justiça. Órgão voltado à reformulação de quadros e meios no Judiciário, sobretudo no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual, o CNJ foi instituído em obediência ao determinado na Constituição Federal, nos termos do art. 103-B e desde sua criação disponibiliza dados estatísticos acerca da estrutura, composição e funcionamento do Poder Judiciário.

A proposta é fazer a transposição e análise destas informações pela perspectiva geográfica, ou seja, a partir da noção de espaço e território, servindo-nos da Cartografia, uma ciência, gestada pelos avanços acumulados desde períodos primitivos e que, culminou, em virtude da diversificação e da sistematização científica da própria Geografia em: um conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas que permite a partir de resultados de observação direta ou de exploração documental, em vista da elaboração de cartas, plantas e outros modos de expressão, assim como de sua utilização (CUENIN, 1972, apud SOUZA & KATUTA, 2001).

Mapear os dados sobre o Poder Judiciário permitirá evoluir na análise, porém, como é cediço, pela sua capacidade de abstração, não de modo desinteressado, mas sim para

desvendar o quadro de utilitarismo e dominação que impregna o Judiciário, eis sua estreita vinculação ao poder e à classe burguesa.

Como afirma Martinelli (2005), os mapas sempre registraram o que mais interessava a uma minoria, porém o que se intenta é demonstrar, com os mapas, a vinculação absoluta do Poder Judiciário aos interesses econômicos dominantes.

A partir da noção de território como um sistema complexo, multidimensional, altamente organizado e sinérgico, o equacionamento dos seus múltiplos fatores passa, necessariamente pela sua representação, visualização e interpretação, eis que o paradigma do desenvolvimento da Cartografia que, no caso em lume, revelará – a partir de informações do CNJ – o grau de comprometimento do Judiciário com o latifúndio.

Destarte, a articulação das estruturas econômicas, sociais e naturais via processos de eficiência, eficácia e sustentabilidade, respectivamente, devem culminar na evolução integrada dessas três dimensões, projetando-se nos níveis: locais, regionais e territorial, eis a organização espacial que conforma as várias territorialidades.

Para cumprir a tarefa de concatenar todos estes elementos nas três esferas escalares mencionadas, compondo a organização espacial, sobressaem o planejamento e ordenação ambiental e territorial. Assim o território torna-se o portador da sustentabilidade, em todos os seus aspectos (não apenas o ambiental).

O estudo a se desenvolver tem por escopo verificar o grau de eficácia das ações judiciais, tanto a favor como contrárias à Reforma Agrária e, portanto, em confronto com o latifúndio. Inegável a necessidade da Cartografia, tanto para a compreensão do fenômeno quanto para sua representação e divulgação das considerações oriundas da pesquisa.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988, ao conformar o Estado brasileiro, procedeu à clássica tripartição do “poder”, cindindo as funções do poder político em três, quais sejam, função: legiferante, executiva e judicante (em homenagem à célebre formulação de Montesquieu em sua obra *Do espírito das Leis*).

Por força do princípio federativo, há níveis ou esferas de organização do poder, consubstanciados na União, nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal.

Questões envolvendo desapropriações, em geral desenvolvem-se no âmbito da Justiça Federal, especialmente se o ato de desapropriação partiu da União ou suas autarquias, como é o caso do INCRA.

A Justiça Federal brasileira tem por competência o julgamento de ações nas quais a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem na condição de autoras ou rés e outras questões de interesse da Federação previstas no art. 109 da

Constituição Federal (disputa sobre direitos indígenas, crimes cometidos a bordo de aeronave ou navio, crimes praticados contra bens, serviços ou interesses da União etc). A Justiça Federal brasileira é regulamentada pela Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966.

Importa destacar que nas comarcas onde não haja fórum federal (da justiça Federal), excepcionalmente se admite a interposição de ações da competência da Justiça federal perante a chamada Justiça Comum, ou estadual (vez que é organizada no plano dos Estados).

Ocorre que a Justiça Federal não é regionalizada a partir das 05 (cinco) regiões político administrativas do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), mas apresenta conformação diversa, conhecidas como regiões judiciárias.

Na primeira instância, a Justiça Federal é composta por uma Seção Judiciária em cada Estado da Federação e, na segunda instância, por cinco Tribunais Regionais Federais (TRF's), que atuam em cinco regiões jurisdicionais, conforme descrito abaixo:

- 1ª Região - Acre, Amapá, Amazonas, Bahia; Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Com a sede no Distrito Federal.
- 2ª Região - Espírito Santo e Rio de Janeiro. Com a sede no Rio de Janeiro.
- 3ª Região - Mato Grosso do Sul e São Paulo. Com a sede em São Paulo.
- 4ª Região - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Com a sede em Porto Alegre/RS.
- 5ª Região - Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Com a sede em Recife/PE.

Nas Seções Judiciárias, as cidades que atualmente sediam varas federais, além das capitais, que são as sedes das seções, são as seguintes (subseções):

1ª Região - Acre: Rio Branco (sede); - Amapá: Macapá (sede); - Amazonas: Manaus (sede) e Tabatinga; - Bahia: Salvador (sede), Barreiras, Campo Formoso, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso e Vitória da Conquista; - Distrito Federal: Brasília (sede); - Goiás: Goiânia (sede), Anápolis, Aparecida de Goiânia, Luiziânia e Rio Verde; - Maranhão: São Luís (sede), Caxias e Imperatriz; - Mato Grosso: Cuiabá (sede), Cáceres, Rondonópolis e Sinop; - Minas Gerais: Belo Horizonte (sede), Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Passos, Patos de Minas, Pouso Alegre, São João del-Rei, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia e Varginha; - Pará: Belém (sede), Altamira, Castanhal, Marabá e Santarém; - Piauí: Teresina (sede) e Picos; - Roraima: Boa Vista (sede); - Rondônia: Porto Velho (sede) e Ji-Paraná; - Tocantins: Palmas (sede).

2ª Região - Espírito Santo: Vitória (sede), Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus; - Rio de Janeiro: Rio de Janeiro (sede), Angra dos Reis, Barra do Pirai, Campos, Itaboraí, Itaperuna, Macaé, Magé, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia, Teresópolis, Três Rios e Volta Redonda.

3ª Região - Mato Grosso do Sul: Campo Grande (sede), Corumbá, Coxim, Dourados, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas; - São Paulo: São Paulo (sede), Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Bragança Paulista, Campinas, Franca, Guaratinguetá, Guarulhos, Jales, Jaú, Marília, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo dos Campos, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté e Tupã.

4ª Região - Paraná: Curitiba (sede), Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória; - Rio Grande do Sul: Porto Alegre (sede), Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canoas, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo e Uruguaiana; - Santa Catarina: Florianópolis (sede), Blumenau, Brusque, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Rio Sul, São Miguel do Oeste e Tubarão.

5ª Região - Alagoas: Maceió (sede), Arapiraca e União dos Palmares; - Ceará: Fortaleza (sede), Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte e Sobral; - Paraíba: João Pessoa (sede), Campina Grande e Sousa; - Pernambuco: Recife (sede), Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Salgueiro e Serra Talhada; - Rio Grande do Norte: Natal (sede), Caicó e Mossoró; - Sergipe: Aracaju (sede), Estância e Itabaiana.

Os Tribunais Regionais Federais, TRF's julgam, em grau de recurso, as ações provenientes da primeira instância (Seções Judiciárias), possuindo, ainda, competência originária para o exame de algumas matérias previstas no art. 108 da Constituição Federal (conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal, habeas-corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal, etc.) (MORAES, 2004).

Como resumido por Silva (2002), a Justiça Federal é integrante do Poder Judiciário, especializada em intervir na lide quando houver interesse público, sendo seus órgãos: os Tribunais Regionais Federais e os juízes federais. Os TRFs compõem-se de 07 (sete) juízes, de preferência escolhidos na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República,

dentre brasileiros com mais de 30 e menos de 65 anos. As causas em que a União for autora correrão no foro do domicílio do réu, e as em que for ré no foro do domicílio do autor, onde tenha ocorrido o fato, onde esteja situada a coisa objeto da pendência ou no próprio Distrito Federal, consoante as regras de fixação de competência, tanto constitucionais quanto do Código de Processo civil – CPC.

Frisamos que o objeto de análise desse nosso esforço para um artigo de cunho cartográfico é o Poder Judiciário, especialmente a Justiça Federal e como tem decidido ou enfrentado as questões relativas às desapropriações para fins de Reforma Agrária.

Assim, a descrição e análise, ainda que sumárias, da realidade sócio-econômica na determinação não só da paisagem, mas sobretudo da territorialidade, permite aferir o grau de descumprimento das diretrizes legais estabelecidas como componentes do planejamento territorial, primeiro passo para que se evidencie a tendência e suas prováveis causas. Um dos objetivos almejados é evidenciar que o Estado, mesmo através do Poder Judiciário (pretensamente acima dos cidadãos e mesmo dos outros Poderes, por ser o depositário da legalidade), descumpra suas atribuições a despeito de muito absorver dos recursos públicos, assemelhando-se, para dizer o mínimo: a um órgão sem função!

Conquanto uma crítica mais severa possa explicar o fenômeno de que, O Judiciário, mesmo dotado de extraordinários mecanismos jurídicos (muitos indisfarçáveis privilégios), na realidade sócio-territorial pode apresentar-se tíbio ante os interesses econômicos hegemônicos e impotente para contrapor aos interesses dominantes o freio da legalidade, falhando assim em seu papel de guardião constitucional do Direito e da Justiça.

Destarte, verificar o nível de compatibilidade entre a validade jurídica e a eficácia social no planejamento e ordenação territorial do Brasil, isto pela perspectiva da análise geográfica do desempenho institucional da Justiça Federal no tocante as desapropriações e a Reforma Agrária, constitui o cerne da proposta.

O desenvolvimento da pesquisa permitirão concluir como nos dizeres de Milton Santos (1985) de que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço. A totalidade é formada por instâncias ou estruturas (econômica, jurídico-política e ideológica), e o espaço seria a quarta instância, colocando-se como uma estrutura subordinada e subordinante, um fator social e não apenas reflexo social. Destarte, o espaço como resultado da ação humana é também reflexo e condição da sociedade, determinando que a desigualdade da sociedade se manifeste nas desigualdades e distorções de ocupação, distribuição e significação do espaço.

A verificação da realidade da Justiça Federal no enfrentamento da questão fundiária, tal como representada pelos mapas, demonstra e corrobora o caráter superestrutural do

Estado, notadamente quanto à organização e atuação do Poder Judiciário que, em seu constitucional mister de aplicar o Direito e efetivar a Justiça, não faz mais do que garantir a metamorfose e apropriação das riquezas naturais em riquezas monetárias e na forma como as relações capitalistas convertem diferenças naturais em diferenças sociais e as causas da depredação capitalista no uso e ocupação do solo e seus desdobramentos sobre a cultura e a condição humana (SOUZA, 2008).

REFERÊNCIAS

ARCHELA, R. S. **Análise da cartografia brasileira**: bibliografia na geografia no período de 1935-1997. São Paulo, 2000 (tese de doutorado) – Universidade de São Paulo.

ARCHELA, R. S.; ARCHELA, E., **Webquest com orientações para a construção de mapas temáticos**. Londrina, Paraná. Geografia – v. 15, n. 2, jul./dez. 2006, Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia/article/viewFile/1359/1090>>. Acesso em: 10 out. 2010.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. In Vade Mecum 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL, **Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966**. Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. Publicada no D.O.U. de 1º.6.1966. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L5010.htm>>. Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL, **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Publicada no D.O.U. de 17.01.1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm>. Acesso em: 06 set. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, **Justiça em números 2008** - Variáveis e Indicadores do Poder Judiciário. Brasília, Junho de 2009. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/justica_em_numeros_2008.pdf > Acesso em: 25 de ago. 2010

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. FCT/UNESP – Presidente Prudente, São Paulo. 2008. (tese de doutorado). Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>

JUSTIÇA FEDERAL, **Portal da Justiça Federal** <<http://www.justicafederal.jus.br/portal/>> Acesso em: 18 de set. 2008.

LEFEBVRE, Henry. **La production de l'espace**. Paris: Anthopos, 1974.

MARTINELLI, M. **Os mapas da Geografia**. In: XXI Congresso Brasileiro de Cartografia. 2005, Macaé. Anais do XXI Congresso Brasileiro de Cartografia. Macaé, 2005.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, Milton, **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.

SOUZA, J. G. de.; KATUTA, A. M. Geografia e conhecimentos cartográficos – a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SOUZA, J. G. de. **Questão de método**: uma análise sobre o padrão de homogeneização do o território rural paulista. FCAV/UNESP – Jaboticabal, São Paulo. 2008. p.160 (tese de livre docência)

O INSTITUTO DA DESAPROPRIAÇÃO À LUZ DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL

Danielle Zoega Rosim¹

PIBIC-CNPq

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia Trentini

INTRODUÇÃO

A propriedade é definida como o mais completo dos direitos subjetivos, a matriz dos direitos reais e o núcleo do direito das coisas (GONÇALVES, 2011). Esse importante direito real sofreu inúmeras influências no curso da história dos vários povos, desde a antiguidade até os dias de hoje, sendo decorrência direta da organização política dos sistemas jurídicos em que é concebido (VENOSA, 2008).

Com o passar do tempo e o evoluir da sociedade, o direito de propriedade inclinou-se a sua socialização. Foi-se, portanto, o tempo em que a propriedade era considerada um atributo individual destinado à satisfação de interesses individuais. Hoje, sociólogos e juristas estão de acordo que todo proprietário tem deveres para com a sociedade, e que sem se atentar nessa feição social da propriedade, ela se tornaria instituto quase injustificável (SALLES, 2009).

A funcionalização do direito de propriedade apareceu no Ordenamento Jurídico brasileiro pela primeira vez com a Constituição de 1934 (TANAJURA, 2000). Por sua vez, com a Constituição de 1988 a função social da propriedade passou a ser disciplinada entre os direitos e garantias fundamentais, além de ter sido mais bem detalhada, principalmente no que tange à propriedade rural. Hoje, a Constituição Federal estabelece requisitos que devem ser atendidos, de modo simultâneo, a fim de que a função social possa ser integralmente cumprida pela propriedade rural (BRASIL, 1988).

Assim, o artigo 186 da Constituição estabelece que a função social da propriedade rural é cumprida quando simultaneamente atendidos os requisitos a seguir: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

¹ Graduanda da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, danielle.rosim@usp.br

Entretanto, de nada adiantaria todo esse arcabouço de exigências se não fosse colocado à disposição da Administração Pública meios hábeis a garantir sua efetivação. O artigo 184 da Constituição procura justamente suprir esta necessidade, ao prever a possibilidade de desapropriação do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social (BRASIL, 1988). Ocorre que o artigo 185, II da atual Lei Maior instaura uma polêmica ao excluir a propriedade produtiva da incidência do referido artigo 184. Esta determinação é geradora de uma das grandes discussões do Direito Agrário, pois trouxe o questionamento a respeito de um possível predomínio do critério econômico da função social sobre os demais requisitos presentes no artigo 186 da mesma Constituição (BRASIL, 1988).

Destarte, a importância do estudo desta temática está no interesse social presente no cumprimento da função social pela propriedade rural. Uma propriedade que descumpra os deveres para com a sociedade passa a ser um ônus para a mesma. Impõe-se, assim, o estudo sobre as causas de descumprimento da função social da propriedade rural e como isso pode e está sendo enfrentado pela jurisprudência, principalmente em relação à propriedade produtiva.

OBJETIVOS

O objetivo principal do trabalho é analisar o instituto da desapropriação à luz da função social da propriedade rural. Para isso, busca-se investigar o significado do cumprimento de cada um dos requisitos presentes no artigo 186 da Constituição, bem como qual a modalidade expropriatória cabível no caso da inobservância desses requisitos. Em um segundo momento, pretende-se apresentar a discussão em torno da interpretação do artigo 185, II da Constituição Federal e qual o posicionamento jurisprudencial sobre a matéria.

METODOLOGIA

O termo metodologia pode ser conceituado como um conjunto de procedimentos que servem como instrumento para alcançar os fins de uma investigação (FONSECA, 2009). O trabalho em questão adota o raciocínio dedutivo, partindo sempre do universal para o mais particular. Assim, a pesquisa inicia-se com um estudo bibliográfico aprofundado das principais questões envolvidas: a propriedade privada, a função social e o instituto da desapropriação. Estabelece-se, deste modo, o contexto mais amplo em que se insere a problemática central do trabalho, para depois aprofundar no específico caso da desapropriação por interesse social da propriedade rural que descumpra sua função social, adotando-se, como hipótese diretriz principal (FERNANDES, 1982) a interpretação sistemática do artigo 185, II da Constituição, que entende como possível a desapropriação do imóvel produtivo que

desatende os demais requisitos exigidos para o cumprimento integral da função social pela propriedade rural.

Por outro lado, na parte empírica do estudo, quando serão analisados os julgados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lançar-se-á mão de técnicas descritivas apropriadas (LAKATOS; MARCONI, 1983) que possibilitarão mensurar o que está acontecendo na realidade. Dependendo do número e extensão dos autos, usar-se-á o método estatístico e as técnicas de análise documental mais adequadas (LAKATOS; MARCONI 1983). Com esta metodologia busca-se evidenciar qual posição vem sendo adotada a respeito da possibilidade de desapropriar por interesse social a propriedade economicamente produtiva, mas descumpridora dos demais requisitos exigidos para o atendimento integral da função social. Revelada a posição dominante, verificar-se-á se ela está em consonância com a totalidade do Ordenamento Jurídico brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O andar da pesquisa já cumpriu um de seus objetivos, qual seja, a realização de um estudo bibliográfico aprofundado das principais questões envolvidas: a propriedade privada, a função social e o instituto da desapropriação. Assim, compreendido o contexto em que se insere a problemática central do trabalho, o próximo passo, também já finalizado, diz respeito à compreensão da discussão em torno da interpretação do artigo 185, II da Constituição Federal de 1988. Nesta discussão, encontram-se, de um lado, os defensores da interpretação gramatical do dispositivo, que excluem a propriedade economicamente produtiva da incidência da desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, como o faz Celso Antônio Bandeira de Mello (2008); e, de outro lado, posicionam-se os adeptos da interpretação sistemática do artigo 185, II, que consideram constitucionalmente tutelado o conceito de propriedade produtiva como sendo a que atende aos quatro critérios do artigo 186, simultaneamente, ou seja, a propriedade apenas economicamente produtiva, mas que desatende os demais requisitos exigidos para o cumprimento da função social, pode ser desapropriada por interesse social para fins de reforma agrária (VARELLA, 1998). Resta ainda compreender qual o posicionamento jurisprudencial a cerca da matéria.

CONCLUSÕES

Do atual estágio da pesquisa, que pode ser descrito como uma primeira fase de análise conceitual e teórica do assunto, são retiradas algumas conclusões. Uma primeira constatação diz respeito à dificuldade e mesmo impossibilidade de se proceder a uma conceituação imutável do direito de propriedade. Como conceito historicamente referido, não é possível

adiantar-se uma definição definitiva e única do que seja propriedade, pois esta se altera “ao sabor das injunções econômicas, políticas, sociais e religiosas” (PEREIRA, 2008, p. 81). Assim, concluiu-se que hoje o regime jurídico da propriedade preza pelo cumprimento de sua função social, ou seja, diferentemente do que ocorria em suas origens históricas, na nova visão do direito de propriedade, o social passa a se sobrepor ao individual (PEREIRA, 2008).

Em relação à propriedade rural, que se mostrou de difícil definição, constatou-se que o cumprimento de sua função social abrange uma série de questões de âmbito econômico, ambiental e mesmo social. Evidenciou-se, entretanto, que nem sempre a propriedade rural preenche os requisitos exigidos para o cumprimento de sua função social, o que ocorre, por exemplo, quando há o desrespeito às normas de proteção ao meio-ambiente.

Assim, para combater o descumprimento da função social da propriedade rural, o Ordenamento Jurídico previu a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária (art. 184, Constituição Federal). Esta tem por consequência a perda da propriedade pelo titular que age de forma contrária às necessidades coletivas, o qual, em contrapartida, adquire direito de receber uma justa indenização. O estudo do instituto da desapropriação revelou que este é um importante instrumento a serviço da Administração Pública, utilizado para satisfazer as exigências coletivas e reprimir as condutas antissociais da iniciativa privada (MEIRELLES, 2008). No específico caso da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, constatou-se que a competência para legislar e submeter um bem a esta modalidade expropriatória é privativa da União, já a competência para promover a mesma é do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Quanto ao objeto desta desapropriação, verificou-se que ela apenas incide sobre o imóvel que seja simultaneamente rural (localizado na zona rural), rústico (caracterizado pela presença prevacente de elementos naturais) e agrário (destinado efetiva ou potencialmente à atividade agrária) (REZEK, 2007), e que esteja descumprindo sua função social. Além disso, verificou-se que existem situações em que imóveis, apesar de rurais, rústicos e agrários, são insuscetíveis de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, ainda que não cumpram integralmente sua função social. Entre essas situações, de grande relevância é a presente no artigo 185, II da Constituição (BRASIL, 1988), que considera a propriedade produtiva insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária. Esta prescrição é fonte de grande discussão nos meios jurídicos e políticos (BORGES, 1999), onde se enfrentam os adeptos da interpretação gramatical e da interpretação sistemática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1967)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Função ambiental da propriedade rural**. São Paulo: LTr, 1999.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Pioneira, 1982.

FONSECA, M. H. **Curso de Metodologia na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v.5.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: ciências e conhecimento científico, métodos, teorias, hipóteses e variáveis**. São Paulo: Atlas, 1983.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 34.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 25.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.v.4.

REZEK, Gustavo Elias Kallás. **Imóvel agrário: agrariedade, ruralidade e rusticidade**. Curitiba: Juruá, 2007.

SALLES, José Carlos de Moraes. **A desapropriação à luz da doutrina e da jurisprudência**. 6.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

TANAJURA, Grace Virgínia Ribeiro de Magalhães. **Função social da propriedade rural: com destaque para a terra, no Brasil contemporâneo**. São Paulo: LTr, 2000.

VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução ao direito à reforma agrária: o direito face aos novos conflitos sociais**. São Paulo: Editora de direito, 1998.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2008. v.5.

AGRONEGÓCIO, SETOR CANAVIEIRO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O CAMPO BRASILEIRO EM UM CONTEXTO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: O PROÁLCOOL E A BUSCA BRASILEIRA DE UM MERCADO INTERNACIONAL PARA O ÁLCOOL COMBUSTÍVEL

Adriane de Sousa Camargo¹

RESUMO

Este trabalho visa demonstrar como o Brasil vem sustentando as políticas de promoção do álcool combustível no mercado internacional. Para tanto, abordamos o contexto da criação do Proálcool, na década de 1970, como estratégia para contornar a crise de desabastecimento causada pelos Choques do Petróleo, que ocorreram na mesma década. Buscamos também observar as mudanças ocorridas na produção do etanol no início do século XXI e a tentativa brasileira de projetar internacionalmente o álcool combustível, tentativa essa baseada no esforço do governo em tornar esse produto, em um futuro próximo, em uma commodity. Por fim, procuramos estabelecer uma relação entre a criação da Comissão Interamericana do Etanol e a projeção do álcool combustível no mercado internacional. Com isso, almejamos abordar criticamente a produção da cana-de-açúcar, no campo brasileiro, para a produção do álcool combustível e a construção, por parte do governo, de uma retórica baseada em um discurso ambientalmente correto do etanol.

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1970, o Brasil sofreu com as consequências dos Choques do Petróleo, quando os gastos com a importação do produto subiram e desestabilizaram a balança comercial brasileira. Nesse período, o país passou por uma situação de desabastecimento energético, que demandou uma política substitutiva do petróleo no âmbito nacional.

Diante de um cenário internacional instável, permeado por guerras no Oriente Médio, região de onde provém parcela significativa do petróleo comercializado internacionalmente, o Brasil optou por produzir nacionalmente um combustível alternativo ao petróleo, o álcool combustível. Para fomentar a produção e o consumo desse combustível, o país criou, ainda na década de 1970, o Programa Nacional do Álcool, o Proálcool.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E – mail: adriane@usp.br

Já no início do século XXI, ante uma política internacional de fomento às pesquisas de alternativas energéticas menos poluentes que a matriz fossilista, o Brasil tem procurado promover o álcool combustível no mercado internacional. Essa promoção tem se baseado em uma retórica de cunho ambiental, em que tem se vendido a imagem de que o álcool é um combustível ambientalmente correto.

Procurando uma maneira mais assertiva de promover internacionalmente o álcool combustível, o Brasil, juntamente com os Estados Unidos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, criou, em 2006, a Comissão Interamericana do Etanol. Por meio dessa comissão, o país tem buscado protagonizar a transição energética, de modo a se colocar em posição de destaque em um rearranjo geopolítico, por meio do fornecimento, em escala global, do álcool combustível.

OBJETIVOS

O objetivo geral desse trabalho é verificar a relação existente entre a criação da Comissão Interamericana do Etanol e a demanda brasileira de promoção de um mercado internacional para o álcool combustível, atentando para o discurso produzido tanto por parte do governo brasileiro como por parte da Comissão.

METODOLOGIA

Metodologicamente, nossa pesquisa se deu a partir de revisão bibliográfica, através da leitura das obras de diversos autores, além de consultas a diversos sites. Debruçamo-nos também sobre periódicos, além de consulta a artigos especializados e materiais jornalísticos.

CONCLUSÕES

Em virtude da situação de desabastecimento energético decorrente dos Choques do Petróleo, que ocorreram na década de 1970, o governo brasileiro optou pelo desenvolvido de uma matriz energética alternativa à fossilista, o álcool combustível.

Já no início do século XXI, utilizando-se de uma retórica baseada em um discurso de cunho ambiental, o país tem buscado a inserção do álcool combustível no mercado internacional, de modo a torná-lo uma commodity. Procurando uma maneira que facilitasse essa projeção do álcool combustível, o Brasil criou, juntamente com os Estados Unidos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Comissão Interamericana do Etanol.

Através dessa comissão, o governo brasileiro tem procurado protagonizar a transição energética, de modo posicionar-se geopoliticamente como um global player importante,

responsável por grande parcela do álcool combustível consumido internacionalmente.

No entanto, essa projeção do álcool combustível se dá privilegiando ainda mais uma parcela do setor agroempresarial, que, já na década de 1970, se beneficiou do Proálcool. Esse setor se caracteriza por ser baseado na grande propriedade canavieira, que recebe incentivos governamentais para o aumento de sua produção. Para tanto, faz-se necessário que mais terras sejam destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, inviabilizando, em parte, com o passar do tempo, outras políticas no campo, como a Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. L. de; GUIHARDI, A. **Substituição de derivados do petróleo no Brasil: questões urgentes.** In: Pesq. Plan. Econ. 16 (3): 745-772 [dez. 1986]. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/1027/966>>. Acesso em 30 nov. 2011.

BERTELLI, L. G. **A Verdadeira História do Proálcool.** Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/proalcool/historia/proalcool-historia-verdadeira.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2011

BUSH, J. Comissão Interamericana de Etanol. In: **Agroanalysis**, abril 2007. Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=198>. Acesso em: 19 dez. 2011.

ETHANOL BRASIL. **Comissão Interamericana de Etanol encontra-se com os principais grupos da indústria sucroalcooleira do Brasil.** [2007]. Disponível em: <<http://ethanolbrasil.blogspot.com/2007/04/comisso-interamericana-de-etanol.html>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

FIUZA, G. **3.000 dias no bunker: um plano na cabeça e um país na mão.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

FUSER, I. Etanol: o “verde” que engana. In: **Pontes**, vol. 4, nº 3, ago. 2008. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/pontes/17395/>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

GAZETA NEWS. **Brasil e EUA lançam Comissão Interamericana do Etanol.** [2006]. Disponível em: <<http://gazanews.com/noticias/brasil-e-eua-lancam-comissao-interamericana-do-etanol/>>. Acesso em: 17 dez. 2011.

LOVATELLI, C. Os desafios do etanol. In: **Agroanalysis**, abril 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/unicetex/geagro/biblioteca/Agroanalysis_07_Agroenergia.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2011.

LULA DA SILVA, L. I. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva**, durante a reunião de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Roma, 3 jun. 2008. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/noticias/discursos/2008/06/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-de-alto-nivel-da-fao>>

sobre-seguranca-alimentar-mudancas-climaticas-e-bioenergia>. Acesso em: 17 dez. 2011.

MAGALHÃES, M. **Especuladores influenciam preços do açúcar**. [2007]. Disponível em: <<http://www.canaweb.com.br/pdf/158/%5Cmercocot.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

MARKETWIRE. **Flórida, Brasil e BID Lançam a Comissão Interamericana de Etanol**. [2006]. Disponível em: <<http://www.marketwire.com/press-release/florida-brasil-e-bid-lancam-a-comissao-interamericana-de-etanol-710710.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

MENEZES, T. J. B. de. **Etanol, o combustível do Brasil**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1980.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Projeções do agronegócio: Mundial e Brasil**. [2005]. Assessoria de projeção estratégica. Disponível em: <[https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ONg49ZA0QZEJ:ceragro.iica.int/SiteCollectionDocuments/CENARIOS%2520DO%2520AGRONEGOCIO.doc+cenarios+do+agronegoci+o+%22O+documento+integra+vis%C3%A3o+prospectiva+do+agroneg%C3%B3cio+para+os+pr%C3%B3ximos+10+anos+\(2005/06+%E2%80%93+2014/15\),+fundamento+para+o+planejamento+estrat%C3%A9gico+do+MAPA.+%22&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEsiaavQD2HOacHiZg77dXjXBSIRkce_pOR7ljDMoaUTsgzfPwgLSAcby8UeaOnJJ14LCC7517mtO72c1gTpVvSBXcqVHBSYZEK0Gu5Fd7hwAfJXHPAFVMcNQYI2unJKIU9mfP18&sig=AHIEtbQrbepu3OMg6FhZxcwARlf3t9-Wg](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ONg49ZA0QZEJ:ceragro.iica.int/SiteCollectionDocuments/CENARIOS%2520DO%2520AGRONEGOCIO.doc+cenarios+do+agronegoci+o+%22O+documento+integra+vis%C3%A3o+prospectiva+do+agroneg%C3%B3cio+para+os+pr%C3%B3ximos+10+anos+(2005/06+%E2%80%93+2014/15),+fundamento+para+o+planejamento+estrat%C3%A9gico+do+MAPA.+%22&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEsiaavQD2HOacHiZg77dXjXBSIRkce_pOR7ljDMoaUTsgzfPwgLSAcby8UeaOnJJ14LCC7517mtO72c1gTpVvSBXcqVHBSYZEK0Gu5Fd7hwAfJXHPAFVMcNQYI2unJKIU9mfP18&sig=AHIEtbQrbepu3OMg6FhZxcwARlf3t9-Wg)>. Acesso em: 15 dez. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. [2004]. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2011.

OLIVEIRA, A. U. de. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: SIMONETTI, M. C. L. **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Outra verdade inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna**. [2008]. Disponível em: <http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C_Sociales/universitas/66/14porto.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

RODRIGUES, R. **Brasil pode ser a grande potência de um mercado mundial de etanol**. Entrevistador: A. C. Nascimento. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=771540>>. Acesso em: 17 dez. 2011.

SANTANA, C. R. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. In: **Rev. Bras. Polít. Int.** 49 (2): 157-177 [2006]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a09v49n2.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2001

ZANATTA, M. **Comissão do etanol traça estratégias para elevar oferta e demanda globais**. [2007]. Disponível em: <http://www.ecoeacao.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3041>. Acesso em: 17 dez. 2011.

A QUESTÃO AMBIENTAL DA QUEIMA DA PALHA DA CANA: ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES JURÍDICAS ENTRE OS PERÍODOS DE 1980 A 2011

RAFAEL ARONI

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, 2010.

Discente 2º Ano de Direito – Centro Universitário Anhanguera – Leme/SP

rafaroni1@gmail.com

Resumo

No contexto do embate na revisão do Código Florestal (Lei nº 4771/1965), busca-se analisar a situação da queima da palha da cana em Decretos e Leis promulgadas, no Estado de São Paulo, e nas jurisprudências, no Brasil, na tentativa de regulação dessa prática, ao longo do período de 1980 a 2011. Na etapa presente, são apresentados resultados preliminares na análise do conteúdo, de Decretos e Lei do Estado de São Paulo. O estudo busca a reconstrução histórica jurídica da questão ambiental da regulação da queima da palha da cana e identificar seus possíveis impactos para o contexto atual, a partir das contribuições da corrente sociológica da sociedade de risco e da perspectiva da sustentabilidade.

Proposta de apresentação categoria trabalho individual

A queima da palha da cana enquanto técnica para desfolhagem e facilitador do corte manual é quicentenária no Brasil. Nos últimos 20 anos, observa-se o crescente processo de preocupação ambiental, em específico com os riscos para saúde humana provenientes da queimada da palha da cana, no Estado de São Paulo. Cabe apontar, que desde a década 1960, através do dispositivo do parágrafo único do artigo 27, da Lei nº 4771/1965 (Código Florestal) foi estabelecido o mecanismo de controle do emprego desta técnica.

Art. 27. É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação. Parágrafo único. Se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução. (BRASIL, 1965).

Assim, ao longo das últimas décadas, é possível observar transformações nas jurisprudências deste dispositivo, principalmente, corroborados com a emergência de estudos ambientalistas e da vertente sociológica, respaldados também por pesquisas científicas da área

da saúde, os quais comprovaram os efeitos nocivos do emprego da queima da palha da cana de açúcar.

Desta sorte, salientamos a pertinência do estudo posto que o quadro da produção estimada da safra de cana 2010/2011 foi de 446,7 milhões de toneladas de cana colhida. Neste período, São Paulo estabilizou a expansão da monocultura da cana em 1.711 novos hectares, que perfizeram o total de 5,9 milhões de hectares com esse plantio¹. Portanto, grande parte do território paulista é ocupada com este tipo de cultivo e ainda persiste a técnica da queima para o preparo da colheita agrícola.

Coadunado a esta trajetória histórica utilizou-se como referencial teórico, na análise pretendida, a síntese realizada por LENZI (2006) para conceitos como:

a) Modernização Ecológica (ME) - que pressupõe a conciliação entre o desenvolvimento capitalista e a preservação de recursos ambiental pela convergência no papel do Estado em estabelecer diretivas de regulação.

b) Desenvolvimento Sustentável (DS) – entendida como questão de ordem normativa que reformule a moral, ou seja, as práticas cotidianas, que atenda as necessidades básicas humanas que visem à justiça social, enquanto direito fundamental perseguido pela política ecologia, na democracia contemporânea.

c) Sociedade de Risco (SR) – Postula a crítica à confiança excessiva na segurança preconizada pelo conhecimento da ciência e tecnologia inerentes na etapa contemporânea da modernidade reflexiva. O risco de perigo ou catástrofe iminente é o tópico central a ser observado na prática de ocultação engendrada por agentes do Estado, legitimados pela confiança na racionalidade e técnica humana.

Corroborando com esta perspectiva o debate de HOGAN e VIOLA (1992) em torno do bissetorialismo e multisetorialismo. O primeiro conceito ligado ao movimento ambiental preservacionista, da década 1970, que preconizava o combate à poluição com práticas restritivas radicais na utilização predatória de recursos naturais. A segunda vertente compreende que o ambientalismo atingiu diversos setores da sociedade (Estado, Mercado e Sociedade Civil), os quais têm um ideal em comum na busca do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, sustenta-se provisoriamente um panorama cronológico heterogêneo dos decretos e legislações, ao longo do período de 1980 a 2011, para o Estado de São Paulo. Em

¹Dados compreendem a somatória da cana para indústria e para forragem disponíveis no Boletim: “*Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2010/11, Junho de 2011*” - Informações Econômicas, SP, v.41, n.8, ago.. 2011.

síntese tem-se a trajetória histórica que se desdobra do processo proibitivo - década 1980, para processo regulatório - década 1990 e de eliminação gradual - primeiras décadas 2000.

Podemos sintetizar o período da década de 1980 com a ocorrência da proibição do emprego desta técnica, com o Decreto nº 28.848, de 30 de agosto de 1988:

Artigo 1: Fica totalmente proibida qualquer forma de emprego de fogo para fins de limpeza e preparo do solo no Estado de São Paulo, inclusive para o preparo do plantio e para a colheita da cana de açúcar.” (grifos nossos)

Nesse decreto o caráter proibitivo da prática do uso do fogo fundamentava-se de forma suplementar no conceito de precaução, originalmente previsto no artigo 27 do Código Florestal, posto que elementos como o tempo seco e a ocorrência de ventos fortes corroboravam no entendimento do poder executivo estadual para o perigo de incêndio incontrolável, em áreas produtivas e nas reservas florestais. Pode-se inferir que tal postura aproximava-se à concepção da modernização ecológica sugerida pelo autor LENZI (2006, 175), uma vez que ainda não se questionava sobre os riscos do uso do fogo como fonte da poluição atmosférica. Desta sorte, o poder executivo utilizou de outros elementos que traduziam a percepção imediata do dano causado ao solo e vegetação pela queima. Salienta-se, deste período, que o emprego de fogo, como técnico para despalha da cana de açúcar, foi proibido expressamente no corpo do decreto lei. O lobby dos usineiros fez-se sentir com Decreto Nº 28.0895, de 20 de setembro de 1988, que 21 dias após à proibição, conseguia excetuar do veto, à queima da palha da cana de açúcar para colheita.

No período do governo Fleury (1991-1994), pode-se apontar a mudança da percepção do Estado que passa a “tolerar a queimada”, cuja prática justificava-se pelo interesse social de garantir e facilitar o trabalho do cortador de cana. Entretanto, a lei preconiza sua substituição por “tecnologias modernas”, o que na primeira década do ano 2000 será a condição sine qua non para transição da colheita manual para mecanizada, mediante cronograma de eliminação gradativa da queima. As normas regulamentares das situações restritivas para queimada, prescrita na lei, seria sancionada somente quatro anos depois com Decreto Nº. 41.719 – de 16/04/1997.

É interessante apontar ainda, enquanto hipótese de pesquisa, que pela perspectiva do conceito de Sociedade de Risco, neste momento o Estado desenharia uma política ecológica que passa a depositar confiança irrestrita na tecnologia. É feita apenas a ressalva do risco social dela gerar desemprego. Talvez, seja possível conjecturar que a cautela em nomear a tecnologia por “mecanização da colheita” no próprio decreto, se deva ao ciclo de

greves: de 1984 - Guariba/SP, 1986 - Leme/SP e 1991 - difusa nas principais áreas do Estado e concomitante com outras categorias.

Após quatro anos, o governo de Mario Covas (1995-2001) adota Resolução Conjunta N.º. 3 - 07/04/1997 entre a Secretaria da Agricultura e Abastecimento com a Secretaria de Meio Ambiente. Ela apresenta sete considerações iniciais que buscam regular (disciplinar) o uso do fogo como medida fitossanitária, uma vez que no Decreto N.º. 28.0895 - 20/09/1988, não foi estipulado na proibição o emprego para esse fim específico. Deste modo, o ato administrativo tem embasamento legal no dispositivo dos artigos 27 a 46 do Decreto Federal N.º. 24.114 / 1934, que regulamenta o uso do fogo como defesa sanitária vegetal, no caso de erradicar e prevenir a disseminação de doenças. No cenário desta Resolução a CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral concederia as autorizações.

Um novo marco regulatório foi estabelecido com o Decreto Estadual N.º 41.719, de 16/04/1997, que teve como principal diretriz estabelecer um conjunto de normas racionais para o uso, conservação e manutenção do solo agrícola. De maneira geral, o caráter do documento se aproxima da ideia de desenvolvimento sustentável enquanto princípio organizador, ou seja, caberia ao Estado ditar as regras para a “*manutenção do capital natural crítico*”, que nesse caso é o solo agrícola. Como sugere o sociólogo LENZI (2006):

[...] capital natural crítico diz respeito a materiais, processos ou serviços ambientais que são essenciais à sobrevivência e ao bem estar humano e que não podem ser produzidos pelos seres humanos. O que não impede que eles não possam vir a sofrer o impacto de nossas práticas ou ser objeto de nosso controle (p.97).

Esse modelo de política desenhada reafirmaria sua concepção desenvolvimentista sustentável ou de modernização ecológica, já que se buscaria através da regulação e controle conciliar desenvolvimento econômico da atividade agrícola em escala industrial com iniciativas que minorassem os impactos negativos aos serviços ambientais do solo agricultável. Novamente, a regulação comandada pelo Estado previu a proibição da queima como técnica de despalhamento da cana, e também no mesmo texto que a proibiu, ela é permitida em “caráter transitório”, desde que cumprida as normas estabelecidas pelo Estado: “VI – evitar a prática de queimadas, praticando-as, somente nas hipóteses previstas neste decreto”. Ainda no artigo 5º, do Decreto Estadual N.º.41.719, destaca-se que o termo “caráter transitório” iniciou o processo de regulação com vistas à redução gradual da queima da cana, num prazo mais curto de tempo em dois tipos de canaviais. Assim, teríamos que em 2005 findaria a permissão para queimada em áreas mecanizáveis e em 2015 para áreas não mecanizáveis. Contudo é possível supor que crise econômica de 1999 repercutiu nesse contexto, com a elevação da taxa desemprego e o encarecimento de implementos agrícolas,

queda da renda agrícola, endividamento do setor o que forçou a abertura de capitais a participação estrangeira, e adiou aquela medida.

O Decreto Federal (N.º 2.661- 08/07/1998), no capítulo IV – Da redução gradativa do emprego do Fogo - modificou o Decreto Estadual N.º 41.719 - 16/04/1997, ao estipular a razão acumulativa de 25% de eliminação gradual da queima da palha da cana em áreas mecanizáveis (com até 12% de inclinação do solo) de dois anos para o prazo de cinco. É preponderante na lei a preocupação sócio-econômica até mais do que a questão ambiental com as mudanças advindas dessa substituição de técnicas para colheita. Isso pode ser traduzido pelo fato do prazo para eliminação em terrenos mecanizáveis ter sido estendido de 8 para 20 anos e as adaptações em terrenos não mecanizáveis nem ser mencionada. Portanto, pode-se ponderar que a questão social do desemprego preponderou nessa decisão.

Nesta apresentação preliminar cronológicas das modificações jurídicas sobre questão é possível apontar para primeira década do ano 2000, em 15 atos administrativos, que quando comparado às duas décadas anteriores, aponta para emergência da questão ambiental na agenda política paulista, e em específico o controle e eliminação gradual da técnica da queimada da palha da cana. Como corrobora o argumento de Guedes e Ré (2007 apud SILVA 2010):

[...]desde 1988 os governos estaduais paulistas têm demonstrado uma grande preocupação em normatizar aspectos vinculados à prática da queima da cana. Por pressão principalmente dos grupos ambientalistas, mas também pela condenação da opinião pública em geral a essa prática agrícola, foram baixadas diversas leis que aos poucos foram regulando-a.

Assim, o trabalho buscou caracterizar a trajetória histórica jurídica coadunada as a análise sociológica da questão ambiental de como o Estado, através do poder executivo busca regulamentar a prática da queima da palha da cana. No atual momento da pesquisa aponta-se para análise das jurisprudências relativas ao tema nos sites do Supremo Tribunal Federal e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal Brasileiro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1965.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: atualizada até a Emenda Constitucional nº. 53, de 19 de dezembro de 2006, como notas remissivas às principais leis básicas. Atualização e notas por Wladimir Novaes Filho. 10. Ed. São Paulo: LTR, 2007.

CAREGNATO, R.C.A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa**: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto e Contexto Enferm*, Florianópolis, Out-Dez, 15(4) 679-84, 2006.

DAMO, V. “**Relatório Final dos Trabalhos da CPI da Queima da Palha da Cana**”- São Paulo, ALESP-CPI, 2008.

LEITE LOPES, J. S. (Org.) **A Ambientalização dos Conflitos Sociais**; Participação e Controle Público da Poluição Industrial (coordenador). 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

LEME MACHADO, P.A. **Direito Ambiental Brasileiro**, 14 ed. São Paulo, Malheiros editores, 2006.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental**: Risco e Sustentabilidade na Modernidade. Bauru/SP: Edusc, 2006.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**, São Paulo, Editora Revistas dos Tribunais, 2004.

SILVA, L. E. S e. **As queimadas nos Canaviais**. O Superior Tribunal de Justiça, o art. 27, parágrafo único, do Código Florestal e o princípio do desenvolvimento sustentável. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n.2405. 31 jan. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/14279>>. Acesso em: 6 nov. 2011.

VIOLA, E. & LEIS, H. **A Evolução das Políticas Ambientais No Brasil, 1971-1991**: do Bissetorialismo Preservacionista Para O Multissetorialismo Orientado Para O Desenvolvimento Sustentável. In: Daniel Hogan e Paulo Vieira. (Org.). **DILEMAS SOCIOAMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. 1 ed. CAMPINAS: UNICAMP, 1992, v. , p. 73-102.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR SUCROALCOLEIRO DO PONTAL/MG

Luzilene de Almeida Martiniano¹

O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, com uma área colhida de 56.805.528 há segunda dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção está dividida em 50% são transformadas em álcool e 50% são transformados em açúcar.

O acréscimo de 4,4% na estimativa de produção se deve a reavaliação na área destinada à colheita e na produtividade dos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Em São Paulo, maior produtor de cana do país, é esperado um volume da ordem de 296 milhões de toneladas. Aguarda-se para a safra nacional uma produção de 513 milhões de toneladas (12,7%), numa área a ser colhida de 6,7 milhões de hectares (8,9%).(IBGE, online, 2011).

De acordo com dados do Sindicato do Açúcar e do Álcool de Minas Gerais(SIAMIG/SINDAÇÚCAR – MG) a cana-de-açúcar registrou nos últimos seis anos um crescimento expressivo no estado de Minas Gerais. O setor nos anos de 2002;03 produziu 15,5 milhões de toneladas de cana para 29 milhões de toneladas em 2006/07.

Minas Gerais é o terceiro produtor de cana e álcool, atrás somente de São Paulo e Paraná, sendo que 68% da produção de cana-de-açúcar, 79% da de açúcar e 61% do álcool produzido no estado, está concentrada no Triângulo Mineiro.

Em 2008, foram liberados pelo governo Estadual e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) US\$269 milhões objetivando apoiar o desenvolvimento de fontes de energia renovável e de eficiência energética na América Latina e Caribe.

Ao lado deste crescimento no número de usinas ocorreu um intenso movimento de automação em massa nas mesmas, sendo que a realidade mais perversa dessa automatização é o alto desemprego que provoca. Se a automação consegue aumentar a moagem em 50% aproximadamente, por outro lado aumenta em 30% a redução de empregados. Essa realidade gerou uma precarização do mercado de trabalho, fazendo com que qualquer trabalhador rural aceite ocupar as poucas vagas oferecidas, gerando desta forma um desastroso impacto social, na medida que reduz os postos de trabalho, e também ocasiona uma queda na qualidade do trabalho que já apresentava vários problemas.

Percebe-se ainda que outro fator que propicia positivamente aos empregadores da

¹ Profa. Dra. Da Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ FACIP/ CURSO DE SERVIÇO SOCIAL; lumartiniano@pontal.ufu.br

indústria de cana é fato da desobrigação dos encargos trabalhistas, apesar que o Ministério do Trabalho vem realizando uma intensa fiscalização exigindo o registro formal dos trabalhadores, os fatos diariamente registrados pelos meios de comunicação, revelam que as condições de trabalho são cada vez mais desumanas e precárias.

Segundo Dados do IBGE(2006), até 2012 serão 89 novas usinas de cana-de-açúcar em todo país, sendo que significativa parcela será destinada para criação destas novas usinas.

No Estado de Minas Gerais no ano 2010 os números do trabalho degradante dobraram. De acordo com o Jornal Hoje em Dia(online,2011), problemas como a falta e alojamentos improvisados, jornadas de trabalho excessivas, trabalhadores sem carteira assinada que sequer recebem auxílio quando se acidentam são frequentes, sendo o maior número de transgressões registradas em Minas Gerais.

De acordo com o Jornal Hoje em Dia (online, 2011). Existem hoje 220 empresários que integram o cadastro de empresários flagrados utilizando mão de obra em condições subumanas no Brasil, sendo cinco destes de Minas Gerais.

O interesse pela questão da precarização do Trabalho do Trabalhador da Usina de Cana-de-açúcar partiu da observação da existência de várias usinas na região de Ituiutaba-MG, e ao mesmo tempo com a leitura de várias informações que destacavam a exploração de trabalho nestas Usinas da região de Ituiutaba-MG.

Ituiutaba está localizada no Triângulo Mineiro, um município em franco crescimento populacional (média de 3,54% a.a.), com população de 96.759 habitantes (Dados do IBGE/2008). A referida cidade é hoje um pólo regional que tem no agronegócio e na prestação de serviços variados seus principais elementos de fonte de divisas. Tal característica faz com que a região seja um pólo, onde muitas pessoas venham buscar formação profissional de qualidade e oportunidades de trabalho, pessoas essas advindas de diversos municípios limítrofes, tais como: Capinópolis, Santa Vitória, Gurinhatã, Canápolis, Ipiaçu, Monte Alegre de Minas, Prata, Campina Verde, bem como do Estado de Goiás.

Dessa população, 5.238 residem em área rural, com uma densidade demográfica média de 38,7 km². Apresenta um PIB de R\$ 972.529 milhões e renda per Capita de R\$7.809, num cenário de uma população economicamente ativa de 49.853 hab. Sendo deste total 45,31% de população empregada e 54,70% de população desempregada, segundo dados do IBGE, 2000 a 2008.

Existem hoje várias Usina de Açúcar e Álcool nas cidades que circundam Ituiutaba-MG, dentre estas recentemente foi citada em artigo no Jornal Hoje em Dia, Capinópolis-MG

como região que utiliza-se de mão de obra desumanamente, tendo sido lavrados 56 autos, registrando o resgate de 207 trabalhadores.

O Ministério do Trabalho quer reduzir a jornada desse tipo de trabalho para seis horas. Atrás de toda a beleza que é o uso do álcool como combustível limpo que não agride o meio ambiente está a super exploração da vida humana, essa não tem sequer o mínimo de valor, o lucro é que importa, sendo desprezadas e descartadas as vidas destes trabalhadores diariamente, que estão expostos às condições subumanas de trabalho, falta de equipamentos de segurança, locais insalubres para permanecerem, mortes por fadiga e exaustão extrema causadas tanto pelas condições climáticas em que estão expostos como pela intensa e desgastante jornada de trabalho que se submetem.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

NAVARRO, V. L., Violência do Trabalho: Condições de Vida e Trabalho dos Trabalhadores do Ramem Uraí – PR. **Dissertação de Mestrado**, Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

PINTO, G.A. **A Organização do Trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: boitempo, 1999.

POCHMANN, M. **O Emprego na Globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

POSSAS, C. A. & TRAPÉ. A. Z., 1983. **Saúde e trabalho no campo**: da questão agrária à política previdenciária. Cadernos do Internato Rural, 2:13-19.

SILVA, Maria das Graças. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: um desafio ético-político do Serviço Social.

SITES CONSULTADOS:

JORNAL Hoje em Dia. Novecentos são resgatados de trabalho subumano em Minas. Disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hojeemdia/minas>. Acesso em: 02.03.2011.

MENDONÇA. M.L Monocultura da cana-de-açúcar cresce, e exploração dos trabalhadores aumenta. Minas Gerais, Brasil de Fato, fev. 2008, p.3.

SECRETARIA De Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.semad.mg.gov.br/noticias>. Acesso em: 21.03.2011.

OS IMPACTOS Sociais e econômicos da mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Disponível em: <http://portaldogronegocio.com.br/conteudo>. Acesso em: 21.03.2011

GOVERNO do Estado de Minas Gerais. Aécio e Moreno sobrevoam áreas de usinas de álcool. Disponível em: <http://agenciaminas.mg.gov.br/noticias>. Acesso em: 21.03.2011.

MINAS Gerais elimina queima de cana-de-açúcar em 2014. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/agropag>. disponível em: 21.03.2011.

ÚNICA.União da Indústria da Cana-de-Açúcar. Cresce a mecanização na colheita de cana-de-açúcar em São Paulo. Disponível em: <http://www.unica.com.br/noticias>. Acesso em: 21.03.2011.

ARARAQUARA E O “LOCAL DA PRODUÇÃO”, A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS PRODUTIVOS E A FORMAÇÃO DE PEQUENOS EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS

Ricardo Luiz Sapia de Campos¹

O trabalho é parte da pesquisa de pós-doutorado na qual buscava entender o funcionamento do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE e sua aplicação na região de Araraquara quando este ainda se constituía em módulo (“módulo Araraquara”). Os dezenove municípios² que compunham este módulo, hoje considerados dentro do novo programa AGROSEBRAE que substitui o antigo SAI, continua sendo objeto de investigação em projeto que coordeno no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Araraquara. Lembrando que o estudo se reporta ao ano de 2008, portanto os dados produzidos se referem a este período.

O material e as estatísticas utilizadas para elaboração do trabalho têm origem no trabalho de campo e na produção de estatística realizados no período. Busco definir ou entender a chamada “região de Araraquara”, como “local da produção”, ou seja, as características internas que definem e singularizam este local sobre o viés de uma definição institucional, mas principalmente seus fatores constitutivos ou constituintes.

Trabalhei com a idéia de “micro células” procurando afastar a percepção da antiga hegemonia de Estado que primava sempre pela planificação inclusive e principalmente como condição de implantação e desenvolvimento de políticas públicas. Por isso “micro células” produtivas, busca encontrar as características internas e singulares de um local cada vez mais micro, como uma “região, micro-região, bairro, unidade produtiva, relevando as singularidades e particularidades, para depois fazer o exercício contrário de entender como estas particularidades se articulam com um sistema produtivo mais amplo, ou mesmo com a globalização. Assim entendo que é a ação do agente que constrói o local.

A região de Araraquara é institucionalmente compreendida dentro da antiga divisão agrícola de Ribeirão Preto a qual se destaca como região de vocação agrária³. Ainda que

¹ Sociólogo, pesquisador FAPESP com projeto em desenvolvimento no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara. Email; sapiacampos@yahoo.com.br

² Os municípios que compunham o “módulo Araraquara”: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibatinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu.

³ Em Parceria firmada recentemente entre o município de Araraquara via prefeitura e universidades italianas preocupadas com o tema do desenvolvimento local, como no caso “100 Città per 100 progetti Italia-Brasile” o

marcante a presença do assalariamento rural voltado para os grandes complexos produtivos, principalmente da cana-de-açúcar, a região è apontada como das principais do país em vocação para pequenas empresas agroindustriais. Segundo o cadastro do INCRA (1995), havia só no município de Araraquara, aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que destas 750 tinham uma extensão territorial que variava entre 01 a 50 alqueires. Segundo dados do recente Projeto LUPA 2007/2008: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (2009), são atualmente um mil cento e cinqüenta propriedades rurais no município, das quais 47,04% variam entre 10 e 20 hectares, representando um total de 541 propriedades. Um percentual bastante alto se comparada com outras regiões e municípios do Estado (LUPA, 2009). Dos resultados do questionário que aplicamos resulta que a maior incidência relativa aponta uma média de tamanho de propriedade para o que definimos como região de Araraquara, ou seja, com os dezenove municípios que a compõe, da ordem de 10 até 50 alqueires. Lembrando que o SEBRAE considera pequenos e micro negócios rurais, ou então micro e pequenas empresas agroindustriais o limite de 10 até 50 hectares micro empresas, e de 50 até 100 hectares de terra pequenas empresas, SEBRAE (2006).

Lembrando que região existe dois assentamentos de reforma agrária⁴. Este fator por si só influi para baixo, ainda que pouco, na média dos tamanhos das propriedades. O segundo fator é que a média serve hegemonicamente para a região ou para a totalidade dos municípios estudados. São casos marcantes na maioria destes municípios estudados à fragmentação de propriedades ocorrida principalmente pela divisão na transmissão de herança⁵.

Trabalhar com definição rígida de tamanho de propriedade parece que não ajuda muito uma vez que a relação entre renda e tamanho da propriedade aumenta muito dependendo do tipo de empreendimento. Por exemplo, na pesquisa encontramos caso de propriedades com três hectares, ou então pouco mais de 1,5 alqueire e que tinha renda superior a outras propriedades com até cinqüenta hectares. Mas para definição do local ou da região o importante é apontar que houve nos últimos anos crescente diminuição do tamanho das propriedades aumentando por outro lado o número delas conforme apontei acima. Aliás, esta é uma tendência interessante e que caracteriza a geografia agrícola do Estado de São Paulo. O último LUPA de 2007/2008 apresentou dados comparativos com aqueles dos anos de 1995/96

estudo de território, demonstra e reforça a “vocação” ou “vocacionalidade” do município para o desenvolvimento produtivo local voltado para o setor tido como agroindustrial.

⁴ . Trata-se dos Assentamentos: *Monte Alegre* e *Bela Vista do Chibarro*.

⁵ Da pesquisa realizada nos dezenove municípios da região de Araraquara, 43, 75% do total dizem terem recebido a propriedade em sistema de herança. 36,46% por compra, e apenas 3, 13% possuem em sistema de parceria ou meação.

do LUPA anterior. O estudo aponta que houve um aumento significativo do número de propriedades entre um e quinhentos alqueires enquanto as propriedades de quinhentos até dez mil alqueires sofreu significativa diminuição. Interessantemente o maior aumento da ordem de 27,3% no período, foi daquelas propriedades que variam entre cinco e dez alqueires seguida com 24,7% das propriedades que têm entre dez e vinte alqueires. Ocorre que as propriedades entre um e dois alqueires aumentou 27% no período, o maior aumento, praticamente igual àquelas entre cinco e dez alqueires. (LUPA, 2009). As propriedades entre cem até duzentos alqueires aumentaram apenas 3,1% e entre duzentos e quinhentos alqueires 2,3%.

O estudo (LUPA) constata também o aumento do número de propriedades e a diminuição de áreas plantadas referente a este aumento; Apesar de que houve um pequeno aumento da área total voltada para agricultura na região, da ordem de 2,5%. Da pesquisa por amostragem nos dezenove municípios que constituem a “região de Araraquara” a média do tamanho das propriedades reside entre dez e cinquenta alqueires, porém, com grande incidência 24% de propriedades entre 1 e 5 alqueires de terra, e 26% de propriedades entre cinco e dez alqueires.

Interessantemente há o aumento da área plantada em cana, bem como da produção, sendo São Paulo o Estado o maior responsável pela produção de cana para a indústria, mas já apresentando características de “transferibilidade⁶”.

O Estado de São Paulo, em 2006, responde por 60,7% da área total de cana-de-açúcar para indústria no Brasil. Em 2015, esta participação poderá cair para 54,9% devido, principalmente, à maior disponibilidade e ao menor preço da terra em outras regiões. Além disso, poderá contribuir para a maior expansão no centro oeste brasileiro a melhoria da logística de escoamento da produção, com a possível construção por parte da Transpetro de dutos que interligariam o terminal São Simão em Goiás à refinaria de Paulínia e ao terminal de Guararema em São Paulo. (TORQUATO, 2010, p. 03)

É, portanto, importante considerar estas características do Estado de São Paulo. Um Estado “rico”, conforme é noticiado aos quatro cantos, com monocultura e algumas concentrações de latifúndio, apresentando a melhor logística e desenvolvimento tecnológico

⁶ Em minha tese de doutorado, apontava o que chamei de “efeito transferibilidade”. Por efeito transferibilidade entendia então (2007) fatores como logística, alto preço da terra em São Paulo comparado a outros estados do país, desgaste natural do solo, custo de mão-de-obra, dentre outros pontos mais localizados que discuti naquele momento, e que apontavam exatamente para este efeito no qual a “geografia da cana”, naturalmente, (sem levar em conta fatores outros previsíveis ou não, como os rearranjos da economia que poderiam impulsionar ou frear este processo), se deslocaria para o centro-oeste e centro norte do país. CAMPOS, R. L. S. *Qualificação Profissional e Sindicatos. Entre Estado, Capital e Trabalho: um estudo de casos no meio rural de Ribeirão Preto*. Tese de Doutorado defendida em março de 2007, UNESP/FCL. 2007.

do país, e, ao mesmo tempo, com muitas e significativas pequenas propriedades e empresas agrícolas e assim, com vocação produtiva para a agricultura de pequeno porte, ou empresas agrícolas, e até mesmo para “propriedades rurais”.

Considerando a vocação agrícola da região e apontando para a caracterização territorial desta mesma região cristalizada em pequenas propriedades rurais foi que o SAI/SEBRAE buscou atuar principalmente por meio de políticas de capacitação técnica profissional.

Por isso deve-se considerar primeiro que dentre os municípios estudados existem diferenças consideráveis como, por exemplo, se pegarmos a cidade de Dobrada ou Santa Ernestina que tem quase a totalidade de suas áreas ocupadas com cana-de-açúcar, algo em torno de 93%, (LUPA, 2009), deixando muito pouco espaço para outros empreendimentos, e desde já apontando que nem mesmo está “hegemonia” canavieira esconde ou anula os poucos núcleos de pequena produção existentes no município conforme constatamos de citrus, leite, horticultura. Caso diferente acontece com o pequeno (6.672,50 hectares, LUPA, 2009) e exemplar município de Candido Rodrigues, que apresenta forte vocação para a cultura de citrus, e assim com apenas 44, 80% de sua área agricultável plantada em cultura perene dentre as quais a cana-de-açúcar, ou mesmo Itápolis o grande município do interior paulista em extensão territorial, e que possui apenas 38,63 % em área agricultável plantada em cultura temporária, dentre as quais incluía-se a cana-de-açúcar segundo dados do último LUPA (2009).

A produção de dados estatísticos que realizei traz resultados que coincidem com aqueles do LUPA (2009) apontando para o aumento de pequenos empreendimentos e propriedades na região de Araraquara à exemplo do Estado de São Paulo. Como se sabe este aumento acontece também com relação à área plantada em cana-de-açúcar. Suspeito que existam características internas a este processo de concentração monocultora e da logística para tanto, que abrem possibilidades e transformam a realidade local possibilitando e impulsionando as pequenas empresas agrícolas.

Outro fator que deve ser apontado como indicativo é que cerca de 80% dos entrevistados da região possuem a maior parte de suas propriedades em cana-de-açúcar, indicando que com esta área auferem relativamente menos renda com relação à parte menor da propriedade destinada à policultura ou empreendimento agrícola nos moldes dos que estamos discutindo. Porém, são unânimes em indicar a “segurança” dada pelo fornecimento de cana, ou arrendamento de terras para plantio de cana para as usinas de açúcar e álcool.

REFERÊNCIAS

INCRA. **Relatório de Atividades do INCRA 1995-1999.**

PROJETO LUPA 2007/2008: **Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**, São Paulo, IEA, CATI, SAA, 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APÓIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, setor de Capacitação, acesso: <http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/treinamentos.asp> , acesso 30 ag. 2006.

TORQUATO, S. A. **Cana de Açúcar para indústria, o quanto vai precisar crescer**, Análise e Indicadores do Agronegócio, IEA, acesso http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/cana_industria_000f17vggq702wyiv80ispcrrdnmik1s.pdf. Acesso: 03/05/2005.

AGRONEGÓCIO E IDEOLOGIA: CONFLITUALIDADES PELO DOMÍNIO DO TERRITÓRIO E CONTROLE DO IMAGINÁRIO SOCIAL

Victor Hugo Junqueira¹

Professor da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e da Rede Municipal de Ensino de Batatais – SP.

Introdução

A presente pesquisa em fase inicial analisa a produção do discurso da principal entidade do agronegócio na região de Ribeirão Preto/SP - A Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (Abagrp) - especificamente, no que tange ao projeto “Agronegócio na escola”.

A pesquisa orienta-se no sentido de compreender como a ideologia do agronegócio está presente nas práticas educativas, com se insere nos currículos escolares e nas reflexões dos educadores.

A premissa do trabalho é a de que o campo brasileiro é um permanente território em conflito e no atual contexto histórico adquire novos contornos ideológicos, que não se referem apenas à garantia da propriedade e sua aceitação social. A disputa agora se manifesta por uma luta ideológica sobre os modelos de produção no campo brasileiro, diante da pretensão das forças econômicas hegemônicas construírem um discurso unitário de que há apenas um único modelo de produção no campo brasileiro, denominado agronegócio, e todas as outras práticas que contrariem este modelo são arcaicas, ineficientes e não condizentes com o “progresso” do país.

Neste contexto, a reforma agrária e os seus valores sociais, econômicos, ambientais e culturais seria um discurso extemporâneo, com prejuízos ao desenvolvimento econômico da nação.

Para compreender estas manifestações ideológicas nas práticas educacionais, A pesquisa fundamenta-se na análise dos materiais didáticos distribuídos pela ABAGRP aos educadores e as notícias vinculadas e desenvolvidas pelos jornais regionais com temas que envolvam o Agronegócio. Concomitante a este processo, analisaremos como o tema reforma agrária apresenta-se nos Currículos Educacionais de modo a estabelecermos comparações

¹ E-mail: victorhugo_geo@yahoo.com.br

entre os múltiplos discursos e as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, no sentido de deciframos os significados da construção de um imaginário social que desde a Educação Básica pretende difundir os valores do Agronegócio, como modelo único de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Discussão

As recentes transformações no âmbito da (re)produção ampliada do capital, sobretudo, nestas últimas décadas, tem imprimido uma nova configuração ao espaço agrário brasileiro, que cada vez mais tem sido apropriado/mercantilizado pelos atores hegemônicos. O recente processo de modernização do campo brasileiro, fundado na introdução conjugada da técnica, ciência e informação em todo circuito produtivo coloca novos desafios ao entendimento da reorganização dos territórios observados pela ótica das conflitualidades.

O movimento histórico projeta-se fundamentado na constância do conflito, oriundo das disputas geradas no interior e na desigualdade entre as classes sociais. O espaço do conflito é o território, que se projeta e se transforma no tempo². O território torna-se, então, expressão material das desigualdades sociais e, base e objeto de disputas entre os diferentes sujeitos sociais.

A leitura geográfica das diferentes formas e conteúdos territoriais, que são formados a partir dos conflitos, podem ser levados a cabo, a partir de um conjunto de variáveis: econômica, social, cultural, ambiental política ou ideológica, todavia, interconectadas por uma intrínseca relação de poder.

O campo brasileiro é um permanente território de conflito³. As formas de manifestação deste conflito modificaram – se no decorrer da história, mas convergiram no sentido da disputa da preservação da propriedade da terra e do seu controle político. A terra no Brasil sempre se constituiu elemento de diferenciação social, instrumento para o exercício do domínio político e representação simbólica do poder. Tais aspectos só adquirem força social, na medida em que contraditoriamente, a maioria dos pobres do campo nunca tiveram acesso às terras.

A reordenação do espaço agrário brasileiro na segunda metade do século XX, conhecida com modernização conservadora⁴, ampliou as desigualdades de renda e potencializou a concentração de terras e poder. Entretanto, a imagem do latifúndio

² Cf. FERNANDES (2008).

³ Cf. OLIVEIRA (2003).

⁴ Cf. OOLIVEIRA (2001)

concentrador não combinava com os progressos técnicos e científicos da agricultura. Neste processo histórico, difunde-se massivamente o termo Agronegócio para representar uma nova imagem da agricultura, ainda que estruturada em velhos problemas.

Para se afirmar enquanto ideologia dominante o agronegócio⁵ precisa acabar com ideias dominantes anteriormente estabelecidas. Nesta perspectiva, o agronegócio deslocou o debate da propriedade/ concentração da terra - que por décadas foi apontado tanto por intelectuais reformistas e progressistas como impedimento ao desenvolvimento do país - para a questão a produtividade da terra e do controle dos territórios. Neste novo cenário, o domínio da propriedade da terra não é mais condição *sine quae non* diante da pretensão do controle absoluto do território pelo agronegócio, que para isso utiliza diversas estratégias econômicas como arrendamentos, monopólio financeiro e comercial, domínio da tecnologia, controle das sementes, etc.

Na atual fase da globalização da economia, a conjunção de ciência, técnica e informação, criou novos pilares de sustentação para o domínio do território pelo agronegócio. A utilização da engenharia genética, de modernos implementos agrícolas e a apropriação de informações instantâneas sobre mercado, previsão do tempo, entre outras permitiu ganhos potenciais de produtividade⁶.

Este aumento de produção agrícola transformados em dados numéricos, modelos estatísticos, etc. são mostrados a sociedade de forma a criar no imaginário social a ideia de que este é único modelo possível de desenvolvimento para o campo brasileiro. Para tanto, utiliza diariamente o seu aparelho ideológico (meios de comunicação, intelectuais, políticos, etc.) para defender e divulgar sistematicamente dados que procuram comprovar a eficiência e rentabilidade do seu modelo de produção.

Com isso, o agronegócio se auto - promove como a verdadeira “salvação da lavoura”, gerando empregos e riquezas, potencializando o crescimento econômico das regiões, onde está presente.

A região de Ribeirão Preto – SP constitui uma das principais bases do agronegócio a nível nacional, dessa forma, há um esforço significativo da principal associação do

⁵ Fernandes (2005, s.p) aponta que: o Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico.

⁶ Cf. SANTOS (2008).

agronegócio na região - Abagrp – para construir no imaginário social a grandeza do agronegócio e os benefícios deste para a população.

Para tanto, além das publicações da entidade⁷, a entidade promove o prêmio ABAG/RP de Jornalismo e desenvolve o programa Agronegócio na Escola, além de outras inserções nas diferentes mídias.

O projeto Agronegócio na Escola, objeto desta pesquisa existe desde 2001 e na edição de 2012 aponta com objetivos principais a apresentação de conceitos fundamentais do Agronegócio⁸.

Na sua estratégia educacional o programa desenvolve a capacitação de professores, coordenadores e educadores, visita dos alunos as empresas do setor, concurso de frases e desenhos e premiação de professores que desenvolve atividades que trabalhem o agronegócio no currículo educacional.

Este conjunto de atividades corrobora para a construção de um discurso único na sala de aula, mas que não se restringe a ela, na medida em que se busca a disseminação pela comunidade.

No ano de 2011 o Programa envolveu 74 educadores de 23 cidades da região de Ribeirão Preto na parceria da ABAGRP com as Secretarias Municipais de Educação⁹. A lógica da construção do imaginário, portanto, está inserida desde a educação básica, inclusive com filhos de migrantes, que vivem em situação de extrema exploração nos canaviais da região¹⁰.

Considerações Finais

A existência e afirmação do agronegócio, inevitavelmente, fazem-se na perspectiva do conflito pela disputa do território, tanto na relação econômica e social como na relação política e ideológica. Sendo assim, procura, mediante, o discurso, apagar e silenciar os projetos de diferenciados de desenvolvimento no campo e aqueles que estão arraigados em sua estrutura, mas apresentam uma imagem negativa no imaginário social¹¹.

⁷ Informativo AGRONegócio.

⁸ São objetivos do programa: Desenvolvimento da percepção da interdependência campo-cidade; Difusão das atividades de responsabilidade social desenvolvidas pelas empresas do setor; Conscientização sobre a importância da preservação ambiental e do manejo adequado dos recursos naturais; Difusão das oportunidades decorrentes do associativismo e da cooperação; Ampliação do conhecimento sobre as oportunidades profissionais oferecidas na região e Incentivo ao desenvolvimento das competências em escrita, leitura e manifestações artísticas dos estudantes. (ABAGRP, 2012. Disponível em: <<http://www.abagrp.com.br/programaAgronegocioPrograma.php>>, Acesso em: 19 mar. 2012).

⁹ Informativo AGRONegócio. (AGRONegócio, Edição 116. Ano 12, nov/dez. 2011)

¹⁰ SILVA (1999)

¹¹ Segundo Romão e Pacífico (2008, p. 105) “o discurso é sempre movimento de sentidos em relação a um poder e é determinado pela tessitura de embates sócio-históricos”.

Em consonância a isso necessitam produzir no imaginário social condições para a validade destas ideias, novos símbolos, significados e discursos, de forma de justificar novas práticas, ainda que estabelecidas sobre uma antiga estrutura. Esta é uma das dimensões do processo conflituoso imanente na produção, disputa e controle do território.

Esta dimensão da disputa pela afirmação do agronegócio como modelo único extrapola a dimensão territorial do rural, para se inserir em outras dimensões da vida social, inclusive, no espaço escolar.

Dessa forma, as análises dos vieses ideológicos do Programa “Agronegócio na Escola” e os seus significados na construção do imaginário social são desafios importantes para fundamentar a prática pedagógica educacional e compreender a leitura da sociedade brasileira sobre as relações sociais no espaço agrário brasileiro.

REFERÊNCIAS

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp. 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária**. [2005]. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. **Entrando nos territórios do Território**. In: Artigo do mês. NERA – Núcleo de Estudos em Reforma Agrária. Faculdade de Ciência e Tecnologia da Unesp. Mar./2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/marco2008.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 185-206. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015> Acesso em: 18 de nov. 2011.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo brasileiro e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19. n. 21, jul/dez, 2003, p. 113-156.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa & PACÍFICO, Soraya Maria Romano. Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, nº 12. p. 98 -107, jan/jun de 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2008.

SOCIABILIDADE, SUBJETIVIDADE E GÊNERO

**OS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA COM *LOCUS* DE
FORMAÇÃO DE IDENTIDADES: O CASO DA AGROVILA CAMPINAS NO
ASSENTAMENTO REUNIDAS EM PROMISSÃO – SP.**

*Alexsandro Elias Arbarotti*¹

Bolsista CAPES/REUNI

A presente pesquisa busca compreender a maneira pela qual se dá o processo de reprodução social dentro dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. Reconhecendo que as experiências em cada Assentamento é algo muito particular o estudo busca se debruçar em uma realidade social específica realizando um estudo de caso no Assentamento Reunidas em Promissão SP, especificamente na agrovila Campinas que conta com 74 lotes.

A escolha deste Assentamento, portanto, não é arbitrária, mas leva em consideração os elementos importantes que o mesmo reuni em sua experiência de projeto de Assentamento. Este assentamento é resultado de um processo reivindicação, que foi iniciado com um grupo de 44 famílias acampadas as margens da rodovia BR 153, na altura do município de Promissão-SP. Este processo de luta iniciado em 1983 visava a desapropriação da Fazenda Reunidas no mesmo município. A desapropriação foi decretada pelo governo federal em 1986. Em junho de 1989 se inicia o processo de demarcação dos lotes. O assentamento conta atualmente com mais de 634 famílias distribuídas em 10 Agrovilas com um população aproximada de 5 mil pessoas. Além disso, o Assentamento foi realizado dentro do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (1º PNRA) que é de 1985.

As famílias assentadas são provenientes das ocupações organizadas pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de cadastramentos organizados por sindicatos e do próprio INCRA o que lhe confere uma grande riqueza na diversidade de engajamento político e de costumes, pois é formado por pessoas oriundas de varias cidades e regiões do Brasil. Esses fatores torna possível verificar as várias práticas simultâneas relativas à reprodução social desses trabalhadores no interior do assentamento, principalmente da agrovila Campinas que foi formada por integrantes do MST, oriundos de várias regiões do país. (SIMONETTI, 2011)

As pesquisas atuais neste assentamento apontam para o crescente número de filhos de

¹ *Mestrando no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos*
arbarotti@hotmail.com

assentados que assumiram a responsabilidade do lote ou de parte dele. Deste modo, a reprodução social entendida nesta pesquisa leva em consideração este fator, de como os filhos dos assentados estão assumindo o projeto de reforma agrária em que estão inseridos, ou seja, de que forma eles estão vivendo e viabilizando a produção no lote.

Ao realizar a revisão biográfica sobre a reprodução social nos Assentamentos de reforma Agrária o leitor vai se deparar com uma bibliografia que trata da juventude rural e juventude e educação nos assentamentos. É importante ressaltar que o tema do jovem no meio rural não é assunto tão recorrente nas pesquisas como aponta Wiesheimer (2005) que realizou um levantamento sobre este tema entre 1990 e 2004 e identificou pouca produção acadêmica. E a maior parte dessa bibliografia concentra-se no dilema do jovem entre ficar e sair do Assentamento, justificado pela falta de trabalho e escola e principalmente pelos atrativos da vida urbana que, segundo estes estudos, lhes desenham mais atrativos. Essa questão, no entanto esta presente desde a literatura clássica sobre o campesinato, que trata a questão como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato e como consequência da desvalorização do campo frente a cidade. (WOORTMAN, 1995); (MOURA, 1979)

Entretanto, Castro (2008) traz a tona esta questão em vistas de problematizá-la. Para a autora é necessário repensar a ideia de *ficar* e *sair* como uma categoria concreta ou um movimento definitivo dos jovens, pois múltiplas formas de vivências são apresentadas na dinâmica social destes jovens. Neste sentido é necessário observar com mais critério os números que versam sobre a juventude nos Assentamentos, pois é possível observar que um número significativo de jovens vem afirmando que querem assumir o projeto de Assentamento. Neste caso o ato de ficar não significa passividade, como indica, mas sim um processo de construção de identidade e, por conseguinte da estrutura familiar, dos processos organizativos de produção e do chamado *ethos* camponês.

Deste modo a presente pesquisa busca compreender as motivações dos que permanecem, *por que ficam*, e as estratégias para permanência, *como eles ficam*. Todavia, como diz Farias (2008), é necessário perceber o vivido e o concebido e compreender as subjetividades e as interpretações que se dão neste ambiente social que se revela dinâmico e contraditório. Pois é por meio da observação do cotidiano estabelecido que se torna possível captar as ambiguidades fundantes das relações sociais e perceber os problemas gerados por expectativas e valores discordantes entre as próprias famílias e no interior delas.

Estes sujeitos que permanecem, no entanto, estão perpassados por várias influências dos sistemas culturais que se relaciona e justamente por isso a relação que ele estabelece com o seu lote e o assentamento está ligado a novos valores. Essa relação significa a elaboração de

uma nova forma de viver, ou seja, uma nova identidade. Identidade entendida aqui não como algo fixa e imutável, mas sim como um processo contínuo de remodelação e modificação por meio das relações sociais. (OLIVEIRA, 1976) É justamente o que afirma Hall (2006), ao dizer que as identidades na contemporaneidade devem ser percebidas como uma celebração móvel, ou seja, aberta, contraditória, fragmentada e plural. Os sujeitos nesta concepção devem ser caracterizados como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas sim uma identidade que é formada e transformada continuamente em relação as formas pelas quais os sujeitos são representados e interpelados nos sistemas culturais. Nesta perspectiva a identidade busca compreender,

[...] a estrutura e o processo das diferentes trocas de bens materiais, de serviços e de símbolos entre diversas categorias de sujeitos e o modo como acontecem aí ações e reações de atribuição de nomes, de títulos de determinação de semelhanças e diferenças que, afinal, tanto se manifestam na maneira como as pessoas vivem os códigos de seus contactos umas com as outras, quanto na forma pela qual representam os seus relacionamentos e o reconhecimento de quem são, a partir deles. A partir do que eles simbolicamente determinam. (BRANDÃO, 1986. p.38)

A identidade, dessa forma torna-se elemento norteador para buscar analisar as estratégias que se desenvolvem dentro do Assentamento e do próprio lote. Assim os elementos como as relações de gênero, o padrão de dominação patriarcal e questões sobre o modelo de produção, que podem ou não contemplar a preocupação ambiental, podem ser trazidas a tona na perspectiva de uma identidade que dialoga com os sistemas simbólicos tradicionais e contemporâneos em sujeitos que reelaboram sua constituição de ser e estar no assentamento.

A metodologia empregada na pesquisa é a que os manuais de pesquisa social denominam de estudo de caso. O cerne desta metodologia baseia-se no estudo intenso de uma realidade singular que possa dar evidências e possibilitar em certa medida elementos consensuais. Isso é possível, pois se reconhece e se percebe nestas realidades locais características elementares das estruturas sociais, o que possibilita o aprofundamento da reflexão.

A escolha para a realização do estudo de caso está ligada à outra opção metodológica, qual seja, a coleta de histórias de vida na perspectiva da história oral. Essa metodologia possibilita tomar os assentados como agentes da reprodução social, com potencial transformador, ou seja, como sujeitos que traduzem elementos culturais em utopias e projetos de vida. (HELLER, 1989)

Sobre a pesquisa de campo os resultados ainda são preliminares, e ainda não compreendeu a coleta de histórias de vida, mas somente a visita a alguns lotes da agrovila.

Nestas visitas buscou-se conversar com os pais dos assentados e também com os seus filhos que ainda vivem no lote. Estas visitas possibilitaram a elaboração de algumas questões que necessitam de maior profundidade e averiguação: Quem são os que ficam no lote? Existe uma relação entre gênero e permanência? Existe alguma mudança entre o modo de vida dos pais e dos filhos que permanecem? É possível pensar em um abandono do modelo tradicional camponês pelos filhos? Existe uma mudança ao que se pensa em relação a terra? De que modo se dá a produção nas mãos dos filhos? Existe uma maior racionalização e preocupação ambiental? Em síntese, como por que estes jovens ficam e de que maneira eles ficam?

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia**. - construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CASTRO, E. G. **As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias**: relações de gênero em assentamentos rurais. In: FERRANTE, V. L. B. WHITAKER, C. A. (org) *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. São Paulo: UNIARA, 2008.
- FARIAS, M. F. L. **O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária**: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V. L. B. WHITAKER, C. A. (org) *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. São Paulo: UNIARA, 2008.
- HALL, S. **A identidade Cultural na Pósmodernidade**. São Paulo: Dp&a, 2006.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. - 3 ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.
- MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- OLIVEIRA, R. C. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1978.
- SIMONETTI, M. C. L.(org.). **Assentamentos rurais e cidadania**: a construção de novos espaços de Vida. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- WEISHEIMER, N. **Estudos sobre os jovens rurais do Brasil**: mapeando o debate acadêmico. Brasília: Nead/MDA, 2005.
- WOORTMAN, H. F. H. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo – Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTO RURAL COMO CONTEXTO DE SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA

*Ana Cecília Oliveira Silva*¹

*Ana Paula Soares da Silva*²

1. Apresentação

Este trabalho consiste em um projeto de doutoramento em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP. Estamos em uma etapa inicial da pesquisa, realizando um aprofundamento teórico e metodológico que subsidiarão um melhor delineamento para o trabalho de campo proposto. Portanto, serão apresentadas aqui as elaborações teóricas iniciais e o os procedimentos metodológicos pensados para tentar responder aos objetivos da pesquisa.

Este trabalho se circunscreve no campo da Psicologia do Desenvolvimento, numa perspectiva que considera a relevância dos diferentes contextos em que se dão os processos de desenvolvimento e aprendizagem.

O objetivo geral consiste em mapear e comparar as práticas de educação coletivas de crianças de um *acampamento* e um *assentamento* rural. Pretendemos ainda: Identificar continuidades e discontinuidades da educação da criança na mudança de *acampamento* para *assentamento*; Caracterizar as interações, os parceiros e o cenário do desenvolvimento das crianças no *acampamento* e no *assentamento*; Investigar a relação entre as significações pessoais/familiares sobre a infância (0-3 e 4-6 anos) e a educação em cada contexto específico; Identificar potenciais espaços de educação das crianças no *acampamento* e *assentamento* rural.

O interesse pessoal e como pesquisadora pela infância em contextos rurais, assim como as questões que impulsionam esta investigação, vem se constituindo desde a graduação em Psicologia. Naquela época, por meio do movimento estudantil universitário, foi desenvolvida uma atuação junto a movimentos sociais ligados à reforma agrária. Algumas questões que emergiram desta atuação referiam-se diretamente à educação das crianças nas comunidades rurais. Buscando problematizar esta relação foi desenvolvida uma pesquisa de

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da FFCLRP/USP- anacecilia1985@gmail.com

² Professora Doutora da FFCLRP/USP - apsoares.silva@gmail.com

mestrado nas escolas municipais rurais de Uberlândia-MG no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU, no período de 2009 a 2011 (SILVA, 2011).

Dando seqüência aos estudos do mestrado, esta pesquisa apresenta uma perspectiva de estudo da educação da criança em espaços coletivos da comunidade de dois contextos rurais específicos, um *acampamento* e um *assentamento* rural.

Interessa-nos compreender se existem particularidades nas práticas de educação das crianças relacionadas à vida cotidiana nestes contextos. Ambos são momentos distintos do processo de legitimação de uma área rural, com uma organização diferente de espaço e com papéis diferentes ocupados por cada sujeito nos dados momentos. Considerando que várias famílias passam pelos dois momentos, morando durante alguns anos no *acampamento* até serem assentadas em uma área “permanente”, levantamos a hipótese de uma possível transformação das práticas de educação das crianças com a mudança do *acampamento* para o *assentamento*, uma vez que, a partir de nosso referencial teórico, com a mudança no contexto, as relações também se transformam.

Esta hipótese foi sendo foram sendo elaboradas a partir da inserção no grupo de pesquisa Subjetividade, Educação e Infância nos Territórios Rurais e da reforma agrária (SEITERRA), coordenado pela Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva e vinculado ao CINEDI/FFCLRP-USP. A integração das pesquisas deste grupo vem contribuindo para a construção de uma área nova no país em Psicologia, na relação com a educação infantil do/no campo.

2. O desenvolvimento da criança numa perspectiva contextual

Este projeto está situado no campo da Psicologia do Desenvolvimento numa perspectiva sócio-histórica, destacando as interações humanas como categoria central na análise da constituição dos sujeitos. Baseamos na perspectiva da Rede de Significações – RedSig, tomando como referência sua compreensão sobre a complexidade dos processos de desenvolvimento.

Segundo a RedSig (ROSSETTI-FERREIRA, 2006) as interações se situam em contextos históricos e culturais determinados. Neste sentido é fundamental considerar o contexto que constitui as interações das crianças com os adultos, destas com a natureza e também das interações que as crianças estabelecem entre si. A RedSig compreende que o contexto é constituído pelo ambiente físico e social, pela estrutura organizacional e econômica, sendo sempre guiado por rotinas, funções e regras específicas. Os contextos são definidos e definem, reciprocamente: as características das pessoas; a história geral e local; os

objetivos atuais dos grupos; os sistemas de valores, concepções e crenças; os papéis sociais e posicionamentos; as relações pessoais, profissionais e coletivas (ROSSETI-FERREIRA; AMORIN; SILVA, 2004, p.23).

Como definido por Wallon (1986), ele não é mero pano de fundo das relações, mas é ao mesmo tempo ambiente, contexto ou campo de aplicação de condutas (*milieu*), e condição, recurso e instrumento de desenvolvimento (*moyen*).

Amparada na perspectiva da *RedSig*, esta pesquisa parte do pressuposto de que a educação das crianças de 0-6 anos no campo está diretamente relacionada à esta complexa estrutura que compõe o contexto de vida das crianças. A forma como a criança se relaciona com este contexto, é perpassada também por concepções pessoais/familiares e da comunidade, sobre a criança, o rural, a educação infantil, etc.

3. Dois contextos de desenvolvimento: *acampamento e assentamento*

Primeiramente, são momentos distintos do processo de legitimação de uma área rural. Os *acampamentos* consistem na reunião de várias famílias que passam a viver em uma área ocupada, organizada por algum movimento social, como forma de pressionar o governo para receberem a posse de uma propriedade. Os *assentamentos* se dão num momento seguinte a esta ocupação e consistem na legitimação de uma propriedade rural através de um projeto estatal de reforma agrária. A fase de *acampamento* pode levar vários anos, até que as famílias sejam assentadas definitivamente.

No que se refere à organização dos espaços, tem-se nos *acampamentos* diversas famílias vivendo numa área coletiva, porém com seus barracos individuais que, como em um bairro, são organizados um ao lado do outro, numa relativa proximidade. Já em um *assentamento*, cada família possui o seu lote, uma extensão maior de terra, sendo que os espaços de convivência em comum são reduzidos a algumas poucas áreas e a momentos específicos.

Com relação à educação da criança em espaços coletivos destes dois contextos, propomos alguns questionamentos relacionados com esta organização do espaço e aos diferentes papéis assumidos pelos sujeitos em cada momento: a intervenção do Estado no *assentamento* configura uma modificação das práticas de educação coletivas (com uma centralidade da creche e da pré-escola) se comparadas com aquelas existentes no *acampamento*? Como a organização do espaço nos diferentes contextos influenciam nas práticas de educação coletivas da criança de 0-6 anos? Quais os principais sujeitos de interação da criança em cada contexto?

É importante destacar que as questões que estão colocadas para o desenvolvimento das crianças nestes contextos, embora possam conter elementos de semelhança, diferenciam-se substancialmente das questões tradicionais analisadas pela psicologia relacionadas aos papéis, às interações e às atividades da infância no meio urbano. As diferenciações se dão, por exemplo, com relação às transições vivenciadas na infância. Se na cidade uma transição principal identificada é a passagem do cuidado centrado na família para a fase da escolarização, momento fundamental do processo de coletivização do cuidado da criança, no ambiente rural, encontramos outras transições além desta, como por exemplo, o momento de passagem do *acampamento* para o *assentamento* rural. Temos então um novo contexto de investigação da infância, com novos processos de transição, novos papéis e interações.

4. Considerações Metodológicas

Esta pesquisa será realizada a partir de uma epistemologia qualitativa, referenciada na perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações – RedSig (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004). Segundo a RedSig, diante da complexidade assumida pelo olhar do desenvolvimento considerado em redes,

o objetivo da análise e da coleta de dados, portanto, deve ser o de apreender vários dos elementos presentes em determinadas situações interativas, buscando analisar os vários significados e sentidos que se destacam na situação, para as várias pessoas participantes do processo, acompanhando ainda seus movimentos de transformação e procurando interpretar os processos pelos quais as significações emergem. (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIN; SILVA, 2004, p.31).

Estima-se para o desenvolvimento da pesquisa a participação de 12 crianças na faixa etária de 0-6 anos, moradoras de um *acampamento* rural (6 crianças) localizado no município de Serra Azul/SP e de um *assentamento* rural (6 crianças) localizado no município de Ribeirão Preto/SP.

Buscando entrar em contato com os diversos momentos em que podem se dar as práticas de educação coletivas das crianças nos referidos contextos, e apreender a complexidade das interações estabelecidas nos mesmos, estipulamos a observação-participante de cada criança pelo período de 15 dias. Neste período serão redigidos diários de campo, como instrumento de relato das observações, no qual serão registradas

minuciosamente as interações das crianças, seus parceiros e o cenário. Ao final da observação será realizada uma entrevista semi-estruturada com os principais cuidadores da criança. A entrevista é um convite para que o participante produza sentidos sobre o mundo e sobre si mesmo (SILVA, 2003), e permitirá uma melhor compreensão sobre a rede de significações e os sentidos atribuídos à educação da criança na dinâmica de vida do *acampamento* e do *assentamento*.

Como procedimento de análise, os dados serão estruturados em 2 mapas que descrevam o cenário, os parceiros e as principais interações em que as crianças se inserem em cada contexto.

Pretende-se com este estudo contribuir para a produção de conhecimento sobre a criança do campo e para a potencialização do desenvolvimento de espaços de educação destinados a elas.

REFERÊNCIAS

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; et al. (orgs) **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza; SILVA, Ana Paula S. Rede de Significações: alguns conceitos básicos. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. (orgs) **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Olhando a pessoa e seus outros, de perto e de longe, no antes, aqui e depois. In: COLINVAUX, Dominique; LEITE, Luci Banks; **Psicologia do Desenvolvimento: Reflexões e Prática**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.

SILVA, Ana Paula S. **(Des)continuidade no envolvimento com o crime construção de identidade narrativa de ex-infratores**. São Paulo: IBCCRIM, 2003

SILVA, Ana Cecília Oliveira. **Educação no campo e trabalho: um estudo das escolas municipais rurais de Uberlândia-MG**. (Dissertação de mestrado) Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

WALLON, Henri. O papel do outro da consciência do eu. In: WEREBE, M. J.G; NADELBRULFERT, J. (orgs). **Henri Wallon**. 2a Ed. São Paulo. Ática, 1959.

AS DIVERSAS FUNÇÕES DAS TRABALHADORAS RURAIS E SUA INVISIBILIDADE

Cláudia da Costa Salgado¹

Mirian Claudia Lourenção Simonetti²

As questões apresentadas nesse texto se inserem na pesquisa denominada *Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agrone¹gócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 201*, realizada no âmbito do CPEA. Em nossa pesquisa específica pretendemos investigar e compreender o papel desenvolvido pelas mulheres trabalhadoras rurais no Assentamento Reunidas, analisando seus papéis sociais dentro deles e na luta pela terra.

Nessa tentativa de entender seu papel enquanto trabalhadora rural, pretendemos analisar como se desenvolve o processo de luta pela terra. Tendo em vista que essas são simultaneamente mães, esposas, donas de casa e trabalhadoras rurais, levantando a questão que se ao realizar todas essas funções, elas são consideradas apenas “ajudantes” de seus maridos ou parte efetiva desse trabalho e processo de luta.

A problemática da invisibilidade pode ser vislumbrada pelo elevado número de pessoas do sexo feminino caracterizado como trabalhadores sem remuneração no meio rural. Assim, separar a análise do trabalho rural assalariado (apenas com remuneração) das atividades de autoconsumo e das trabalhadoras sem remuneração com baixa jornada de trabalho (menos de quinze horas semanais) encobre a labuta feminina. (MELO & SABBATO, 2006, p. 47)

Pretendemos também entender o processo de divisões do trabalho entre homens e mulheres nesses espaços, e a remuneração por este. Compreendendo assim entre outras, a características dessa trajetória feminina no campo.

Analisando o papel dessas mulheres no Assentamento Reunidas do MST, a pesquisa será realizada através de duas vertentes divididas em teórica e empírica. Sendo assim, primeiramente faz se necessário obter um embasamento teórico, o qual será adquirido pelas

¹Graduanda em Ciências Sociais da UNESP/Marília Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais - CPEA - UNESP – Marília claudiasalgado@marilia.unesp.br

²Professora Assistente Doutora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais - CPEA - UNESP – Marília mirian@marilia.unesp.br

leituras e análises de obras sobre o assunto. Entendendo desta forma como se estruturou e vem se estruturando o papel das mulheres enquanto trabalhadoras rurais no campo.

Na segunda etapa da pesquisa será a parte empírica cujo objetivo central dessa é entrevistar as trabalhadoras rurais do Assentamento Reunidas do MST entendendo sua realidade para que possam relatar suas experiências dentro dessa trajetória de vida no campo.

O método utilizado será o da história oral, onde serão colhidos relatos de vida e depoimentos para contrapormos a realidade com as teorias aqui aplicadas a qual nos basearemos. Buscando assim entender o processo político, cultural, social e econômico desse assentamento.

Porém, pelas leituras até aqui feitas podemos analisar que o papel da trabalhadora rural nos assentamentos tem sido de fundamental importância para a fundamentação destes, ainda que suas possibilidades no campo ainda sejam restritas comparadas as dos homens e a divisão de trabalhos como de gerenciar a produção, decidir sobre os investimentos que forem realizados, autonomia econômica, entre outros, devem ser reconhecidas de fato enquanto trabalhadoras e não apenas “ajudantes” e parte efetiva nessa luta pela terra:

Muitas limitações se impõem ao desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais e têm forte expressão entre assentadas da reforma agrária e agriculturas familiares. O governo federal, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres através do Plano de Políticas para mulheres, como parte das suas diretrizes gerais para promoção da autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania busca ampliar e qualificar a inclusão das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar. (BUTTO, 2006, p. 34).

Pois são elas as responsáveis pela alimentação de seus maridos e filhos, são elas as que preparam a marmita e mantêm a casa em ordem, que se preocupam com a educação de seus filhos e lutam para que permaneçam no campo, pois acreditam que ali terão melhores condições de vida do que na cidade, que contribuem para decisões do movimento, que diversas vezes trabalham para fora em trabalhos domésticos para contribuir ainda mais na renda familiar e são trabalhadoras rurais assim como os homens do movimento.

Essas mesmas mulheres lutam também pelo seu pão de cada dia, pela saúde, liberdade e respeito aos seus. Lutam por toda e qualquer necessidade – básica ou não – de um ser humano na sociedade.

Enfim, essas diversas funções por elas desenvolvidas tornam ainda mais importante sua permanência e reconhecimento no movimento, pois preservam a família e são parte essencial para que a luta pela terra ainda seja um luta de família e para que algumas tradições que caracterizam o campo sejam mantidas, sobretudo participam ativamente de forma política e econômica para sua construção. Não sendo assim, telespectadoras da história, mas

sim sujeitos que contribuem dia-a-dia para a construção deste.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MELO, Hildete Pereira; DI SABBATO, Alberto. Mulheres Rurais -invisíveis e mal remuneradas, **Nead Debate**, Brasília, p.47-86. 2006.

SIMONETT, Mirian Claudia Lourenção. **Entre o Global e o Local**: os assentamentos rurais como espaço de vida e cidadania.

IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES: UMA DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Soraia Veloso Cintra¹

A igualdade entre mulheres e homens no século XXI é fator fundamental para a sobrevivência da espécie humana e, portanto, é injustificável que elas ainda estejam fora da política, das decisões econômicas, da participação social, cultural e ambiental. A desigualdade crescente se constitui fator limitador para o acesso à educação e ao mercado de trabalho, à saúde e ao combate a pobreza, a participação política. O crescimento econômico de uma sociedade só existe plenamente se esta mesma sociedade concretiza a igualdade como fator preponderante de desenvolvimento, tanto no meio urbano como no rural. Pesquisas recentes mostram que as mulheres são maioria no meio rural com grande presença nos assentamentos. Mas se deparam com questões que envolvem a própria sobrevivência com a preservação do meio ambiente. Em ano de Rio+20, essas questões estão ainda mais presentes, principalmente no que diz respeito à sustentabilidade do planeta.

O assunto foi apresentado pela primeira vez na década de 1970. O “Relatório de Roma” apontava cinco grandes problemas a serem pensados e solucionados nos anos seguintes: industrialização acelerada, forte crescimento populacional, produção de alimentos insuficientes, esgotamento dos recursos naturais não renováveis, degradação do meio ambiente. Durante a primeira Conferência sobre Meio Ambiente realizada em Estocolmo em 1972, essas questões foram colocadas em discussão. Na época, as Nações Unidas criaram um programa específico para o Meio Ambiente e durante toda a década outras pautas complementares foram discutidas por representantes dos países industrializados e daqueles que pertenciam ao “Terceiro Mundo”, entendidos como países em desenvolvimento. As mulheres e suas reivindicações integraram esse rol de discussões e, em 1975, foi realizada a I Conferência da Mulher, no México.

Nos anos seguintes, a questão ambiental continuou em pauta e, em 1982, Nairobi sediou uma avaliação da Conferência de 1972 com o estabelecimento de uma Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Essa comissão, presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, publicou em 1987 o relatório “Nosso Futuro

¹ Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia, campus de Ituiutaba (MG). Coordenadora do PROEXT – MEC/SESu 2012 Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Contato: solveloso2008@hotmail.com

Comum” com a expressão “desenvolvimento sustentável” usada pela primeira vez e indicação para que uma nova conferência sobre meio ambiente fosse realizada.

A terceira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Cúpula da Terra, Rio-92 e ECO-92, foi realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Ao todo, 179 países, e cerca de mil pessoas participaram do evento que durou 11 dias – de 3 a 14 de junho. Os chefes de Estado assinaram quatro documentos destinados a promover em todo o mundo o desenvolvimento sustentável: Agenda 21, Declaração do Rio, Declaração de Princípios sobre Florestas e Convenção sobre Diversidade Biológica. Um ano antes, 1.500 mulheres de 83 países se reuniram nos Estados Unidos e elaboraram a Agenda 21 de Ação das Mulheres que contempla três tópicos principais se desdobrando em outras ações: direitos democráticos, diversidade e solidariedade; mulheres, pobreza, direitos da terra, segurança alimentar e crédito; população e Meio Ambiente. Estas três questões integram as diretrizes do capítulo 24 da Agenda Global 21, ao mesmo tempo em que possibilita ações locais. A sustentabilidade permeia o meio ambiente desde então e as mulheres acabaram apresentando questões específicas de suas comunidades. Ainda que as prioridades sejam diferentes as mulheres do campo e das cidades lutam pela redução da violência, pela superação da pobreza estrutural, pelo direito a terra, pelo fim da monocultura exploratória, por políticas públicas adequadas a questão de gênero, pela não-discriminação de gênero, raça, etnia, orientação sexual.

A Agenda Global 21, constituída de 40 capítulos em um total de 2.500 recomendações, encampou diretrizes da luta das mulheres, dos movimentos sociais feministas e produziu um capítulo específico para tratar dessas questões, o 24º. Com o título “Ação mundial pela mulher, com vistas ao desenvolvimento sustentável e equitativo” tem vários planos e convenções para a integração plena, equitativa e benéfica da mulher em todas as atividades relativas ao desenvolvimento. Entre eles, “Estratégias prospectivas de Nairóbi para o progresso da mulher”, “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher”, as convenções da OIT e UNESCO contra a discriminação baseada no sexo e ainda a “Declaração mundial sobre a sobrevivência, proteção e desenvolvimento da criança” (1990). A partir desta base foram traçados oito objetivos, entre eles o aumento das mulheres nos postos de decisão, planejamento, assessoria técnica, manejo e divulgação no campo de meio ambiente e desenvolvimento; formulação e implementação de políticas governamentais visando a igualdade em todos os aspectos da sociedade (educação, saúde, política e outros); adoção de legislação que proíba a violência, entre outras. (AGENDA GLOBAL 21, 1992, *online*). Cabem aos governos signatários da Agenda Global 21, as estratégias para alcançar os

objetivos propostos, tendo em vista que o documento prevê a participação plena da mulher nas atividades que visem ao desenvolvimento sustentável. O capítulo 24 ainda prevê objetivos como aumento de mulheres em postos de decisão, assistência técnica, planejamento, manejo e conservação do meio ambiente, análise das relações estruturais entre gênero, meio ambiente e desenvolvimento, mudanças nos currículos e materiais educacionais para a promoção de homens e mulheres pertinentes à questão de gênero. (AGENDA GLOBAL 21, 1992, *on line*).

O governo brasileiro estabeleceu a Agenda 21 Nacional com estudos que duraram seis anos – de 1996 a 2002. A partir de 2003, entrou na fase de implementação pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e desde então é Plano Plurianual. As ações ficaram estabelecidas a partir de eixos como produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício; ecoeficiência e responsabilidade social das empresas; informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável; educação permanente para o trabalho e a vida; promoção da saúde e prevenção das doenças; gestão do espaço urbano; promoção da Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável, entre outros. São ao todo, 21 objetivos estratégicos que incorporam “a necessidade de inclusão social para uma sociedade solidária, de uma estratégia para a sustentabilidade urbana e rural para o manejo dos recursos naturais estratégicos – água, biodiversidade e floresta – e de governança e ética para a promoção desta sustentabilidade.” (BRASIL, 2008, p.131).

Durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada em dezembro de 2007 ficou entendido pelas participantes que se fazia necessário contemplar um capítulo ao desenvolvimento sustentável tendo em vista as discussões realizadas no âmbito dos movimentos sociais feministas e ecologistas. Com a aprovação do conteúdo, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres teve o capítulo 6 dedicado à questão – “Desenvolvimento sustentável no meio rural, cidade e floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar”, e o Capítulo 7, “Direito a terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais”. Na III Conferência, realizada em 2011, 91 diretrizes foram aprovadas e as questões das mulheres perpassam todo o documento, mas se destacam em alguns eixos, como a oitava que aponta o fortalecimento das organizações produtivas das mulheres rurais, pescadoras, ribeirinhas e extrativistas, garantindo o acesso ao crédito, à comercialização e a agricultura familiar.

Com a Rio+20 a ser realizada em junho de 2012 estas questões voltam a ser debatidas e a presença das mulheres do campo será importante para a melhor compreensão do binômio desenvolvimento x sustentabilidade. A Secretaria de Políticas para Mulheres propõe entre

outras ações, atividades durante o período da conferência para ratificar o processo de mobilização e protagonismo das mulheres, além de destacar as políticas públicas que contribuem para a consolidação e aprofundamento de um desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres e com justiça social.

A autora do presente artigo coordena o PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PROEXT 2011 – MEC/SESu – intitulado “**Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: educação inclusiva, autonomia econômica e participação política**”. Aprovado em 2011 para ser realizado em 2012, o programa está trabalhando com assentamentos da microrregião de Ituiutaba (MG), em ações multidisciplinares que envolvem os cursos de Serviço Social, Geografia e Administração. A microrregião de Ituiutaba (MG), assim considerada pelo Sebrae (MG), é formada por seis municípios, 134 mil habitantes, e um PIB estimado em R\$ 1.178,29. A região possuiu cerca de 10 assentamentos e o programa está trabalhando com cinco deles, pretendendo atingir entre 100 e 150 mulheres. As atividades previstas são: inclusão digital visando a aproximação das mulheres assentadas com as novas tecnologias; organização de ações cooperativistas por meio do fortalecimento do conhecimento e da viabilidade econômica; organização de ações sociais e políticas visando o aumento da participação política efetiva destas mulheres nos diversos conselhos de direitos, mas principalmente no Conselho dos Direitos da Mulher, e/ou nos cargos legislativos e executivos – tudo isso perpassando pelo binômio desenvolvimento x sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

AGENDA GLOBAL 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Capítulo 24, “Ação mundial pela mulher, com vistas a um desenvolvimento sustentável e equitativo”. 1992. Disponível em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?id=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=867>. Acesso a partir de junho de 2009.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** (II PNPM). Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2008.

BRASIL. **3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Realizada de 12 a 15 dezembro 2011. Resoluções aprovadas. Disponível em <http://www.sepm.gov.br/destaques/documentos/resolucoes-da-3a-cnpm>

CEPAL – **Comissão Economia para a América Latina e Caribe**. Disponível em <http://www.eclac.org/default.asp?idioma=PR>. Acesso em 2010.

CINTRA, S. V.. **A passos lentos** – o percurso das mulheres operárias na indústria de

calçados. Discriminação ou indiferença? Dissertação de Mestrado, 2003. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, campus de Franca.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas**. Relatório ODM 2009. Disponível em <http://www.brasilia.unesco.org/Brasil/objetivosdomilenio/objetivosmilenio3> Acesso em junho/julho de 2009.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). *Tendencias mundiales Del empleo de las mujeres*. Genebra, 2008. Disponível a partir do endereço eletrônico:

http://www.ilo.org/global/About_the_ILO/Media_and_public_information/Press_releases/language--es/WCMS_091104/index.htm

SAFFIOITI, H.I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

UNIFEM. **Quem responde às mulheres?** Gênero e responsabilização. Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Divulgado em março de 2008. Disponível a partir do endereço eletrônico <http://www.unifem.org.br/>

VALÉRY, F.D. **Mulher e meio ambiente**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

EDUCAÇÃO E SAÚDE NO CAMPO: PRÁTICAS DE CUIDADO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE – SP

*Iraí Maria de Campos Teixeira*¹

*Maria Waldenez de Oliveira*²

CAPES

INTRODUÇÃO

O assentamento Monte Alegre encontra-se dentro do limite de três municípios: Araraquara, Matão e Motuca, sendo alvo de três políticas públicas municipais de diferente enfoques e resultados. Suas primeiras áreas de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instaladas nos anos de 1985 e 1986, tendo sua instalação completa quase dez anos depois. Atualmente, o assentamento é formado por seis núcleos, ocupando 6.595 ha, divididos em lotes agrícolas de aproximadamente 14 ha cada. Durante o período de 1995/98 foi formado o Monte Alegre VI com 96 lotes atualmente. Este é o maior núcleo, com uma área de 1254 hectares, possui uma escola de 1º grau e um galpão onde atua uma equipe do Programa Saúde da Família - PFS. Atividades culturais e de lazer são realizadas nas quadras poliesportivas das áreas II, III e VI e nos galpões dessas áreas (DANTAS, 1998; FERRANTE, 2000; CAMPOI, 2005; GASPARI, 2010).

Há uma escola de ensino fundamental e supletivo, no entanto não há creche ou pré-escola o que dificulta o trabalho fora de casa para as mães de crianças em idade pré-escolar, que precisam encaminhar seus filhos e filhas para escolas em Motuca, quando conseguem vagas, para que possam trabalhar. A falta de ensino médio também obriga os adolescentes a se deslocarem por conta própria para Araraquara ou Matão, para continuarem seus estudos.

É possível perceber no assentamento um processo de politização dos espaços cotidianos nos quais as mulheres estão presentes. Um exemplo do esforço dessas mulheres é a concretização da Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre VI. Na sequência das atividades desenvolvidas por esse grupo de mulheres, temos a consolidação da Padaria Comunitária do Assentamento Monte Alegre VI, que surgiu após a participação e conquista

¹ Enfermeira. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: iraimcteixeira@gmail.com

de recursos financeiros por parte dessas mulheres assentadas nos fóruns do Orçamento Participativo do município de Araraquara.

Além da geração de renda, o trabalho na padaria lhes possibilita o reconhecimento por parte de alguns órgãos locais. Junto com estas conquistas, as associadas fazem cursos de culinária, comercialização, entre outros e referem se orgulharem dos certificados que vêm obtendo nessas capacitações. Além de aprenderem nessas formações, elas também têm recebido convites para darem palestras e participarem de encontros em outros municípios, com outras produtoras e produtores rurais de outros assentamentos.

Elas tem conquistado espaço em lutas coletivas, no entanto, ainda lhes são impostas restrições em relação ao acesso às informações e às ações de saúde. Segundo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:

“[...] a dificuldade no acesso às informações e às ações de saúde, imposta às mulheres rurais, está relacionada, entre outros fatores, às desigualdades das relações de gênero e de trabalho, às grandes distâncias entre a residência ou o trabalho e os serviços de saúde, à maior precariedade dos serviços locais e à pouca sensibilização e organização da rede de saúde para lidar com a especificidade dos agravos decorrentes do trabalho no campo.” (BRASIL, 2007, p. 54)

Dada a importância de ampliar a compreensão sobre a saúde da população do campo, para que sejam propostas ações efetivas de atenção à saúde das mulheres camponesas, a presente pesquisa, resultado de uma investigação de mestrado, teve como objetivos conhecer a compreensão atribuída por mulheres camponesas à saúde e identificar as práticas sociais de cuidado com a saúde bem como os processos educativos por elas desencadeados.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Ancora-se no referencial teórico da Educação Popular e Educação Popular e Saúde, adotando uma concepção ampliada de saúde, incluindo as suas dimensões sociais, o cuidado em saúde e as práticas populares de saúde.

Como referencial metodológico adotou-se a pesquisa participante que prevê a realização de uma atividade integrada que combina investigação social, trabalho educacional e ação. De acordo com RIBEIRO JÚNIOR (2009), a pesquisa participante propõe que o pesquisador, ao invés de se manter afastado da situação que se está pesquisando, assuma o compromisso de participar da mesma. Desta forma, o pesquisador adapta o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir (BRANDÃO, 1981).

Participaram dessa pesquisa 12 mulheres do Assentamento Monte Alegre, interior do

² Enfermeira. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de

estado de São Paulo. A coleta de dados ocorreu no período de abril de 2010 à julho de 2011. Foram feitas 15 visitas ao assentamento onde se realizaram as observações de natureza participante e posterior anotações em diário de campo, além de duas entrevistas e uma reunião organizada por elas para planejarmos próximas Rodas de Conversa entre mulheres.

Para o trabalho de campo, realizou-se uma cuidadosa inserção que possibilitou conhecer e ser conhecida pelas mulheres da Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI em seu ambiente de trabalho, a padaria do núcleo seis do assentamento. Esse período de convivência foi fundamental para a pesquisa, pois ao longo das visitas e do trabalho junto com as mulheres, estabeleceram-se vínculos que favoreceram a criação de um ambiente acolhedor e de confiança para a realização das entrevistas que teriam como temática central a compreensão de saúde dessas mulheres, suas experiências pessoais, as práticas de cuidado utilizadas e os processos educativos envolvidos nessas práticas.

RESULTADOS

A análise dos dados aponta que a concepção de saúde expressa por essas mulheres articula saúde e sociedade e considera tanto os aspectos biológicos, psíquicos e emocionais da saúde, como também os sócio-econômicos. Essas compreensões atribuídas à saúde são construções formadas ao longo de suas vidas e que se baseiam em suas experiências particulares e coletivas. Elas compreendem a saúde como a garantia de seus direitos à assistência médica, odontológica e multiprofissional integral e de qualidade, seus direitos ao trabalho justo e igualitário, ao lazer, à moradia, ao transporte, à comunicação. Também compreendem a saúde como a promoção do bem-estar, que só é possível quando se tem reconhecimento, respeito, dignidade, e quando se pode ter e manifestar afeto, compreensão e dedicação.

Os dados apontam como práticas de cuidado à saúde a assistência multiprofissional oferecida pelos serviços de saúde, a produção e a utilização de remédios caseiros, o companheirismo, o diálogo, a escuta ativa, as mobilizações e ações políticas promovidas por elas mesmas, além da própria educação em saúde praticada por todas em seus cotidianos e que integra a totalidade das demais ações.

Perceberam-se aspectos do trabalho que estão relacionados à saúde no campo, além de terem sido mencionados aspectos de opressão nas relações de gênero que influenciam na saúde das camponesas. Os processos educativos relacionados com as práticas de cuidado à

saúde são aqueles que se dão nas relações familiares, com profissionais ou com outras pessoas da comunidade; além dos proporcionados pelas diferentes mídias e os que acontecem nos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres do Assentamento Monte Alegre se educam para os cuidados em saúde dialogando, pesquisando em livros e revistas, estudando, consultando profissionais e experimentando as diversas práticas que aprendem nesse processo. Desta forma elas conseguem avaliar os melhores resultados para a saúde e com isso dão continuidade aos processos educativos dessa prática social, ensinando e recorrendo às práticas que consideram mais adequadas. Seus processos educativos muitas vezes são dialógicos, quando aprendem e ensinam em suas relações. Poucas vezes, percebeu-se a prática antidialógica de ensino-aprendizagem, quando um saber é imposto à outro, ignorando a construção desse conhecimento.

Por fim, esta pesquisa contribui para as iniciativas de educação e saúde no campo, pois apresenta um exemplo de força e dedicação dos grupos de camponesas para participarem ativamente no gerenciamento e reorganização das políticas públicas, manifestando sua autonomia e seu amplo conhecimento sobre o que vem a ser melhor para garantir o bem-estar do seu povo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5ª ed. Lisboa: Edições 70; 2008.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 211p.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Relatório Final da 12ª Conferência Nacional de Saúde 2004**. Acesso em: 18 mai. 2011. Disponível em: <http://www.retsus.fiocruz.br/upload/documentos/Relatorio12CNS.pdf>

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional da Atenção à Saúde da Mulher**, 2005. Acesso em 22 ago. 2001. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 82 p. : il. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios)

CAMPOI, A. M. **Sistemas de produção e estratégias de vida para a permanência na**

terra:um estudo no projeto de assentamento Monte Alegre – Araraquara-SP. 2005. 183 f. Dissertação (mestrado) - UNIARA, Araraquara. 2005. 183p.

DANTAS, Alexandre. O homem rural no assentamento de reforma agrária. In: WHITAKER, Dulce C. A.; FIAMENGUE, Elis Cristina. **Retratos de assentamentos.** Araraquara: NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL, ano VI, n. 6, 1998.

FARIA, N. Gênero e políticas públicas. In.: Nobre, Miriam; Faria, Nalu; Silveira, Maria Lúcia. **Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debates.** SOF: São Paulo, 2005. 70 p

FERRANTE, V. L. S. B. . Assentamentos Rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal. Raízes. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas,** CAMPINA GRANDE, v. XVI, n. 15, p. 62-76, 1998.

GASPARI, L. C. de. **Estratégias familiares e sustentabilidade econômica em assentamento rural.** Araras: UFSCar, 2010. 97f. Dissertação [Mestrado] – Universidade Federal de São Carlos, 2010.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTRONE, AVG REYES, CR. **Educación, formación, diversidad y ciudadanía em América Latina.** México, 2005.

OPAS, **La situación de salud de La mujer em América Latina y El Caribe.** Washington, D. C. Organización Panamericana de La Salud; FEB. 1995. 18 p. Disponível em: <[HTTP://hist.library.paho.org/English/SMDS/SMDS15_6_SPA.pdf](http://hist.library.paho.org/English/SMDS/SMDS15_6_SPA.pdf)> Acesso em: 5 jul 2010.

RIBEIRO JÚNIOR, D. **Criação audiovisual na convivência dialógica em um grupo de dança de rua comoprocesso de educação humanizadora.** Dissertação (Mestrado). São Carlos: UFSCar, 2009. 142 f.

**EDUCAÇÃO, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÃO
CAMPO-CIDADE**

O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A REALIDADE URBANA – UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ENSINO MÉDIO EM FRANCA-SP

*Paulo Augusto Scurato Silva*¹

*Marcos Paulo Rocha Fernandes*²s.

*Natasha Cristine da Silva*³.

*Letícia Nascimento*⁴.

*Raquel Santos Sant'Ana*⁵.

*Onilda Alves do Carmo*⁶

Resumo

A concepção emancipatória pensada por Paulo Freire e a extensão universitária na sua forma comunicativa permeiam todas as atividades e projetos idealizados pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA). Este luta pelo diálogo entre o acadêmico e a realidade da classe trabalhadora, na busca por uma sociedade justa e soberana, livre do modelo neoliberal de desenvolvimento. Neste artigo será apresentado um dos trabalhos do NATRA que se desenvolveu por meio do Núcleo de Ensino da UNESP, numa escola do ensino médio em Franca, SP.

Palavras chave: educação bancária, extensão universitária, escola, questão agrária, realidade urbana.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo expor uma das atividades do núcleo de ensino realizadas pelo grupo de extensão “Núcleo Agrário Terra e Raiz”, na escola E. E .Professor

¹ Discente do curso de Relações Internacionais e membro do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) da Fac. de Ciências Humanas e Sociais de Franca-UNESP.

² Discente do curso de História e membro do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) da Fac. de Ciências Humanas e Sociais de Franca-UNESP.

³ Discente do curso de Serviço Social e membro do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) da Fac. de Ciências Humanas e Sociais de Franca-UNESP.

⁴ Discente do curso de Serviço Social e membro do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) da Fac. de Ciências Humanas e Sociais de Franca-UNESP.

⁵ Professora Doutora da Fac. De Ciências Humanas e Sociais de Franca – UNESP - e coordenadora do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA).

Sergio Leça na cidade de Franca-Sp. Para tal, traçamos, brevemente, as características vigentes do modelo de educação no Brasil que a partir de 1993, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB), garantiu a mercantilização do ensino, principalmente o de nível universitário. A vitória neoliberal na condução da política de Estado fez com que a classe trabalhadora participasse de maneira ainda mais precarizada do processo educacional. Contrapondo-se a esta perspectiva, o NATRA insere-se alicerçado no conceito de extensão comunicativa, numa busca constante do diálogo com a população em geral; uma troca dialógica que traz para dentro dos muros da universidade ensejos e realidades que são vigentes fora dela. O projeto “Diálogo entre mundos – refletindo o rural e o urbano”, desenvolvido durante os anos de 2009 e 2010, faz parte das práticas de extensão do grupo e coloca a questão agrária em debate no terceiro ano do ensino médio, numa dinâmica centrada na coletivização epistemológica, no direito à fala e nos círculos de cultura.

Desenvolvimento

A atual política educacional submissa aos ditames do capital tem feito com que a escola contribua para o não questionamento da ordem estabelecida, visando apenas à formação de trabalhadores medianamente qualificados a fim de competirem pela entrada no mercado de trabalho, atendendo assim predominantemente aos interesses da classe dominante. Essa estrutura de ensino ligada a uma educação mercadológica e tecnicista descaracteriza os alunos, anulando seu próprio ritmo de aprendizagem, sua criatividade e subjetividade, suas crenças, habilidades, seus valores e seus direitos - os alunos que hoje são submetidos a essa lógica educacional continuarão submersos a este projeto ideológico e poderão reproduzir sem reflexão e questionamento a sociabilidade atual, já que as suas formas mais eficazes de luta, a consciência e a voz foram anuladas.

O conceito de Educação na Lei de Diretrizes e Base no título I, Art.1º mantém um aspecto positivo para a correção da fragmentação do sistema de educação. No inciso primeiro, positiva-se: *Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, pré dominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.*(Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB). Deixa especificado que, no âmbito dessa incidência, deveria surgir uma educação, provinda da modernidade, cujo formato a vincularia diretamente *ao mundo do trabalho e à prática social* (inciso segundo). Mais ainda: a lei deixa clara a vinculação da prática educativa

⁶ Professora Doutora da Fac. De Ciências Humanas e Sociais de Franca – UNESP - e vice coordenadora do

às mais variadas instâncias da vida humana, sejam elas o convívio familiar, o trabalho, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil e as práticas culturais.

Todavia, as unidades de ensino (escolas públicas e particulares) no Brasil seguem um padrão decorrente de um sistema nacional de ensino que visa a padronização do mesmo, estabelecendo as diretrizes da educação no país contando apenas com a competência da União, dos estados e dos municípios para legislar sobre o assunto. Com isso tem-se a Lei de Diretrizes e Bases, que se relaciona com o processo de sistematização da educação, uma forma arbitrária de imposição, uma vez que os contornos e o controle das mesmas são tomados, majoritariamente, pelas mãos dos governos, comprovando-se a retirada de soberania popular num assunto cuja democratização válida deveria ser mister garantida.

A perspectiva bancária da educação

A educação bancária consiste na transmissão vertical das informações, de modo que só o educador é o agente ativo dessa relação não se atentando para a formação de educandos críticos e emancipados; o aluno (educado) torna-se o sujeito passível de modificação, mesmo que esta não seja da sua vontade: uma modificação destinada à conformação dos alunos às formas vigentes de opressão e divisão do trabalho.

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.(FREIRE, 1969.)

A educação libertadora nada mais é que aquela que permite a conciliação/laço entre educador e educando, em que ambos, simultaneamente, atuam na construção conjunta dos saberes. Saberes esse que não são impostos nem transmitidos; são apenas verbalizados, codificados e decodificados, tomando como base os espaços físicos, experimentais e intelectuais da realidade vivida pelos alunos: o que não ocorre na educação “bancária”, na qual o educador simplesmente narra experiências que não são efetivadas na vida prática do educando.

Os conceitos de liberdade e emersão são os aspectos básicos de um projeto de educação popular, que foi deixado de lado pelo governo brasileiro desde o golpe militar de 1964 e que, mesmo após a pseudo redemocratização do país, não veio a efetivar-se novamente.

A educação no Brasil resume-se a números: interessa-se apenas em alfabetizar e poder comprovar dados estatísticos, já que estes significam, em instâncias internacionais, como o FMI, Banco Mundial e ONU, indicativos para a possível aquisição de financiamentos; um dinheiro aplicado na reprodução de modelos desenvolvimentistas que, por sua vez, reproduzem, ao invés de extinguir, a exclusão mascarada por assistencialismos subordinadores. O trabalhador recebe o básico, se o recebe, para permanecer imerso e calado. Nada mais produtivo para esta intenção que uma educação voltada para este fim.

O NATRA e a extensão universitária

O Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) realiza todos os seus projetos sob a ótica de uma extensão universitária realmente comunicativa; extensão que se insere na sociedade e está com ela, numa relação de troca dialógica, compartilhando expectativas e ações conjuntas. E nesta perspectiva que, há mais de treze anos, o Núcleo se mantém e se estrutura como grupo de extensão na UNESP- campus de Franca. O grupo, que tem como base de suas atividades a problematização da questão agrária no país, articula-se, majoritariamente, na região de Franca e Ribeirão Preto, onde atua com os assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). As atividades diretas com os assentados dão-se nos finais de semana; de maneira geral, quinzenalmente. Além da articulação com o MST e suas lutas, o NATRA desenvolveu nos anos de 2009 e 2010, atividades vinculadas ao Núcleo de Ensino da UNESP no projeto intitulado “Diálogo entre mundos – refletindo o rural e o urbano”. Este é efetivado na escola estadual Sérgio Leça na cidade de Franca, levando aos alunos do terceiro ano do ensino médio, por meio de oficinas mensais, a discussão sobre a reforma agrária, suas causas e implicações.

A partir da perspectiva de Paulo Freire que propõe uma ação conjunta e dialógica, os membros do NATRA, graduandos e coordenadores, acreditam no trabalho extensionista como uma prática de mudança e questionamento da ordem vigente. Questiona-se o caráter segregacionista e opressor da atual sociabilidade que nega às classes oprimidas a percepção de sua historicidade e de sua capacidade de “ser mais”.⁷ A extensão aqui proposta acredita, antes de mais nada, na ação conjunta, em propostas construídas coletivamente com aqueles a quem dedicamos as atividades: a questão é “trabalhar com” ao invés de “trabalhar para”.

O Projeto “Diálogo entre mundos – refletindo o rural e o urbano” foi aprovado pelo

⁷ No ano de 2012 o projeto desenvolvido na escola tinha como título: “Educação popular e juventude: aproximação com o contexto rural”.

Núcleo de Ensino da então Faculdade de História, Direito e Serviço Social (hoje Faculdade de Ciências Humanas e Sociais) UNESP-Franca no ano de 2009, e desenvolvido, primeiramente, com educandos da 3º série do Ensino Médio da Escola Estadual “Professor Antônio Fachada”. Nascido em resposta ao projeto governamental “Agronegócio nas escolas”, onde este é tido como um impulsionador da economia brasileira (desconsiderando que este fortalece o capital e anula o pequeno produtor e a agricultura familiar), o projeto do NATRA (que ficou conhecido como “Reforma Agrária nas Escolas”) opta pelo trabalho nas escolas públicas sob a diretriz da extensão comunicativa, envolvendo os alunos e educadores com a comunidade, no intuito de desconstruir o discurso ideologizado e recuperar o verdadeiro sentido da luta pela terra no Brasil.

O principal objetivo do NATRA foi, num ambiente urbano e entre alunos do ensino médio, promover reflexões sobre a questão agrária e problematizar elementos que pudessem contribuir para a construção de sujeitos críticos, utilizando-se do conhecimento acadêmico para proporcionar uma ampliação do currículo estipulado no ensino médio público, e promover um debate que superasse a perspectiva hegemônica sobre o rural e os movimentos sociais.

Entende o Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) que o objetivo da extensão universitária é contribuir para desenvolver a identidade da população urbana e rural na promoção de uma importante troca de saberes entre o meio universitário e comunidade. É nesse sentido que o projeto aqui discutido foi trabalhado, aliado aos princípios da Educação Popular entendida como educação libertadora.

A escolha pela escola EE Prof.Sergio Leça situada no bairro Aeroporto III na cidade de Franca-SP marca o opção por trabalhar com jovens no que tange a formação de uma conscientização e postura crítica. Franca é um pólo importante do setor calçadista brasileiro, sendo reconhecido nacionalmente. Sendo assim, trata-se de um município, cuja maioria da população constitui-se de trabalhadores e isto se reproduz na particularidade do bairro onde se situa a escola: uma área do subúrbio, na qual boa parte dos jovens trabalham em fábricas de calçados, exercendo várias funções e tendo de estudar no período noturno.

Inicialmente buscou-se junto à direção da escola a aprovação do projeto, através da realização de uma reunião na qual as partes envolvidas puderam trocar informações a fim de que os integrantes da escola se tornassem parte efetiva do proposta.

Nas oficinas, os extensionistas do Núcleo apresentaram e coordenaram as conversas e os debates que englobaram diferentes temáticas: a história de Franca, a questão ambiental, a

questão de terras Brasil e identidade brasileira. A partir da realidade vivenciada pelos jovens estudantes, discussão procurou trazer elementos para a reflexão do processo educacional, problematizando as dificuldades de acesso às universidades e o conseqüente ingresso precoce no mercado de trabalho pela maioria dos jovens oriundos das classes trabalhadoras. Neste processo procurou-se desconstruir fórmulas prontas, tal como a de que trabalho, aliado ao estudo, leva ao sucesso e ascensão social. Foram utilizados como recursos didáticos filmes, textos, rodas de conversas e trabalhos grupais.

Os alunos relataram como é a vida de um trabalhador no setor calçadista em Franca, as dificuldades, o baixo nível salarial, e acima de tudo a falta de perspectiva de futuro. A questão da pouca dedicação aos estudos, o pouco estímulo, a desconcentração estão associados ao ritmo do trabalho, daí o fato de muitos buscarem na escola um espaço para a “diversão” e lazer.

As oficinas na escola foram estruturadas dentro dos padrões Paulo-freireanos de educação popular, dando ênfase ao diálogo como forma essencial de geração de conhecimento, colocando em destaque a possibilidade de todos sermos sujeitos históricos de mudança e reconstrução; sujeitos problematizadores, que não somente reproduzem, mas que tem a capacidade de produzir, construir e reconstruir as vivências do indivíduo e, principalmente, da coletividade.

Considerações Finais

A experiência de execução deste projeto foi extremamente enriquecedora para os participantes. Ao final, o Núcleo avaliou que cumpriu com seu objetivo que é promover uma interlocução crítica da sociabilidade atual, em especial promover o debate sobre o atual modelo de desenvolvimento agrário.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo, **Extensão ou Comunicação ?**: Paz e Terra, 8ª Ed.1969.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. 9ª ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

1981. (p, 79).

Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA). “**Diálogo entre mundos** – refletindo o rural e o urbano”. Projeto aprovado pelo Núcleo de Ensino da UNESP. 2009/2010.

Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) “**Educação popular e juventude**: aproximação com o contexto rural”.

Projeto aprovado pelo Núcleo de Ensino da UNESP. 2011..

SAVANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectiva Campinas SP - 11.ed. autores associados 2008 - (coleção educação contemporânea) - A nova LDB: limites e perspectiva. (p. 190- 238).

CIRANDA RUMO A LIBERDADE DO ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO: ESPAÇO DE APRENDIZADOS MÚLTIPLOS

A. P. S da Silva - USP

T. V. Araujo - USP

N. A. Antunes - USP

J. B. Silva - USP

R. S. Carvalho - USP

A.C. O. Silva - USP

L. A. Rosa - USP

W. Tahan - USP

M. O. Araújo - USP

FAPESP e Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária - USP.

O presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de extensão do grupo de pesquisa e extensão SEITERRA/CINDEDI¹ realizada junto à Ciranda Infantil Rumo à Liberdade do assentamento Mário Lago, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e localizado em Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo. A Ciranda Infantil se materializa enquanto um espaço/tempo de educação não formal e é fruto da Pedagogia do MST, funcionando tanto em espaços permanentes nas escolas do movimento, acampamentos, assentamentos e centros de formação. Também funciona de forma itinerante em marchas, encontros e viagens de luta do movimento.

As Cirandas se constituem enquanto um espaço para as crianças Sem Terrinha construírem sua identidade nas e pelas interações com seus pares de idades diferenciadas, com a comunidade e com o movimento. No caso do assentamento Mário Lago, que conta com aproximadamente 260 famílias, a Ciranda nasceu da vontade e engajamento da própria comunidade quando a mesma estava em fase de acampamento.

A Ciranda é organizada por educadores populares, os quais são chamados de

¹ Subjetividade, Educação e Infância em Territórios Rurais e de Reforma Agrária (SEITERRA), Centro de Investigação Humano e Educação Infantil (CINDEDI) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Cirandeiros. Seus membros são assentados atuantes no Setor de Educação do assentamento que é responsável por atender as demandas educacionais da comunidade em relação à educação, como vaga em escolas, melhores condições de atendimento e transporte, acompanhamento dos alunos nas escolas e orientação junto às famílias.

As crianças e jovens do assentamento estudam em escolas localizadas na cidade e para tanto são transportadas diariamente por meio de ônibus escolar. Além do trabalho dos Cirandeiros junto à Ciranda Infantil e no Setor de Educação, esses educadores também são responsáveis pela monitoria dos ônibus escolares que levam as crianças para as escolas, uma vez que ainda não há uma escola do campo dentro do assentamento Mário Lago. Esse trabalho os aproxima ainda mais das crianças e reforça o compromisso e o envolvimento dos Cirandeiros com a infância e a educação desse local.

O trabalho junto a esse grupo social vem sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa e extensão desde 2007 os responsáveis por desenvolverem atividades com os educadores populares e com as crianças na Ciranda são, além da docente, os alunos de graduação e de pós-graduação que compõe seu grupo de pesquisa.

A perspectiva teórico-metodológica de desenvolvimento humano que fundamenta as atividades é a teoria histórico-cultural articulada com conceitos da perspectiva da Rede de Significações. A intervenção inspira-se ainda em princípios da Psicologia Social Comunitária.

Em um primeiro momento, o trabalho realizado na Ciranda consistia em duas frentes de atuação: grupos formativos junto aos educadores populares; planejamento e realização de atividades lúdicas junto às crianças da comunidade no espaço da Ciranda. Essas duas frentes de atuação do grupo possuíam como ponto de chegada e de partida a criança, uma vez que o trabalho com os adultos tem como principais objetivos a formação para a construção da identidade de cirandeiro e a construção da autonomia da comunidade no trabalho intencionalmente planejado para ser desenvolvido com as crianças do assentamento. Em relação às crianças, busca-se que estabeleçam relações positivas com o assentamento e se apropriem dos espaços, tempos e relações do assentamento por meio de atividades lúdicas.

Em 2011, o trabalho priorizou a autonomia dos cirandeiros em relação às atividades propostas pelo grupo de extensão. Essa opção, pautada no diagnóstico feito conjuntamente sobre a relação entre o grupo e os cirandeiros, procurava aprofundar a efetivação do princípio da necessária relação teoria e prática nos processos de formação de educadores. Nesse sentido, o grupo atuou focando ainda mais na valorização da autonomia dos educadores, considerando suas práticas e ações planejadas junto às crianças como ponto essencial de formação e construção de suas identidades e subjetividade.

O grupo e aos educadores populares organizam em conjunto cada atividade a ser realizada aos sábados na Ciranda. Essas atividades são planejadas por meio de reunião realizada em todo primeiro sábado do mês. Nesse dia é feita uma avaliação das atividades já ocorridas, além de ser construído o planejamento das atividades seguintes. Cada educador fica responsável, com algum integrante do grupo, a organizar uma atividade e realizá-la em uma Ciranda. Vale ressaltar que as atividades são construídas conjuntamente conforme temáticas ou demandas do próprio assentamento.

A Ciranda Rumo à Liberdade do assentamento Mário Lago ocorre aos sábados de manhã e recebe, em média, de 20 a 30 crianças e um grupo de jovens, sendo que muitos deles participavam desse espaço desde criança, ainda quando a Ciranda era realizada em acampamento. Para que as atividades sejam significativas e adequadas às diferentes faixas etárias, as mesmas são planejadas a partir de dinâmicas diferenciadas para atender crianças menores e jovens, que muitas vezes tomam a frente e protagonizam a realização de atividades na Ciranda, como campeonato de futebol, teatro e gincana.

Além disso, as atividades que são realizadas na Ciranda partem de uma posição ético-política que busca garantir o direito das crianças de viverem suas infâncias, de construírem suas identidades e de se apropriarem dos espaços em que vivem por meio da brincadeira, da interação com crianças de diferentes idades e de práticas que considerem seu direito de participação na vida social e nos processos de decisão em questões que afetam suas vidas.

Nesse sentido, é comum vermos as próprias crianças protagonizarem ações junto às atividades realizadas na Ciranda. A atuação dos Cirandeiros partem de uma abertura para ouvir as crianças e aos jovens, de forma a valorizar suas opiniões e ações. Um exemplo disso são atividades realizadas com os temas “O que quero para a Ciranda” ou “O que gosto na escola”.

O trabalho contínuo realizado diretamente com as crianças e educadores do movimento na Ciranda Infantil vem permitindo ao grupo de extensão a criação de fortes vínculos com os cirandeiros e crianças, além do acompanhamento do desenvolvimento de cada um, incluindo dos próprios estudantes e profissionais envolvidos no projeto. Esse processo se dá num movimento marcado por uma perspectiva que considera o assentamento como lugar de vida e os assentados como pessoas com múltiplas dimensões, muito além daquela que os vincula apenas à identidade de sem terra. Essa ampliação de concepção também ocorre na consideração do assentamento e da Ciranda como espaço de convivência e partilha de múltiplas gerações e como *lócus* de aprendizado coletivo entre assentados e estudantes universitários.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs.) **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

ROSSETTO, E. R. A. **Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós: a educação das crianças sem terrinha no MST**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LANE, S. T. M. Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

O COTIDIANO DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DO CAMPO E SUAS FAMÍLIAS DE UMA COMUNIDADE RURAL ASSENTADA: SIGNIFICAÇÕES E PRÁTICAS FAMILIARES

*Marcella Oliveira Araújo*¹

*Ana Paula Soares da Silva*²

FAPESP

Este resumo apresenta o andamento de uma pesquisa de mestrado sobre o cotidiano de crianças de 0 a 3 anos e suas famílias, moradoras de uma comunidade rural assentada.

Apesar dos avanços no conhecimento sobre a criança de 0 a 3 anos de idade e das suas possíveis implicações nas práticas cotidianas, esses sujeitos, de acordo com a literatura da área, continuam invisíveis aos olhos da ciência, das políticas públicas e da história da infância.

Se essas invisibilidades caracterizam o pouco conhecimento que ainda possuímos das crianças bem pequenas, questões sobre a diversidade presente nesse segmento etário também se apresentam não respondidas. Como vivem as crianças de 0 a 3 anos de idade no país? Que infância é possibilitada para essas crianças em suas diversas características: de gênero, de classe étnico-racial e de localização territorial? Quando se trata das crianças moradoras em territórios rurais, essas (in) visibilidades são mais intensas. Quais são os principais responsáveis pelas crianças de 0 a 3 anos do campo? Com quem interagem essas crianças no dia a dia? Qual o seu cotidiano? Como é o seu dia a dia no campo? Como as famílias conciliam o trabalho de seus membros e a produção das condições de subsistência com a educação e cuidado da criança? De que forma a criança se insere na dinâmica familiar? Com estas indagações, a presente pesquisa qualitativa em psicologia desafia-se à investigação etnográfica, com as crianças e suas famílias que residem em uma comunidade rural assentada.

O objetivo geral da pesquisa é a investigação do cotidiano de crianças de 0 a 3 anos do campo e suas famílias. Possui como objetivos específicos, compreender as significações da família sobre a criança pequena no contexto do campo, assim como os modos de organização do dia a dia em relação à educação e cuidado desta criança.

Utiliza-se, como perspectiva teórica metodológica, a Rede de Significações

¹ Discente do Programa de Psicologia da FFCLRP-USP – moa.psic@yahoo.com.br

² Docente do Programa de Psicologia da FFCLRP-USP – apsoares.silva@gmail.com

(ROSSETTI-FERREIRA et. al, 2004) em diálogo com as colaborações de Ezpeleta e Rockwell (1986), que destacam a necessidade de apreender os vários elementos presentes em determinadas situações interativas, descrevendo e analisando os vários significados e sentidos presentes na situação, para as várias pessoas participantes do processo.

A perspectiva da *RedSig* propõe uma abordagem que busca compreender a complexidade nos processos de desenvolvimento e na construção de sentidos e significados das práticas sociais e interativas entre crianças, entre adultos e entre adultos e crianças, em contextos cultural e historicamente construídos. Por sua vez, as contribuições de Ezpeleta e Rockwell (1986, p.23), apoiadas numa perspectiva gramsciana, também chamam a atenção para o sujeito concreto que se constitui pelo caráter histórico e específico das relações que estabelece em um dado contexto.

O material que compõe esta pesquisa vem sendo construído a partir de: questionário aplicado às 16 famílias com crianças de 0 a 3 anos de idade; registro sob o formato de diário de campo da permanência integral da pesquisadora na residência de três crianças e suas famílias, sendo uma criança de cada faixa etária (0 a 1 ano, 1 a 2 anos e 2 a 3 anos); entrevistas com as famílias observadas.

As observações foram feitas a partir da inserção e permanência da pesquisadora no assentamento por um período de um mês com cada família. As informações levantadas no questionário foram sobre: membros da família (pessoas, tempo, profissão); o cuidado da criança (responsáveis, locais, intensidade); as relações da criança; sua rotina (atividades, espaços, horários). Além disso, solicitou-se que a família contasse sobre um dia da criança durante a semana e no final de semana.

Dos 16 questionários aplicados, todos foram respondidos pelas mães das crianças, cujas idades variam entre 17 e 48 anos de idade. A média de filhos dessa amostra é 3,19 filhos por família. Estas mães estão entre 1 a 15 anos na região. Na faixa etária estudada, existem 19 crianças, sendo 9 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, com idade entre 8 dias e 3 anos que nasceram na cidade próxima de médio porte.

Quando questionadas sobre quem cuida da criança de 0 a 3 anos: 9 responderam que elas mesmas; 1 respondeu que são mãe e pai juntos; 3 suas irmãs; 1 suas primas; 2 avó materna e as tias. Das 16 respondentes, 12 disseram que a criança fica diariamente em suas casas; 2 na casa das avós maternas; 1 na casa da tia e 1 na casa da patroa.

Quando questionadas do que e como as crianças brincam, obtivemos as seguintes respostas: cantar, patinete, motoca, bola, pau de cavalo, carrinho, lego, terra, bicicleta, barro, andar de cavalo, subir em árvores, jogar pedra, fazer comida, balanço, brincar com água e dar

comida para as galinhas e para os cavalos. Segundo as mães respondentes, as crianças brincam com os seus irmãos e também com os tios, primos, sobrinhos e avôs.

Das 16 entrevistadas, 5 disseram que seus filhos com idade entre 0 a 3 anos convivem com crianças da sua idade no assentamento. Sobre o banho, as pessoas que participam deste momento são: mãe, tias, pai, avós e irmãos mais velhos. Sobre a alimentação, 9 respondentes declararam que as mães são responsáveis; 5 que as crianças comem sozinhas e 2 que todos da casa colaboram. A respeito da troca de fraldas, as pessoas envolvidas neste momento citadas pelas respondentes foram: mãe, pai, tia e irmãos. De acordo com as mães, os filhos acordam, em média, entre 06h30min e dormem às 22 horas.

Foram feitas perguntas abertas sobre o choro; a birra; as atividades e espaços experimentados pelas crianças; a importância do cuidar e educar para a criança de 0 a 3 anos do campo; um dia típico da criança e um dia do final de semana. Tais perguntas ainda não foram categorizadas e, assim como as informações anteriores, analisadas.

A partir da aplicação, quatro famílias se dispuseram a participar da próxima fase da pesquisa. Realizou-se, até o momento, a observação das faixas etárias de 0 a 1 ano e de 1 a 2 anos. Ainda falta a observação da faixa etária de 2 a 3 anos, que será realizada posteriormente.

O assentamento se organiza em agrovilas e cada família assentada possui um lote. A primeira família observada mora na agrovila e tem duas crianças de 0 a 1 ano. A mãe tem 48 anos, 22 destes anos vividos como agricultora. Mora com o marido (48 anos), 5 filhos e a afilhada, sendo: quatro meninos de 16 anos, 14 anos, 6 anos e 1 mês e 15 dias; a filha de 18 anos e a afilhada de 10 meses. A fonte de renda é a produção de hortifruticultura, carvão e bucha. A segunda família observada mora no lote há 13 anos na região e tem uma criança de 1 ano e 4 meses. A mãe tem 25 anos e reside com os pais (sua mãe de 53 anos e o seu pai de 51 anos), seu irmão gêmeo e sua irmã de 16 anos. A fonte de renda é a produção de leite e derivados, quitandas, hortaliças e carvão.

A apreensão dessas relações e das histórias construídas pelas crianças e suas famílias através da investigação etnográfica vem possibilitando à pesquisadora apreender: compreensões distintas de ser e estar no contexto do campo; concepções distintas sobre criança e infância; ocupações de espaços e atividades distintas por cada criança e família; história distintas do (próprio) assentamento; da vida acampada e posteriormente assentada; do município que se insere; dos movimentos sociais; do nascimento e crescimento das crianças e das famílias; e também da própria pesquisadora.

No presente momento, a pesquisadora está relendo os diários de campo, na tentativa

de lapidar as observações realizadas e clarear os registros. Essa leitura vislumbra cenas específicas de infâncias e crianças que se constituem no/do campo. Nesse sentido, visualizamos a princípio construir a análise através da compreensão de redes de cada criança, descrevendo os seguintes elementos: a cena, o cenário, os parceiros, os tipos de relação e os objetos presentes.

As aproximações iniciais ao material vêm mostrando que as vidas cotidianas dessas crianças e suas famílias: apresentam especificidades nos modos como são organizados os tempos, os espaços e os materiais para essas crianças; acenam para múltiplos lugares e posições disponibilizados e por elas ocupados nas interações sociais, desde dinâmicas com grande circulação de adultos e crianças na casa à participação em eventos políticos; os parceiros de interação são múltiplos e de idades variadas; os cuidados, embora centrados mais na figura materna e feminina, são também partilhados por crianças, jovens e também figuras masculinas.

Acreditamos que o andamento desta pesquisa possibilitará dar visibilidade à compreensão da complexidade e pluralidade do cotidiano no campo e, mais especificamente, do cotidiano de crianças de 0 a 3 anos do campo e suas famílias, abordando, portanto aspectos geracionais dessa vivência.

REFERÊNCIAS

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

ROCKWELL, E. **La experiência etnográfica: histórica y cultura em los procesos educativos**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S. (2004). Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, p. 23-34.

NÚCLEO AGRÁRIO TERRA E RAIZ: UM ESPAÇO IMPORTANTE DE MILITÂNCIA

Henrique de Aro Silva

Cecília Stephllay Marangoni

Fernanda Dalavale Tozatto

Isabela Campos Pinheiro

Jaqueline Ferreira

Letícia Gomes

Nicole Barbosa de Araújo

Valdirene V. do Nascimento

Raquel Santos Sant'Ana

Vinícius Americano Paroni

1. INTRODUÇÃO

O NATRA tem-se constituído em espaço de militância estudantil e serve como espaço de luta pela transformação social. A convivência do grupo com os trabalhadores que lutam e acreditam que a Reforma Agrária é o caminho para construir um projeto de sociedade para além do capital, move os estudantes a ampliarem esse debate para os trabalhadores urbanos e agricultores, contribuindo para recuperar a esperança e a vontade de continuar lutando, para que todos possam alimentar-se dos frutos colhidos pelas mãos dos que deram sua vida pela reforma agrária. Em cada ato, em cada atividade, a cada reunião cresce a convicção do poder da militância e da coletividade que sustenta as ações do grupo há mais de 13 anos.

As principais finalidades do grupo são: contribuir e aumentar o vínculo entre a Universidade Pública e a comunidade, entendendo a universidade como espaço de produção de conhecimento que deve ser socializado com as classes populares que, possuem um saber que nasce das experiências de luta e que é, embora não seja sistematizado, tão importante quanto o primeiro; trabalhar a extensão com esta perspectiva pressupõe abrir-se para uma troca de experiências e de concepções de mundo. Para que essa troca aconteça de modo horizontal, o NATRA utiliza a metodologia de Paulo Freire, que propõe a horizontalidade nas relações humanas buscando construir propostas de superação dessa sociabilidade que resulte

na emancipação do homem. O NATRA apóia a luta dos trabalhadores sem terra da Região de Ribeirão Preto e tem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como parceiro para o desenvolvimento de suas ações.

A crença do NATRA na construção de uma sociedade mais justa e igualitária energiza e dinamiza a execução de seus projetos juntos aos assentamentos e acampamentos. Sendo eles divididos em dois eixos: Ciranda Infantil e Cinema da Terra.

2. A LUTA PELA TERRA E O MST

No processo histórico de constituição da estrutura agrária brasileira privilegiou-se a formação dos grandes latifúndios improdutivos e um aumento da pobreza e da miséria no campo. A concentração de terra é um dos fundamentos da desigualdade no Brasil. Hoje, a presença do agronegócio e tudo o que ele significa tanto para os trabalhadores, que têm suas vidas ceifadas pelo árduo trabalho, tanto para o meio ambiente; as mudanças ocorridas e as que estão por vir colocam para os trabalhadores do campo um dilema: ficar desempregado ou aceitar um trabalho extenuante, precário e arriscado, sem contar a exigência da mecanização em algumas atividades no corte da cana. O avanço tecnológico, longe de ser um instrumento para melhorar as condições de trabalho, tem significado historicamente o alijamento da mão de obra nos processos produtivos. Não se trata de contestar a utilidade e o valor da tecnologia, mas é preciso pensar em alternativas viáveis para garantir a ocupação, sem exploração, da mão-de-obra nos processos produtivos.

O agronegócio se acentua pela intensificação da monocultura como, por exemplo: a plantação de cana de açúcar, laranja e soja que não permitem a geração de uma maior diversidade na alimentação familiar, mas sim a acumulação da riqueza por pequena parte da população. Ao contrário da agricultura familiar que tem como intenção a implantação de produtos diversificados para a real necessidade da população brasileira, o agronegócio tem como objetivo produzir, de acordo com o mercado externo para exportar.

As lutas pela terra em nosso país são antigas, milhares de trabalhadores lutaram e lutam pelo direito garantido pela constituição de 1988 de ter um pedaço de chão para plantar o sustento de sua família. Um dos exemplos dessas lutas foi o Movimento das Ligas Camponesas que lutou pela Reforma Agrária durante quase uma década, de 1950 ao início de 1960.

Na atualidade um dos movimentos que tem como intuito realizar a Reforma Agrária no país é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual teve origem na

década de 1980 com os Trabalhadores Sem Terra que tinham como objetivo lutar pela democratização das terras. Ele foi fundado em 1984 na cidade de Cascável (PR). O MST ocupa terras improdutivas ou irregulares e as reivindica ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que esta terra possa novamente voltar a cumprir seu papel que é desempenhar uma função social a um indivíduo.

Porém, após a conquista da terra, é necessário enfrentar os entraves como falta de verbas para a efetivação e permanência do assentado, onde a falta de assistência técnica e de políticas públicas naquele espaço muitas vezes é um dos grandes entraves que dificultam o desenvolvimento e a renda do assentado.

O movimento neste contexto realiza a função de garantir o bem-estar social à população explorada que busca pelo seu direito a terra, em especial a aqueles trabalhadores que não possuem condições de vida necessárias para sua existência, promovendo a igualdade de direitos.

3. PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO NATRA

3.1. “Cinema da Terra”

Por ser o cinema uma expressão artística e um meio de comunicação ele pode ser usado para suscitar a reflexão sobre a realidade da sociedade posta, contribuindo para a construção da autonomia e emancipação dos grupos populares.

Buscando proporcionar o acesso das comunidades acampadas e assentadas à linguagem cinematográfica como meio de fomentar reflexões e discussões sobre a Questão Agrária, Cultura Popular, Direitos Humanos, Cidadania e Democracia é que surge o projeto “Cinema da Terra”.

Através da exibição de filmes são construídos espaços de formação, informação e democratização do acesso à cultura, contribuindo para a diminuição da desigualdade existente entre a possibilidade de acesso à informação e cultura entre os meios rural e urbano. Na tentativa de criar aquilo que Paulo Freire denomina “círculos de cultura”.

O projeto atinge majoritariamente o público jovem, proporcionando nas comunidades rurais e urbanas – principalmente nas escolas – um espaço favorável e de grande importância para o encontro, sensibilização e articulação destes e de toda a comunidade.

3.3. Trabalho Social com Comunidade

Este projeto foi organizado a partir das demandas colocadas pela própria organicidade

do Movimento e contempla várias atividades que fazem parte dos demais projetos desenvolvidos pelo NATRA.

A partir da organização do MST, os assentados se dividem em coletivos de produção, gênero, educação, formação, etc.. Dessa forma, se constitui a organicidade do movimento para que todos os militantes participem igualmente da sociabilidade de um assentamento.

Dentro desse processo o setor de educação tem grande importância, pois o MST entende que o trabalho de educação é uma atividade política importante para a busca da transformação da sociedade e que a educação nos assentamentos é um processo de produção e reprodução de conhecimentos a partir da sua própria realidade.

O NATRA busca, através de suas atividades, criar vínculos e construir um sentimento de parceria e horizontalidade com os assentados, partindo disso no mês de janeiro do ano de 2011 o grupo discutiu e realizou uma vivência de uma semana no assentamento Mário Lago. Esse momento foi importante para a aproximação dos extensionistas as práticas do cotidiano dos assentados, pois nos dividimos e nos hospedamos nas casas dos trabalhadores que moram no assentamento. O grupo participou de todas as atividades comuns do seu dia-a-dia, por isso foi possível vivenciar as particularidades das famílias desse espaço e colaborar com os afazeres comuns de suas rotinas.

Nesse período, foi possível nos aproximar principalmente da juventude do assentamento construindo laços de amizade e desenvolvendo atividades como um campeonato de futebol e oficinas de hip hop.

Com o intuito de valorizar a cultura popular do campo e a mística do MST, além da apresentação de filmes, o NATRA tenta fomentar noites culturais mensalmente nos assentamentos com músicas e danças populares como forró, coco, maracatu, entre outros. Em junho de 2011, o grupo organizou junto à comunidade do Acampamento Aparecida Segura uma grande festa junina onde participaram não só os acampados, mas também alguns moradores da cidade. As crianças participaram da ornamentação da sede do acampamento e as famílias se dividiram para garantir os alimentos e bebidas típicas de festa junina, como quentão, bolo de fubá, pé-de-moleque, pipoca, e arroz doce. Esse momento foi importante para o fortalecimento da participação do NATRA no acampamento e dos vínculos entre os estudantes e a comunidade.

4. O MÉTODO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Nas suas ações o NATRA procura construir uma relação horizontal e dialógica, particularmente no desenvolvimento das atividades de seus projetos, pois é na relação com a

educação formal que se explicitam as contradições dos métodos de ensino. O NATRA acredita que todos se educam ao mesmo tempo, sendo que os educadores devem entrar em sala de aula conscientes de que irão compartilhar conhecimentos.

A Educação Popular não é uma educação formal, destinada a transferir conhecimento sem a troca de informação, ela parte de um olhar sobre a realidade, sobre a qual professor e aluno vivem e ajuda o educando a conhecer e a analisar a realidade em que vive, não através de livros com conhecimentos pré-determinados e sim a partir do saber que nasce da experiência de luta da classe à qual este educando pertence.

Baseando-se nas idéias de Paulo Freire, que mostrou que a educação é um fator de transformação e emancipação social, sendo portando algo, de extrema importância, para a construção de um mundo mais justo e humano de existir é que o NATRA desenvolve sua ação. Paulo Freire concebe a educação como um ato político, exercida por seres históricos, inseridos na sociabilidade burguesa de seu tempo, portanto capazes de propor projetos de superação dessa sociabilidade em consonância com o projeto político da classe trabalhadora.

A partir da reflexão proporcionada por essa pedagogia, os educandos tomam conhecimento da opressão e de suas causas, e o processo constante de ação/reflexão/ação contribui para que o indivíduo desenvolva uma visão crítica da realidade e aos poucos vai se dando o seu engajamento no processo de libertação e na luta pela emancipação social. Para Freire, a práxis deve estar diretamente ligada ao modo de ensinar, mostrando que a intervenção prática no mundo como busca de transformação dele não pode ser entendida como uma ação de indivíduos, mas da práxis coletiva e solidária. Freire mostra que educar é dar ferramentas ao indivíduo para que ele se torne mais humano e consiga alcançar o “ser mais”, tomando consciência de sua importância e sua responsabilidade diante do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou explicitar as atividades realizadas pelo grupo de extensão Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), bem como mostrar sua visão de homem e de mundo, evidenciando sua luta por uma sociedade igualitária, principalmente através da luta pela terra e, conseqüentemente, do apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O projeto “Trabalho Social com Comunidade” busca e vem alcançando o reconhecimento da organicidade do MST, em suas áreas de acampamento e assentamento, através da contribuição e construção conjunta com os assentados, acampados e com outros universitários com atividades que visam valorizar a cultura popular e do campo, bem como a aproximação e criação de vínculos com os trabalhadores que participam dos espaços em que o

NATRA desenvolve suas ações.

A partir de atividades culturais e discussões em grupo os extensionistas desenvolvem o “Cinema da Terra”, apresentando filmes de preferência dos assentados e acampados no intuito de proporcionar o debate sobre temas de interesse do coletivo de trabalhadores, além de proporcionar momentos de lazer para a comunidade.

Todas as atividades realizadas pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz visam contribuir de diversas formas com a luta pela terra numa busca contínua de construir projetos que levem à superação da sociedade capitalista e assim a alcançar a emancipação humana, ao lado de um movimento social de importância histórica de luta, como o MST. Assim, nos espaços da universidade e na comunidade urbana enfrentamos uma luta diária para discutir a Questão Agrária atual e mostrar que sua história ainda é bastante “mal contada”. Dentro dos assentamentos e acampamentos, trocando experiências entre a comunidade rural e urbana, procurando sempre ultrapassar os muros da universidade para termos no grupo um espaço além da extensão, um espaço de militância.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. A. **O que é cultural popular**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOGO, A. **O MST e a cultura**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST, 2009.

COMPARATO, B. K. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **As cirandas infantis no MST**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornadasem-terrinha-2010/JST-As-cirandas-infantis-do-MST>>. Acesso em: agosto 2011.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A PRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO: CASO ASSENTAMENTO VALE DA ESPERANÇA - FORMOSA-GO

Vanilson José Lourenço¹

Antonio Sergio da Silva²

Considerando a importância das escolas do campo em assentamentos rurais, torna-se igualmente importante a análise sobre as políticas públicas ofertadas e ou demandadas, suas especificidades, o caráter e propósitos de sua aplicação, assim como analisar as configurações, os conteúdos, incluindo a sua prática e o controle social de forma participativa junto à comunidade a quem se dirige a escola do campo, principalmente em se tratando assentamentos rurais resultantes de movimentos sociais de reforma agrária.

Para Teixeira (2002), políticas públicas são diretrizes ou princípios norteadores da ação do poder público, ou seja, encontram-se como regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade sobre as diferentes necessidades que envolvem a reprodução da vida social. Podem ser, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos, por exemplo, leis, programas ou linhas de financiamentos, que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Porém, verifica-se que nem sempre há uma compatibilidade entre as intervenções, a concretude das práticas ofertadas ou demandadas e as declarações do grupo social envolvido.

As políticas públicas provenientes do poder público, nas esferas municipal, estadual e federal, entende-se que se organizam para que sejam implementadas junto a determinado grupo social que apresente alguma deficiência ou desigualdade com relação aos diferentes serviços, ou seja, que busque um equilíbrio entre os compromissos e responsabilidades do poder público no oferecimento de ações em diferentes dimensões. No entanto, observa-se que esse equilíbrio a ser adquirido como direito social, quando possível, muitas vezes encontra-se como reivindicações oriundas de mobilizações sociais através de demandas apresentadas junto ao poder. Nesse debate, os movimentos sociais, tornam-se importantes, pois colaboram em alertar quanto às demandas por políticas em diferentes aspectos, incluindo por políticas educacionais específicas, como no caso, as que envolvem demandas por melhorias na

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás – UnU-Formosa.

² Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – UnU-Formosa.

educação no campo.

Sendo assim, esta pesquisa realizada em 2010, teve como objetivo geral analisar as políticas públicas educacionais demandadas pela comunidade e as ofertadas por instâncias dos poderes municipal, estadual e federal. Objetivou-se também analisar a realidade dessas políticas identificadas nas duas escolas do campo, quais sejam: Escola Municipal XV de Julho e Escola Estadual Vale da Esperança, ambas pertencentes ao assentamento Vale da Esperança no município de Formosa-GO, Brasil.

Quanto à educação, de acordo com o conceito defendido por Durkheim (1978), a educação consiste como um meio de socialização das novas gerações, por isso considera como um fato social, pois ela não é feita individualmente, mas é o coletivo que faz essa formação. Considerando a educação como fato social, considera-se, portanto que a educação está em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela. (BRANDÃO, 2007).

Ainda considerando a educação como fato social e seus modos envolvendo as nossas vidas, temos a escola do campo a qual se constitui como processo de luta social, de reflexão coletiva e de práticas educativas surgidas nas lutas dos movimentos sociais do campo, que planejam a educação como parte de um projeto político e social mais amplo. (CALDART, 2008). Dessa forma, entende-se que a educação do campo apresenta-se como mobilização dos povos do campo, organizados em movimentos sociais. Contudo, ao verificar a educação como um processo ou analisar as políticas educacionais voltadas para as escolas do campo, torna-se comum observar o princípio de que os sistemas do ensino público, ou seja, aqueles organizados, controlados e financiados pelo Estado, tal princípio posiciona-se como padrão com o qual os outros tipos de ensino e em todos os níveis de ensino são contratados, sendo também comum observar na realidade cotidiana a ausência de projetos políticos pedagógicos específicos para o caso das escolas do e no campo.

No entanto, o Ministério da Educação ao editar o Caderno de Subsídios intitulado Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo (BRASIL, 2003) contendo, além do então perfil da educação do campo e outras considerações, aponta algumas propostas de políticas de atuação, as quais são consideradas com especificidades a partir da ideia de que o local, o território, possa ser reinventado. Dessa forma, considera-se a educação do campo como uma educação envolvida junto às condições sociais, que variam segundo os locais, as regiões, as culturas, organizações políticas e sociais. Nessa abordagem, pode-se destacar que a educação deve exercer um ajustamento funcional, como também contemplar a participação e o controle social, quando este ocorrer em relação à prática de políticas educacionais

especificamente dirigidas para a escola do e no campo.

Quanto aos procedimentos metodológicos para análise sobre a prática das políticas públicas, Frey (2000) apresenta alguns conceitos básicos da abordagem analítica, os quais se referem a três dimensões:

- Dimensão Material - a qual se refere aos conteúdos concretos, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material. Portanto, a dimensão das políticas públicas, do planejamento e da intervenção governamental para atender demandas coletivas e interesses organizados em áreas sensíveis ou estratégicas, visando garantir a legitimidade política e a estabilidade social;
- Dimensão Institucional - pode ser entendida como a dimensão da organização político-institucional que abrange o enquadramento jurídico das ações, e a configuração geral das relações entre o Estado e a sociedade civil em todos os níveis.
- A Dimensão Processual - se refere ao processo político, aos objetivos, aos conteúdos e decisões de distribuição. A dimensão do processo decisório, envolvendo conflitos e negociações políticas em torno de interesses e demandas econômicas, sociais e culturais, que têm expressão e solução no âmbito dos poderes públicos.

Sendo assim, para o levantamento sobre as práticas em políticas públicas municipais, estaduais e federais, oferecidas ou demandadas, foi elaborado um questionário dirigido aos representantes coordenadores das escolas e a representantes da comunidade local, de forma a permitir identificar quais as ações são consideradas como práticas de políticas públicas nas duas escolas do assentamento rural, sendo elas conquistadas ou ofertadas. Neste levantamento, foram identificados oito projetos de ações consideradas como de políticas públicas realizadas junto à Escola Municipal XV de Julho e três projetos de ações na Escola Estadual Vale da Esperança em diferentes modalidades e temas. Dentre as ações, encontram-se a inclusão digital oferecida pela União, o transporte público e a merenda escolar oferecidos pelo poder municipal. As demais ações consideradas como ações de políticas educacionais, se encontraram como propostas de projetos alternativos advindos das duas coordenações (municipal e estadual), tais como ações voltadas para a educação em atividade em horta escolar; hora da leitura; recuperação escolar; projetos envolvendo temas como paz, dengue, cultura afro-brasileira, festividades culturais tradicionais e a família. Não foi observada demanda de ações de política pública por parte da comunidade local.

Ao analisar a prática e o controle social em Dimensão Material e a participação dos movimentos sociais no planejamento de projetos políticos pedagógicos ou de demais ações pertinentes, observou-se nas duas escolas a ausência da participação de organizações sociais,

as quais se encontram presentes no campo, não apresentando um envolvimento maior com as atividades das escolas, sendo que a presença de representantes da comunidade ocorreu somente quando convidados pela coordenação escolar.

Em Dimensão Institucional, ao analisar as especificidades das políticas públicas educacionais ofertadas pelas instâncias municipal, estadual e federal, o processo decisório foi na sua maior parte provindo pelas escolas, enquanto poderes municipal e estadual, sendo somente identificada uma ação de política pública federal em parceria com o município, não configurando uma relação de ações providas de demandas apresentadas pela comunidade local.

Em Dimensão Processual, nas duas escolas observou-se haver a participação da família em algumas atividades realizadas, a fim de enfatizar um trabalho coletivo, mas sem maiores aprofundamentos sobre as questões sobre a realidade local, como por exemplo, as questões que aprofundem o debate sociopolítico cotidiano tais como o campesinato, a relação política-econômica-social, a organização espacial, a produtividade campesina, dentre outras.

Foi notada a ausência de políticas públicas que permitissem a construção de espaços participativos para abertura de diálogos entre escola e comunidade, de forma a possibilitar debates que venham a atender as demandas por uma educação específica que possa viabilizar a ideia de que o local, o território, possa ser reinventado, reconhecido em seus mais diferentes aspectos, permitindo dentre outras coisas, uma interação educação e identidade social. Observou-se a ausência de um envolvimento maior entre as escolas e a comunidade, em que se considere a inclusão do conhecimento da comunidade no que diz respeito aos diferentes temas do cotidiano no assentamento e suas origens, como, por exemplo, a luta pela terra, o conhecimento adquirido socialmente, dentre outros. Observou-se também que a comunidade local tem em seu favor o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que por sua vez tem realizado um trabalho reconhecido em se tratando de lutas pela melhoria da qualidade da educação campesina, mas com nula representatividade nas escolas pesquisadas, resultante da ausência de maior abertura por parte das escolas.

Conclui-se haver uma fragilidade em demandas providas da comunidade local, assim como uma fragilidade nas práticas em políticas públicas ofertadas em dimensões material, processual e institucional. Conclui-se também que a socialização dos resultados possa contribuir em fomentar o diálogo entre representantes das direções das escolas, a comunidade e o movimento social ali presente, reconhecendo a participação da comunidade organizada como essencial à vida democrática e fundamental para o controle social de ações, principalmente em se tratando de políticas educacionais em escolas do campo. Espera-se

contribuir para maiores debates que favoreçam a atribuição de sentido às políticas de educação do campo como institucionalidade sociopolítica, enquanto prioridade em contemplar a educação como um direito à cidadania, como um bem comum a todos e com respeito às especificidades.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense. 2007. 117 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referências para uma política nacional de educação do campo**. Caderno de subsídios. 2003. 35 p.

CALDART, R. S. Sobre a educação do Campo. In: SANTOS, C. A. dos (Org.). **Educação do campo: campo- políticas públicas-educação**. Brasília, DF: INCRA - MDA, 2008. p. 67-86.

DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramento - Fundação Nacional de Material Escolar, 1978. 91 p.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n.21, 2000. p. 211-259.

TEIXEIRA E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em: <www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a.../03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2010.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO E O TERRITÓRIO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

*João Paulo Oliveira Camargo*¹

*Antônio Sergio da Silva*²

Embora os debates mais críticos sobre o projeto político pedagógico escolar voltado para a educação “do” e “no” campo possam ser considerados como um acontecimento recente em algumas escolas rurais, Oliveira (2011, p. 115) observa ainda possuir falhas consideráveis quando enfatiza que os materiais didáticos utilizados não são voltados para uma educação que envolva a realidade do campo em seus diversos aspectos. Seria, portanto, plausível o oferecimento de um material que traga um conteúdo didático voltado para a realidade local, onde se acredita que o potencial do campesinato não é aproveitado em seu vigor, pois não há uma valorização bibliográfica didática de sua cultura sem que haja interpretações ideológicas da classe dominante. (NASCIMENTO, 2004, p. 08).

Assim, este texto, objetiva realizar um breve debate compreendendo que o estudo do território campesino possa explicar a realidade da organização social, e a partir daí, a necessidade da compreensão do território, no sentido da inclusão dessa categoria de análise geográfica no cotidiano escolar.

Considerando o campesinato uma classe social (OLIVEIRA, 2011, p. 185), tendo a agricultura familiar como condição de reprodução humana, questiona-se como o processo de consolidação de uma educação que possa contribuir para com o fortalecimento desta classe poderá ser alcançada. A respeito desse assunto, dá-se ênfase ao campesinato como classe social e como um dos segmentos fundamentais para compor uma proposta de educação a ser trabalhada por um processo político e didático emancipatório e libertário, uma vez que se observa uma predominância capitalista da produtividade agrícola patronal, na perspectiva do agronegócio que se contrapõe à agricultura familiar.

Entretanto, observa-se que o campesino insiste em prosseguir com sua vivência cultural, compreendendo nesse caso o território mais que um processo binário (território-poder) na busca de uma reorganização espacial das diferenças, inferindo que os movimentos sociais campesinos reivindicam essa reorganização, a qual se encontra também incluída no

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – UnU-Formosa

² Prof. Dr, do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – UnU-Formosa

processo educacional. Outras características abordadas quando se trata de relações de poder e apropriação de território, é que o território não possui uma essência predeterminada, e também pode-se enfatizar que não há meios para efetivar essa territorialidade de forma neutra. Sendo assim o território ganha a forma de uma nomenclatura concreta de posse, de aparência, tornando-se um etnocentrismo perigoso. (SOUZA, 2009).

A proposta da adequação de uma educação não formal pode ser um ponto chave para aprimoramento do conhecimento do campesinato, pois quebra-se o paradigma da mentalidade adquirida, hoje, pela sociedade que o campesinato está condenado ao retrocesso. O reconhecimento sobre o espaço rural, seus recursos naturais locais, o ensino aplicado àquele espaço, contribui em proporcionar ao educando um reconhecimento aplicado de maneira que o sujeito campestre, enquanto educando, seja reconhecido pelas diligências educacionais, pois é notável que embora exista um plano formal de aula na educação de hoje, a metodologia não se adequa a realidade vivida no campo. (NASCIMENTO, 2004, p. 01).

A educação proposta por uma valorização da identidade do campesinato, a formulação de um novo projeto político pedagógico participativo, incluindo os aspectos das relações territoriais, dos movimentos sociais campestres voltados à educação, é permissível inferir que teremos resultados relevantes de debates e reconhecimento do cotidiano social, econômico, cultural, ambiental e político, pela inclusão da análise das divergências e problemáticas, ainda hoje pouco incluídas na educação do campo.

É certo inferir que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) não foi o único movimento social em busca de melhorias na educação no campo, porém, é um movimento que tem que ser levado em consideração devido a sua coerência cognitiva e articulação social. Observa-se a proposta nos diversos movimentos sociais da geração de uma reflexão sobre identidade campestre alterando a ação pedagógica pela abordagem de temáticas, por exemplo, sobre a cultura local, dentre outras relações sociais, sinaliza resultar a valorização e preservação da identidade campestre.

De uma maneira geral, pois há referências de experiências reveladoras em projetos políticos pedagógicos (PPP) na educação do campo de forma socialmente inclusiva, ainda observa-se o descaso na formulação de PPPs em escolas no campo que contemple o cotidiano campestre em sua excelência, sendo hoje uma direção que se tende a ser revisada com mais atenção, considerando que essa comunidade, por ser do campo, possui um ritmo cultural particular, uma herança educacional perceptiva de um ambiente social com certas especificidades. Por sua vez, pela precária ou mesmo ausência de debates sobre as especificidades do campo em aspectos sociais, econômicos e tecnológicos, como também a

percepção do educando sobre uma nova posição cultural a ser adquirida em consonância com o ambiente urbano, tais fatores contribuem em sinalizar o abandono de parcela da população campesina para o espaço urbano.

Portanto, pela ausência de maiores debates ao longo da historicidade da educação dirigida ao homem campesino, a sua dificuldade da conquista de um ensino de qualidade, mais uma vez o ambiente rural parece no político, social e cultural. Graças ao intuito investigativo das universidades brasileiras, entre outras, esse paradigma ganha força a ser estudado na educação brasileira, sendo que o debate e a dialética trazem respostas importantes para decifrar a relação entre campo e cidade, que ainda são incógnitas a serem solucionadas. (FERNANDES & MOLINA, 2012, p. 13).

Nesse sentido, junto ao educando campesino, arrisca-se a mencionar sobre a existência de certa dificuldade da compreensão do conceito do espaço enquanto social, onde a qualidade da educação se refere a um estimulante social no desenvolvimento das relações humanas no perceptivo cultural. Como menciona Santos (1996, p. 17), “ali mesmo, onde moro, frequentemente não sei onde estou. ... Vivemos em um mundo exigente de um discurso necessário à inteligência das coisas e das ações. (...) sem discurso, praticamente não entendemos nada”. Nesta perspectiva, podemos compreender que o sujeito, no nosso caso, o campesino, não compreende seu próprio lugar, referindo-se à organização espacial como uma incógnita perversa que desabilita as possibilidades de crescimento de uma identidade mais digna. Ainda, enquanto sua identidade campesina, Fernandes e Molina (2012, p. 04) mencionam que “trabalhadores e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, seus territórios não existem, exatamente porque o paradigma não entende o campo como território de vida”.

A necessidade de abertura democrática na construção de políticas educacionais para a educação do campo encontra-se, portanto, pela necessidade de que seja complementada pela realidade do cotidiano societário local em contraposição ao processo conteudista de materiais didáticos que tem revelado certo prejuízo na valorização dos sujeitos do campo, das suas aspirações de concretização espacial pela sua permanência cultural e econômica. Nesta dificuldade de concretização espacial, ou seja, por muitas vezes considerarem não existir seu próprio espaço, os movimentos sociais recriam sua própria geografia. Segundo Saquet (2006, p. 73), para Raffestin, em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios. Sendo assim, a educação dirigida com certas especificidades ao campo se faz necessária, uma vez que a construção do espaço é construir o próprio pensamento, e construir seu próprio pensamento é construir seu próprio

território, sendo o construtor o principal agente transformador. A cultura local reconhecendo a sua própria realidade tem sua própria concepção voltada para novas estruturas educacionais, por uma noção de território, de relações diversas no cotidiano.

Desta forma, a partir de elementos como símbolos, normas, relações de poder e identidade é que o território se expressa e deixa de ser um conceito que explica (se foi possível ser), para se tornar um fenômeno que exige uma explicação e que produz conhecimento. (SOUZA, 2009, p. 99). Nessa perspectiva, pode-se transformar os objetivos de projetos políticos pedagógicos pela inclusão de ações políticas que possam expressar as opções e visões de mundo do camponês.

A abordagem do conceito de território torna-se de suma importância para a transformação da realidade, trilhando um caminho para o reconhecimento de novos valores sociais da realidade local, no sentido de conceber novas ações educativas, pois considera-se que a educação deva contemplar a autonomia do sujeito, enquanto considera-se também, como menciona Demo (1996) que o educando não é o objetivo de ensino, mas sim sujeito do processo, parceiro de trabalho, trabalho este entre individualidade e solidariedade”. (DEMO, 1996. p. 16).

Assim, a educação do e no campo torna-se como um processo de inclusão de novos debates por uma reflexão coletiva e de prática educativa de um projeto político social mais amplo, como afirma Caldart (2008),

(...) por uma política educacional para as comunidades camponesas (...) precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, na afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. (CALDART, 2008, p. 72).

A perspectiva de mudar as condições concretas de carências, de exclusão e de discriminação na educação do e no campo apresenta-se também como ação potencializadora da discussão que envolve as demandas, as análises, a definição de propostas pedagógicas no processo ensino-aprendizagem, pelo processo de problematização, de reflexão e apreensão dos conteúdos e do mundo cotidiano, contribuindo pelo fortalecimento do sujeito como protagonista de seu próprio destino. Como também, na sua capacidade de transformação, o que é a condição básica para acontecer um processo de educação. (CALDART. 1999. p. 06).

Assim, considera-se que a educação conduzindo a capacidade de transformação do sujeito camponês, vem demonstrar a importância da organização social para que as questões relevantes da educação possam ser resolvidas. Portanto, a educação do e no campo pode ser realizada vinculada às lutas sociais, na busca por acesso e permanência de forma digna no

espaço rural e que seja fortalecido o sentido do território enquanto relações do movimento social do campesinato pela agricultura familiar e do sentido de pertença ao campo.

Conclui-se que a educação torna-se fundamental para que o território e a territorialidade tornem-se produtos dos sujeitos protagonistas de suas realidades. Portanto, sinaliza-se uma educação do campo que, apesar das influências pedagógicas tradicionais, tenha compromisso social e que seja transformadora na busca do protagonismo dos sujeitos locais, determinante de uma nova territorialidade e uma nova representação que dê ênfase às lutas por transformações das condições de vida no espaço geográfico. Sendo assim, a educação do campo pode ser dirigida, dentre outras coisas, junto à concepção de que o espaço que os sujeitos protagonistas ocupam e recriam é seu território.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. Princípios da Educação no MST. In: CALDART, R. S. (Sist.). **Caderno de Educação**. 3. ed. n. 8, 1999. 30 p.

CALDART, R. S.. Sobre a educação do Campo. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Educação do campo: campo-políticas públicas-educação**. Brasília, DF: INCRA - MDA, 2008. p. 67-86.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Editora Autores Associados, 1996. 156 p.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. **O campo da educação do campo**. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>>. Acesso em: 12 marc. 2012.

NASCIMENTO, C. G. Educação, cidadania e políticas sociais: a luta pela educação básica do campo em Goiás. **Revista Iberoamericana de Educación**. n. 33/10 2004, p. 01-16. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/752Godoy.PDF>>. Acesso em: 10. marc. 2012.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. n. 15 (43), 2001, p. 185-206.

OLIVEIRA, K. A. G. O livro didático de geografia como instrumento de fortalecimento da identidade territorial camponesa para os alunos camponeses das escolas do campo do município de Goiás. 2011. 140 f. **Trabalho de Conclusão de Curso**. (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual de Goiás. 2011. Goiás.

SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. **GEOgrafia**, n. 15, 2006, p. 71-85.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**; globalização e meio técnico científico informacional. São. Paulo: HUCITEC, 1996. 2. ed.

SOUZA, J. G. Limites do território. **Revista Agrária**. São Paulo. n. 10/11, p. 99-130. 2009

TECENDO REDES DE CIDADANIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*Bruna Stefany Santos**

Dra. Mirian Claudia Lourenção Simonetti¹

O projeto de extensão *Tecendo Redes de Cidadania Através da Educação Ambiental* vincula-se as atividades do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários Ambientais - CPEA - da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP Campus de Marília. Desde 2010, desenvolvemos um trabalho de educação ambiental junto às funcionárias da área da limpeza de uma empresa que presta serviços terceirizados para a FFC da UNESP, através das oficinas semanais cujas atividades se baseiam na reciclagem de papeis, jornais, garrafas pet etc, e na reflexão sobre temas ligados a sociedade de consumo, à degradação ambiental e aos diversos problemas ambientais do mundo contemporâneo. Esse projeto visa capacitar essas mulheres para o trabalho com materiais recicláveis para que elas possam obter outras formas de renda e também a compreensão dos temas contemporâneos sobre o meio ambiente.

O principal objetivo do projeto é de aproximar a Universidade e a comunidade da cidade de Marília, através da educação ambiental. Busca também habilitar essas trabalhadoras do setor da limpeza do Campus da UNESP nas questões relativas ao meio ambiente e sustentabilidade ambiental. Por terem o contato com os resíduos sólidos produzidos no âmbito da universidade, os trabalhadores, refletem sobre as questões conceituais relativas ao meio ambiente e saúde, questões do consumo e do lixo no mundo contemporâneo; elaboração de artesanato através da reciclagem do material descartável; elaboração de artesanato com sementes das árvores do Campus; elaboração de artesanato através do tear. Tem por finalidade que esses trabalhadores possam usar seus conhecimentos com os materiais alternativos, realizar artesanato e obter uma renda extra. Ao longo do trabalho também realizamos pesquisas sobre a memória dessas pessoas com relação as suas vidas, trabalhos e questões relativas ao seu meio social. A proposta de educação ambiental tem por base quebrar

¹ Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase nos temas sobre movimentos sociais, políticas públicas de reforma agrária e meio ambiente. É coordenadora do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA). Bolsista PQ Nível 2 CNPq. E-mail: mirian@marilia.unesp.br

*Graduanda do 3º ano em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Bolsista Proex e orientanda da professora Mirian Claudia Lourenção Simonetti.

o isolamento do saber científico e da universidade e possibilitar a transformação social a partir do conhecimento e a produção de conhecimento através da prática.

O tema relativo à degradação ambiental está entre os mais relevantes do mundo contemporâneo. A destruição da natureza assumiu a proporção de catástrofe mundial. Urge juntar esforços, para atuar em prol de saídas sustentáveis visando sanar os problemas ambientais. Tais esforços também podem envolver a formação dos nossos estudantes, visto que caberá a sua geração as práticas educacionais acerca da temática ambiental. A crescente poluição da água, ar e solos e o esgotamento dos recursos naturais passam a ser cada vez mais tema dos debates dos organismos municipais e internacionais, bem como de Organizações Não Governamentais – ONGs. O efeito estufa e as mudanças climáticas representam as ameaças mais sérias da crise ecológica que afeta o planeta. O Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), destaca a relação entre a problemática ambiental e as enormes desigualdades sociais no mundo contemporâneo, sendo assim urge o desenvolvimento de ações, no âmbito local, visando ações que minimizem os impactos locais e sociais da degradação ambiental.

Após dois anos vinculados a essa ação verificamos que essas atividades possibilitam mudanças sociais dessas trabalhadoras.

Os resultados do projeto são diários e podem ser observados através das mudanças do cotidiano das funcionárias. Melhoraram sua auto-estima e se sentem como parte da universidade. Estão mais conscientes sobre questões de saúde vinculadas ao seu trabalho e sobre a problemática ambiental ligada ao lixo, poluição e temas vinculados a idéia de sustentabilidade. Na atualidade reciclam papeis transformando-os em bijuterias e caixas de presentes, cumbucas, fruteiras e gato para apoio de porta de garrafa pet. Isso poderá lhes possibilitar a comercialização e a obtenção de rendas. Os resultados também podem ser percebidos em suas expressões corporais e faciais, pois com o decorrer das oficinas o entrosamento entre elas e os alunos do campus tem se tornado muito mais intenso e proveitoso.

Desta forma, o aluno adquire um caráter crítico e atuante, contribuindo para a comunidade científica com as suas pesquisas, colaborando com a sociedade por suas atividades de extensão e desenvolvendo o conhecimento acadêmico através do ensino. Embora se faça essa divisão por motivos didáticos, ensino, pesquisa e extensão aparecem na prática como atividades indissociáveis que devem mudar os diferentes contextos sociais. A atividade objetiva, através da educação ambiental, a ampliar o conhecimento dessas trabalhadoras sobre a problemática ambiental, com ênfase na temática relativa ao lixo, além

de habilitá-los para a execução de artesanato com materiais descartáveis, sementes e tear para que possam obter uma renda extra.

Quanto aos métodos utilizados para a realização do projeto são desenvolvidas oficinas semanais com a duração de uma hora, dentro da jornada de trabalho das funcionárias, onde são atendidas em média dezesseis delas. A oficina de artesanato com materiais recicláveis é ministrada por voluntários, as bolsistas e a coordenadora do projeto. As oficinas acontecem em uma das salas do campus previamente agendadas. Nesse período desenvolvemos também uma investigação sobre a vida pessoal de cada uma, questionando sua relação com as questões ambientais cotidianas e domésticas, aproveitando para ressaltar algumas instruções básicas que elas possam desenvolver em casa com seus familiares.

Enfim, o projeto Tecendo redes de cidadania através da educação ambiental visa pequenas mudanças no cotidiano dos envolvidos no projeto. Temas relativos à reciclagem, sustentabilidade, qualidade de vida e saúde, vem possibilitando pequenas mudanças no cotidiano das funcionárias e alunos da Unesp.

REFERÊNCIAS

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Pró Reitoria de Extensão Universitária.

ARAUJO, Maria Amélia Máximo de (et. al). **Extensão Universitária um Laboratório social**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (org.). **A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.